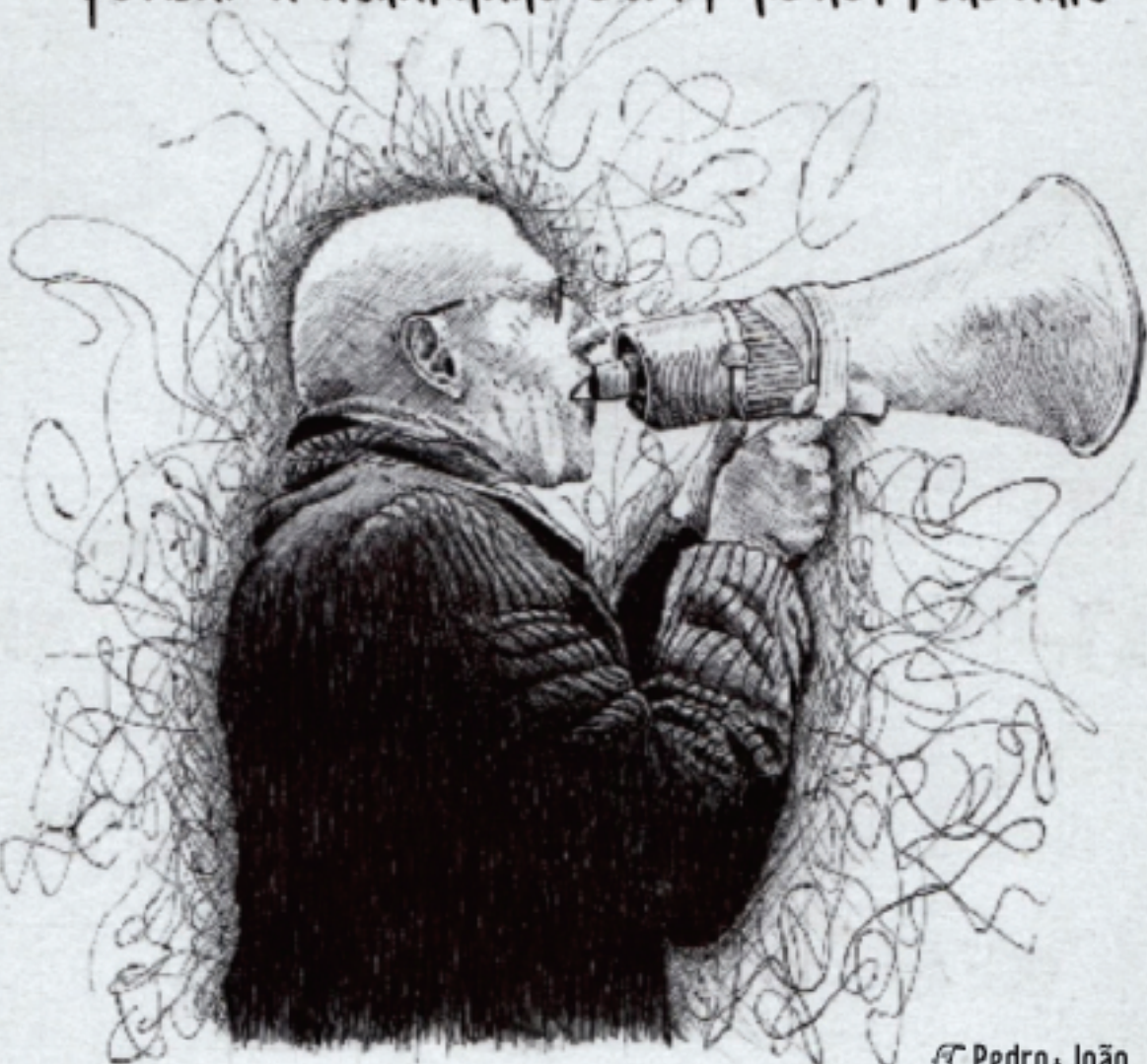


Douglas de Oliveira Domingos
Francisco Vieira da Silva
Luciana Fernandes Nery
(Orgs.)

Diagnósticos do presente: pensar a atualidade com Michel Foucault



**Douglas de Oliveira Domingos
Francisco Vieira da Silva
Luciana Fernandes Nery
(Orgs.)**

**Diagnósticos do presente:
pensar a atualidade com
Michel Foucault**

 **Pedro & João**
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores

Douglas de Oliveira Domingos; Francisco Vieira da Silva; Luciana Fernandes Nery (Orgs.)

Diagnósticos do presente: pensar a atualidade com Michel Foucault. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 180p.

ISBN 978-85-7993-809-2 [Impresso]

978-85-7993-810-8 [Ebook]

1. Estudos de linguagem. 2. Michel Foucault. 3. Os modos de subjetivação. I. Autores. II. Título.

CDD – 410

Capa: Andersen Bianchi, com ilustração de Elliton Jhones

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Douglas de Oliveira Domingos Francisco Vieira da Silva Luciana Fernandes Nery	
RELAÇÕES DE SABER, PODER E RESISTÊNCIA NO DEBATE SOBRE O USO MEDICINAL DA MACONHA	11
Douglas de Oliveira Domingos	
“DO CAMBURÃO AO MILHÃO”: FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO DO CRIMINOSO NO <i>YOUTUBE</i>	29
Dayane Oliveira Regina Baracuhy	
“SOU BRANCA, TENHO OLHO AZUL, NÃO TÔ ACIMA DO PESO, MAS, GENTE, TALVEZ VOCÊ NÃO ME CONHEÇA”: ÉTICA E ESTÉTICA TRANS NO <i>YOUTUBE</i>	43
Izaías Serafim de Lima Neto Francisco Vieira da Silva	
DO SOFRIMENTO PSÍQUICO À MEDICALIZAÇÃO NO <i>INSTAGRAM</i>: OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS CORPOS ANSIOSOS	59
Thâmara Soares de Moura Luciana Fernandes Nery	
“ELA DESCOBRIU QUE TEM TUDO”: UM ESTUDO SOBRE A (RE)CONSTITUIÇÃO DA FEMINILIDADE EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS DA <i>BUDWEISER</i>	73
Renata Mendes Schirman Rafael de Souza Bento Fernandes	

“TIA DO CAFÉ”: O RACISMO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE GOVERNO DE SI E DOS OUTROS	87
Marluce Pereira da Silva Cid Augusto da Escóssia Rosado	
RELAÇÕES DE PODER E SABER NO DISCURSO JURÍDICO: O SUJEITO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS NA REDE DE SENTIDOS	103
Edson Santos de Lima Maria Eliza Freitas do Nascimento Antonio Genário Pinheiro dos Santos	
A POLÍTICA DO PROTAGONISMO E A SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR EM DOCUMENTOS REGULAMENTADORES	119
Antonio Genário Pinheiro dos Santos Rafaela Cláudia dos Santos	
DEMANDAS DO TEMPO PRESENTE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS: LEITURA, ESCOLA E ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS	125
Jefferson Campos Aline Almeida Inhoti	
“TODA VIDA EU FUI FANATIZADO PELA NATUREZA ”: HISTÓRIAS E DISPARATES DE UM GUARDIÃO DE SEMENTES DO OESTE POTIGUAR	149
Kyara Maria de Almeida Vieira Ana Cláudia de Andrade Costa	
ENTRE A <i>STUTISFERA NAVISE</i> E A <i>NAVILOUCA</i>: CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA O EXPERIMENTALISMO POÉTICO BRASILEIRO NOS ANOS DE 1970	163
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito	
DADOS DOS AUTORES	175

APRESENTAÇÃO

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes, a vida presente.
(Carlos Drummond de Andrade)

O presente livro reúne uma miríade de olhares que perscrutam a análise de diversos fenômenos e práticas do momento presente sob o olhar investigativo de Michel Foucault. Ao se autoproclamar como um *diagnosticador do presente*, o pensador francês, faz-nos pensar, por um lado, que seu trabalho arqueogenalógico buscou, ao articular os saberes e poderes, responder às demandas e às problematizações do momento presente e, por outro lado, permite-nos examinar temas, objetos e abordagens que não foram alcançadas pelo raio analítico do pensador francês, especialmente a partir do advento das tecnologias digitais.

Fazendo jus ao empreendimento teórico foucaultiano, esta coletânea abarca onze capítulos que (re)discutem variados discursos e práticas entrevistas a partir de diversificados dispositivos, como a mídia, a justiça e a escola. Além disso, algumas discussões em torno da história oportunizam-se observar a não evidência do presente e enxergá-lo como devir.

Dessa maneira, introduzindo o livro, o capítulo de Douglas de Oliveira Domingos analisa as relações de saber, poder e resistência que se entremeiam à história de Katiele Fischer e de sua família, cuja caçula, Anny, tem um problema genético raro que a levava a sofrer dezenas de crises convulsivas e necessita tratar-se por meio uma substância extraída da maconha a qual era proibida no país, até a autorização judicial que concedeu o direito de importar tal medicação. O autor encerra o texto indagado sobre outros casos de sujeitos que tiveram familiares vítimas de problemas de saúde cujo tratamento dependia do uso medicinal da maconha e, ao contrário da família Fischer, não tiveram a visibilidade midiática e o amparo institucional derivado da midiaticização do fato.

Posteriormente, Dayane Oliveira e Regina Baracuhly refletem acerca do estatuto do sujeito criminoso, por meio do exame dos modos de

subjetivação desse sujeito hoje, na era digital, mais especificamente no espaço heterotópico da *web*. As autoras frisam que esses sujeitos têm suas entrevistas compartilhadas em canais do *YouTube*, que recebem milhões de visualizações, tornando-os verdadeiros “fenômenos da internet”, não pela gravidade dos crimes cometidos, mas por provocarem a admiração e o riso dos internautas. Já no capítulo de Izaías Serafim de Lima Neto e Francisco Vieira da Silva, o foco centra-se em averiguar os modos de subjetivação e as estratégias de resistência responsáveis por produzir o sujeito mulher trans em vídeos do *YouTube*. O estudo aponta que esse sujeito empreende procedimentos de governo que incidem sobre si e sobre os demais sujeitos que assistem aos vídeos. Esse governo intenta moldar modos de ser que permitem cuidar de si ao passo que produz experiências de resistência à normatividade.

O texto escrito por Thâmara Soares de Moura e Luciana Fernandes Nery toma como objeto de análise postagens do *Instagram* e intenta compreender como ocorrem os modos de subjetivação dos sujeitos ansiosos neste dispositivo medicalizador (o *Instagram*). As autoras assinalam que o corpo psíquico do sujeito acaba sendo materializado virtualmente nos *posts*, sendo, então, reproduzido pelas particularidades de organização e de representação verbo-imagéticas dos discursos de ansiedade nestes ambientes. Dando continuidade à coletânea, Renata Mendes Schirman e Rafael de Souza Bento Fernandes voltam o olhar para anúncios publicitários da marca Budweiser (2019), que tratam sobre a constituição da feminilidade – em especial, o discurso de “revisão histórica”. Os autores alertam, a partir das análises, que determinados discursos de circulação midiática estão propondo uma “revisão histórica”, na medida em que se endereçam a um público específico. As verdades aí construídas, por outro lado, serão economicamente rentáveis do ponto de vista do consumo.

Em seguida, Marluce Pereira da Silva e Cid Augusto da Escóssia Rosado analisam práticas racistas na *web*, a partir da repercussão de uma postagem de Danilo Gentili no *Twitter* a respeito da senadora Regina Sousa (PT/PI). Na ocasião, o humorista afirmou que achava que a referida parlamentar fosse a “tia do café”. O artigo analisa também a fala de da senadora quando esta se autofirma negra, do “cabelo pixaim” e anuncia processo contra o humorista. Os autores acreditam que o discurso racista ou antirracista é historicamente constituído nas relações sociais e consolidado ou transformado ao longo do tempo.

No capítulo de Edson Santos de Lima, Maria Eliza Freitas do Nascimento e Antonio Genário Pinheiro dos Santos, o debate consiste em

analisar discursivamente a Lei nº 12.319/10, a qual regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Os autores advogam que, nos enunciados desse discurso jurídico, os modos de ser e se subjetivar enquanto sujeito Surdo é posto em evidência pela visibilidade da LIBRAS, porém com um efeito de sentido de língua diferente que precisa de tradução e interpretação. Logo depois, Antonio Genário Pinheiro dos Santos e Rafaela Cláudia dos Santos enveredam-se pelo caminho da educação, ao estudarem a produção da verdade e os efeitos de discursivização a partir dos documentos regulamentadores da educação superior e com foco na formação docente em Letras, a saber: Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os apontamentos da investigação indicam, por exemplo, a oportunização de vontade de verdades sobre a forma de traçar perfis e maneiras consideradas aceitáveis e inaceitáveis ao comportamento dos docentes contemporâneos. Seguidamente, Jefferson Campos e Aline Almeida Inhoti discutem, dentre outras questões, a maquinaria discursiva do dispositivo de formação inicial e continuada de professores que estabelece as leis, normas e padrões de conduta. Os autores sublinham a constituição de práticas dissonantes no que se espera do dispositivo de formação inicial e continuada: ensinar a ler, mas sempre reiterando, como o fazemos, que a leitura sempre poderia ser outra.

O penúltimo capítulo, de autoria de Kyara Maria de Almeida Vieira e Ana Cláudia de Andrade Costa, debruça-se sobre narrativas orais de sujeitos campestres, com o intuito de discutir algumas possibilidades de viver, entender e significar as trajetórias dos povos do campo em relação aos espaços em que se posicionam. Centrando na narrativa de um colaborador específico, as autoras assinalam o aspecto profuso dessa história e sugerem que vale a pena acreditar no porvir; que o semiárido e sua gente ainda têm muitas histórias por contar. Fechando o livro, Fábio Leonardo Castelo Branco Brito se propõe a compreender as possíveis relações possíveis entre as vanguardas estéticas brasileiras de 1970 e as propostas filosóficas de Michel Foucault acerca da loucura. Como um dos experimentalismos estéticos, o autor menciona a revista de invenção *Navilonca*, pensada pelo poeta e letrista Torquato Neto e pelo poeta Waly Sailormoon (posteriormente chamado “Salomão”), e publicada em 1974, dois anos após o falecimento precoce do primeiro, vítima do suicídio. O autor acredita que a *História da Loucura na Idade Clássica*, de Michel Foucault, ressignificada pelos experimentalismos estéticos brasileiros do período em questão, emerge como um potencial dispositivo, capaz de proporcionar

importantes diagnósticos do presente brasileiro, visivelmente fraturado pelos tempos de ditadura.

Findadas essas observações descritivas, reiteramos o convite para a leitura e fruição dos textos aqui contidos e ratificamos a atualidade e produtividade das teorizações de Michel Foucault.

Douglas de Oliveira Domingos
Francisco Vieira da Silva
Luciana Fernandes Nery

Referências

ANDRADE, C. D. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RELAÇÕES DE SABER, PODER E RESISTÊNCIA NO DEBATE SOBRE O USO MEDICINAL DA MACONHA

Douglas de Oliveira Domingos

Introdução

Tudo o que foi modificado, um dia foi enfrentado. E, se a gente não enfrentar, a gente nunca vai modificar nada. [...] Saiam! Não aceitem quando alguém diz pra vocês: “Olha, mãezinha, não tem o que fazer”. Você sabe o estrago que isso causa? Então não aceitem, corram atrás, briguem, façam barulho!

(Katiele Fischer, mãe da menina Anny Fischer)

Quem acessar o site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), encontrará facilmente duas propostas de consulta pública, divulgadas no dia 14 de junho deste ano no Diário Oficial da União. Elas pedem a participação social acerca da regulamentação do cultivo controlado de *Cannabis sativa*, nome científico da maconha, para uso medicinal, e do registro de medicamentos produzidos com princípios ativos da planta. A notícia institucional referente a essas propostas enfatiza que, “com essa iniciativa, a Anvisa quer favorecer a produção nacional de terapias feitas à base de *Cannabis* com garantia de qualidade e segurança, além de permitir a ampliação do acesso da população a medicamentos” (ANVISA, 2019).

Ao olhar ingênuo que perpassa superficialmente as palavras e não indaga quais condições históricas permitiram sua existência, a Anvisa parece estar cumprindo a sua função institucional com responsabilidade e, até mesmo, sensibilidade à situação dos tantos brasileiros que sofrem com efeitos de síndromes e doenças sanáveis através do uso medicinal da popular “maconha”. Entretanto, pensando com Michel Foucault, para quem a história só avança graças às resistências, direcionamos nosso olhar a enunciados outros que se associam a essa iniciativa – à primeira vista, benevolente – da Anvisa.

As lutas travadas contra a instituição de vigilância sanitária para a concretização desse passo importante não são novas. Muitas delas permanecem às escuras, submergidas em um cotidiano pouco ou nada visibilizado. Os embates se emaranham por toda a teia social, de maneira que as relações de poder e resistência aí presentes funcionem em dimensões microfísicas, pois “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O

poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 1979, p. X). Mães travaram batalhas com atendentes da ouvidoria da Anvisa e dos Correios, tomaram as ruas unidas à marcha da maconha, falaram no plenário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e no púlpito de eventos acadêmicos internacionais. Seus objetivos? Queriam usar o canabidiol (CBD), princípio ativo da maconha, a fim de reduzir a quantidade absurda de convulsões de seus filhos. O medicamento à base dessa substância não era produzido nem vendido no Brasil, diferentemente do que acontece em outros países; também não podia ser importado do exterior, sob a ameaça de sanções relativas ao crime de tráfico de drogas.

Na sombra da infâmia, Katiele Fischer tentava conter as agonias da filha Anny, diagnosticada com uma doença genética rara semelhante à síndrome de Rett. Dupla infâmia, segundo Foucault (2003): pelo anonimato, comum aos sujeitos do cotidiano; e pelo “abominável” de suas atitudes, se considerarmos a moral que condena o uso da maconha e a então ilegalidade da importação do canabidiol no país. “O desespero de você ver a sua filha convulsionando todos os dias, todos os momentos, é tão grande que nós resolvemos encarar e trazer [o canabidiol] da forma que fosse necessária. Mesmo que fosse traficando. E foi o que a gente fez. A palavra é essa. É traficar”, desabafa Katiele, no documentário *Illegal – a vida não espera*. Ao chocar-se com o poder das instituições e alcançar a visibilidade nacional através da mídia, a família Fischer abandonou a infâmia e Anny se tornou a primeira brasileira com autorização judicial para importar a substância derivada da maconha. A discursivização dessa luta particular – e, ao mesmo tempo, social – acendeu um debate que trouxe à luz dezenas de situações semelhantes e à pauta a possibilidade da existência de outros milhares de casos disseminados nos recônditos do Brasil.

Foucault certamente se interessaria pela história desses sujeitos marginalizados. Durante toda a sua produção intelectual, o filósofo francês se dedicou àquilo que é considerado periférico – a loucura, a delinquência, a homossexualidade –, a fim de investigar como as relações de saber-poder são instituídas e constroem discursivamente verdades que disciplinam os corpos e as mentes da população (ALBUQUERQUE; VEIGA-NETO; SOUZA FILHO, 2008). Entretanto, seu foco não era somente brindar-nos com uma análise do poder, mas incitar em nós a capacidade de, munidos do conhecimento sobre essa maquinaria complexa que nos submete, resistir.

Pretendemos, neste artigo, analisar as relações de saber, poder e resistência que se entremeiam à história de Katiele Fischer e de sua família na defesa do uso das propriedades medicinais da maconha no Brasil. Para tanto, partimos das reflexões e conceitos propostos por Michel Foucault

fundamentalmente em dois textos: *A ordem do discurso* (1970) e *A vida dos homens infames* (1977). Investigaremos como os procedimentos externos de exclusão (interdição, segregação da loucura, vontade de verdade) funcionam sob as condições específicas desse caso e, simultaneamente, como Katiele Fischer e sua filha passam de sujeitos anônimos a símbolos da luta pela regulamentação da pesquisa e da utilização do canabidiol no país.

Diante disso, dialogamos com os postulados foucaultianos no interior da Análise do Discurso empreendida no Brasil. Esse diálogo, possibilitado inicialmente pelos estudos da professora Maria do Rosário Gregolin (UNESP) no início dos anos 2000, permite que direcionemos o olhar, no campo da Linguística, para as relações sociais e históricas que atravessam a materialidade dos enunciados. Por isso, partiremos do documentário *Ilegal – a vida não espera*, produzido pela revista *Superinteressante* em 2014, para investigar os aspectos discursivos que constituem a jornada de Katiele Fischer. Convocaremos outros produtos midiáticos que se associam ao documentário, visto que “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2010, p. 112).

Figura 1: Imagem emblemática de Katiele Fischer e sua filha diante de prédios de instituições nacionais



Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/remedio-base-de-maconha-retido-em-alfandega-mesmo-apos-liberacao-da-justica-13810074>

O empreendimento foucaultiano: algumas reflexões sobre a *A ordem do discurso* e *A vida dos homens infames*

Foucault era um homem e um pensador à frente do seu tempo. Isso se justifica por, pelo menos, duas razões. A primeira, proclamada pelo próprio filósofo, situa-o não em uma época determinada com limites finitos bem estabelecidos, mas nas zonas fronteiriças do que nos é contemporâneo. Michel Foucault se dizia “diagnosticador do presente”, procurava singularizar-se enquanto “um intelectual destruidor das evidências e das universalidades, aquele que localiza e indica nas inércias e restrições do presente os pontos frágeis, as aberturas, as linhas de força” (FOUCAULT, 2005, p. 242). A segunda razão para o atributo de vanguarda da filosofia foucaultiana deriva da sua opção não pela transcendência nem pelo desvendamento de verdades ocultas, mas pelo deslocamento do olhar para “fazer aparecer o que está tão perto, o que é tão imediato, o que está intimamente tão ligado a nós mesmos que exatamente por isso não o percebemos” (FOUCAULT, 1978, p. 540 apud ARTIÈRES, 2004, p. 22). Durval Muniz Albuquerque (2008, p. 9, grifo nosso) descreve Foucault como “cartógrafo das margens”, ao destacar que suas pesquisas se voltaram para o periférico: “a loucura, a anormalidade, a monstruosidade, a sexualidade, o corpo, a literatura, **os ilegalismos, os infames**, tudo aquilo que a racionalidade moderna excluiu, desconheceu, definiu como **passível de punição, de normalização e de medicalização**”.

Os ditos e escritos de Foucault – livros, aulas, entrevistas, conferências etc. – não apresentam necessariamente uma continuidade progressiva. Embora sua produção seja dispersa, o próprio filósofo definiu seus objetivos ao fazer uma retrospectiva de suas pesquisas.

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência [...]. Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”. Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual um ser humano toma-se um sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade – como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade” (FOUCAULT, 1995, p. 231-232).

Na primeira fase desse empreendimento, a arqueológica, o filósofo analisou o discurso enquanto práticas que obedecem a regras específicas de formação (FOUCAULT, 2010) e constroem os saberes científicos. A medicina, por exemplo, ganha legitimidade e autoridade para emitir diagnósticos e executar certos procedimentos. Na segunda fase de suas pesquisas, Foucault se concentra na analítica do poder, investigando os mecanismos e estratégias através dos quais os sujeitos são disciplinados. Entretanto, não são etapas separadas e distanciadas pela mudança de direção; o filósofo alerta que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 31). Nesse sentido, os saberes legitimam o exercício dos poderes e aqueles são reforçados por estes. O uso medicinal da *Cannabis*, por exemplo, só poderia ser autorizado no Brasil mediante o aval de instituições oficialmente reconhecidas para tal, como a Anvisa. Suas decisões, por conseguinte, pautam-se em pesquisas científicas que atestem, através de métodos e testes específicos, a eficácia do princípio ativo da planta.

O poder que emana das instituições é o foco de Foucault em *A ordem do discurso*, sua aula inaugural no Collège de France, no dia 02 de dezembro de 1970. Essa aula é considerada o divisor de águas entre a fase arqueológica e a genealógica. Segundo Gregolin (2006, p. 96-97), ele, “ao mesmo tempo, continua a teorizar sua proposta para a análise do discurso e já está caminhando para a ‘fase genealógica’, na qual mergulhará nas discussões sobre os sistemas gerais de controle desenvolvidos pela sociedade ocidental”. Foucault direciona suas reflexões acerca dos procedimentos de controle dos discursos a partir da seguinte pergunta: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1999, p. 8).

Quão arriscado seria dizer tudo em qualquer momento e para qualquer um! O homem seria o lobo do próprio homem em uma terra sem leis, como diria Thomas Hobbes. Assim, para organizar, redistribuir, selecionar, limitar a circulação indefinida de enunciados, exige-se uma ordem do discurso. Tal função compete, na maioria das vezes, às instituições, legitimadas pelos saberes que detêm.

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde:

“Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que **o discurso está na ordem das leis**; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra e o desarma; e que, **se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém**”. (FOUCAULT, 1999, p. 7, grifo nosso).

No decorrer da aula inaugural, Foucault define e descreve os processos pelos quais as instituições operam seu poder. No que concerne à proposta deste artigo, convém citarmos apenas os princípios externos de controle dos discursos: *os procedimentos de exclusão*. Dentre eles, estão a *interdição*, a *segregação da loucura* e a *vontade de verdade*. Vejamos a que eles dizem respeito:

a) *interdição*: é o procedimento mais evidente e familiar, segundo Foucault. Em todas as esferas da sociedade, há discursos cuja circulação está submetida a regras que a restringem, limitam. À interdição, deve-se este princípio: “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Para o filósofo, as regiões da sexualidade e da política são as mais afetadas por esse procedimento;

b) *segregação da loucura*: o binômio razão/loucura reveste aqueles que são considerados “loucos” de “desrazão”. Dessa forma, há uma descrença quanto ao seu papel na sociedade, geralmente rebaixado ao descrédito. “Pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 11);

c) *vontade de verdade*: para o pensador francês, cada época tem suas proposições verdadeiras, construídas pelos discursos cuja ordem encontra, na receptividade da sociedade e das instituições, sua vigência e legitimidade. A vontade de verdade apoia-se sobre um suporte institucional: “é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas [...], pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Esses procedimentos se manifestam de maneira microfísica, através de pontos difusos espalhados por toda a estrutura social. As relações de saber-poder se caracterizam por ações sobre ações, e não por uma dominação perpétua e repressiva (FOUCAULT, 1995). São sujeitos que travam lutas diárias, embates discursivos, digladiam-se com suas verdades.

Sete anos após *A ordem do discurso*, no texto *A vida dos homens infames*, Foucault nos apresenta a sujeitos cotidianos na França do século XVIII que

só ganharam notória relevância em decorrência do seu encontro com o poder soberano, vigente à época em que os fragmentos analisados pelo filósofo foram produzidos. A partir de escritos encontrados na Biblioteca Nacional, o “diagnosticador do presente” decidiu investigar de que maneira os discursos de pessoas duplamente infames – pela ausência de fama e pelas lembranças abomináveis que deixaram – entraram na história, resistindo a centenas de anos nos quais poderiam ter se perdido nos arquivos das bibliotecas. O pensador se debruça sobre o sistema *Lettre de Cachet*, que vigorava em certo momento do absolutismo francês e consistia em cartas assinadas pelo rei ordenando a punição dos súditos. Entretanto, o autor não focaliza os mandos e desmandos do poder soberano, mas as denúncias – efetivadas por sujeitos do cotidiano – que fomentavam a decisão do monarca. As escolhas do rei não seguiam uma aleatoriedade autoritária, mas os rastros das denúncias do povo. Através de petições e com a ajuda de pessoas que dominavam a escrita – visto que grande parte da plebe era analfabeta –, vizinhos acusavam vizinhos, pais entregavam filhos, descrevendo delitos como perturbação da ordem, alcoolismo ou adultério.

Segundo Foucault, essas vidas singulares, que seriam possivelmente afogadas sob a superfície da historiografia tradicional, só venceram o desconhecimento e chegaram até nós graças ao choque com o poder, “[...] foi preciso que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder” (FOUCAULT, 2003, p. 207). Esse sistema evidencia a passagem do cotidiano para o discurso e a presença ubíqua do poder monárquico na microfísica social. As petições através das quais os sujeitos se acusavam e pediam condenação de uns e outros são os instrumentos que nos permitiram conhecer uma história ofuscada, diferente daquela em que o rei assassina ao seu bel-prazer e governa sem a anuência de seus súditos. Ao oferecer ao povo o poder de denunciar, “a *lettre de cachet* com ordens de prisão, tida como a vontade expressa e particular do rei de fazer encarcerar um de seus súditos, fora das vias da justiça regular, não era senão a resposta a essa demanda vinda de baixo” (FOUCAULT, 2003, p. 213). Esse sistema credibilizava as atitudes do soberano perante seu reino, já que os pedidos partiam deste.

Entretanto, para adquirir validade suficiente perante a autoridade absolutista, os delitos deviam ser discursivizados, assinalados em petições formais. Para chegar até nós, as vozes infames precisaram se ajustar aos mecanismos de poder da época e inscrever-se em uma materialidade específica – a escrita –, sem a qual não marcariam a história. Como nos diz Foucault (2003, p. 207), “vidas foram ‘desempenhadas’ nestas poucas frases [...]”. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram

efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras”. As “armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas” presentes no sistema *Lettre de Cachet* encontraram no discurso o seu instrumento de ação.

Séculos depois, as plataformas que abrigam os discursos de sujeitos infames mudaram. Agora, para que suas vidas e vozes reverberem, eles se inserem principalmente no espaço da mídia. Katiele Fischer é um exemplo disso. A discursivização de sua batalha em prol do uso medicinal da maconha a fez emergir da infâmia – do anonimato e do ato ilegal –, o que provocou grandes tensões entre as instituições nacionais, a ponto de regulamentos oficiais serem modificados.

Erva proibida: os procedimentos que controlam os discursos sobre o uso da maconha

O uso medicinal do canabidiol, substância derivada da maconha que não produz efeitos alucinógenos ou psicóticos, tem enfrentado menos interdições relacionadas aos discursos que enquadram a erva proibida no Brasil em um espaço de repúdio e marginalidade. Até 2014, entretanto, o assunto era maciçamente silenciado na mídia, no Congresso Nacional, na Justiça, na Anvisa (RODRIGUES, 2014b). O documentário *Ilegal – a vida não espera*, dirigido por Tarso Araújo e Raphael Erichsen e lançado em outubro daquele ano, foi o desdobramento de um caso que rompeu o silêncio imposto pela moral que predomina no país. Ele relata a perspectiva de diversas famílias que lutam pela regulamentação do uso medicinal da maconha e apresenta também a visão de políticos, médicos e pesquisadores sobre a temática. Antes disso, em fevereiro, a revista *Superinteressante* trouxe como matéria de capa *A revolução da maconha*, assinada por Tarso Araújo. A reportagem contava a história da pequena Anny Fischer e, a partir dela, o jornalista decidiu produzir o curta-metragem *Ilegal* como parte do projeto REPENSE, campanha de conscientização sobre a maconha medicinal. Em março de 2014, o vídeo foi publicado no *YouTube* e seu conteúdo se disseminou nas pautas da mídia nacional.

As cenas do curta-metragem estão presentes no documentário que constitui o elemento principal do nosso *corpus* de análise. Antes de discutirmos sobre a ascensão espetacular da família Fischer nos veículos de comunicação, descrevamos e interpretemos as interdições que a atingiram antes da fama. O documentário se inicia com o som de teclas do telefone e, logo depois, acompanha o diálogo verídico entre Katiele Fischer e a atendente da Anvisa. A ligação acontece após o canabidiol encomendado pela mãe não ter chegado em sua residência e ela receber um telegrama da instituição. Katiele se refere à substância – até então ilegal – como “produto importado dos Estados Unidos”, “suplemento alimentar” e “produto de

uso controlado”; ela só fornece a definição específica da substância ao ler, para a atendente, a declaração do médico de Anny: “apresenta quadro clínico com distúrbio psicomotor decorrente de uma patologia cerebral. Dentre os sintomas, tem crises convulsivas resistentes a todas as medicações possíveis no país. Justifico a solicitação de canabidiol baseado nos itens acima”.

Perceba que, para amenizar a ilegalidade prevista em lei para a importação, a mãe convoca a palavra autorizada do médico, instância que lhe dá a legitimidade de requerer o “produto de uso controlado”. Segundo Foucault (2010, p. 57), “a fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo”. A fim de conseguir a liberação do produto retido, Katiele leva a filha ao psiquiatra Antônio Siqueira, que atesta os benefícios do canabidiol nos meses anteriores em que a Anvisa não havia identificado os “pacotes camuflados”, obtidos com contatos da família Fischer nos Estados Unidos. As convulsões de Anny diminuíram de 60 por semana para quase zero.

O psiquiatra enfatiza que não receitou “remédio proibido”, mas relatou “a experiência que teve com o resultado do uso da medicação”. Esse depoimento revela outra interdição que conjura a produção e proliferação dos discursos: a necessidade do aval das instituições. De acordo com o Conselho Federal de Medicina, é vedado ao médico “deixar de colaborar com as autoridades sanitárias ou infringir a legislação pertinente” (CFM, 2018). Já que o canabidiol constava na lista de substâncias proscritas da Anvisa, ou seja, sua importação, cultivo e uso eram proibidos, os médicos temiam perder seu registro para atuação profissional ao se envolver nessas questões. Conforme assevera Foucault (2010, p. 57), há “lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação)”. Algumas falas presentes no documentário reforçam esse procedimento recorrente de interdição sobre o discurso médico:

Eduardo Faveret (neuropediatra): Profissionalmente, **a gente fica um pouco inseguro, né, diante da possibilidade de ter algum tipo de penalização...** Cassação do CRM, pensando na pior das questões... A gente tem que batalhar pelo direito da pesquisa.

Dr. Eusébio (cirurgião anônimo): Eu só toco nesse assunto, do ponto de vista de oferecer o produto, quando já tenho um vínculo muito grande com o paciente [...]. Se algum médico no Brasil prescrever algum remédio à base de maconha ou maconha, ele vai ter o registro dele suspenso e vai ser

investigado sobre isso. **Essa é a normativa que tem no CRM de 2010 e até hoje não foi modificada. Então por isso os médicos no Brasil não podem prescrever, entendeu?** Mas podem falar, têm liberdade de expressão para falar o que quiserem.

As barreiras concretizadas nas legislações são históricas e sociais. Baseiam-se em vontades de verdade específicas para cada época. As condições que dificultam o debate sobre a descriminalização do uso medicinal da maconha no Congresso Nacional – entre a bancada evangélica e a outra porção semelhantemente conservadora do plenário – ou as pesquisas em instituições científicas se associam, em grande parte, ao estigma do “maconheiro”. De acordo com Sousa (2013), que fez uma amostragem de entrevistas sobre o uso da maconha, “ainda que seja possível identificar contraposições aos sentidos negativos que são vinculados ao usuário de maconha, a maior parte dos discursos analisados o insere em um quadro simbólico predominantemente negativo” (p. 110). O usuário de maconha tem sua palavra relegada à nulidade, como se fosse “uma pessoa burra, fraca ou inábil para lidar com os problemas cotidianos” (SOUSA, p. 110). Com o discurso levado ao descrédito, tais sujeitos são postos à margem da sociedade, além de sofrerem com as interdições relativas ao “fornecimento da erva”, ao “sigilo” e à “moralidade” (BECKER, 2008).

Esse preconceito recai também sobre o desconhecimento quanto às propriedades medicinais da erva, embora os rumos da discussão venham mudando graças ao “barulho” liderado por Katiele e outras mães. Vejamos a seguir algumas das menções a esses estigmas no documentário:

Katiele Fischer (mãe de Anny): A imagem que era passada pra gente desde que eu era criança é que **isso é uma droga e você não pode chegar perto porque é do mal** [...]. Quando você já tentou de tudo e não resolveu, uma possibilidade acaba com qualquer preconceito.

Orberto Fischer (pai de Anny): Pra gente é uma luta muito delicada. A gente tem consciência hoje de que esse produto é positivo, mas qualquer coisa que a gente venha a falar, **qualquer movimento que a gente venha a fazer vai mexer com valores morais**.

Camila Guedes (mãe de Gustavo): A minha família é uma família de militar. Meu marido é ilitar, eu já fui militar, o meu sogro é militar. **Eu sempre fui careta, nunca vi maconha na minha vida**. Não tenho noção do que é. [...] Se a luz no fim do túnel é essa e se o CBD tá na maconha, ok, a gente vai usar maconha. Se tivesse no abacaxi, a gente ia usar a folha do abacaxi.

Juliana (mãe de duas filhas): As pessoas não entendem que eu fumo maconha para a dor. Eu cansei de fumar maconha trancada no banheiro por causa de vizinho, por causa de cheiro, de preconceito, sabe? **Vizinho já parou de conversar comigo, com a minha família, com as minhas filhas por**

causa disso. Eu quero poder frequentar os lugares e fazer parte da sociedade sem ser olhada de banda porque “aquela menina ali fuma maconha”.

A última fala da citação acima é de uma mulher que teve implosão da coluna lombar e, após se tratar com o THC, substância derivada da maconha que produz efeitos psicoativos e medicinais, retirou uma bomba de morfina que funcionava para apaziguar suas dores. Com a luta pela liberação do CBD, outras pessoas também descobriram as propriedades do THC e o incluíram nas pautas de reivindicação do uso medicinal da erva.

Da infâmia à hipervisibilidade: a discursivização do cotidiano da família Fischer na mídia

As interdições e segregações que cerceavam o debate sobre os atributos terapêuticos da *Cannabis* só sofreram abalos após a irrupção de um enunciado que se multiplicou Brasil a fora, produziu reações as mais inesperadas e preparou o terreno para a construção de outras vontades de verdade. A partir da publicação do curta-metragem *Illegal*, Katiele Fischer e sua família se chocaram com o poder da mídia, após as tentativas burocráticas de dialogar com instituições como a Anvisa via telefone. Para Tarso Araújo, um dos diretores do curta, “a maconha medicinal era o assunto que tava soterrado e escondido nas entrelinhas, era uma realidade sobre a qual ninguém falava, sobre a qual muito pouca gente conhecia [...] Ela [Katiele] tava de peito aberto e a fim de brigar. Ela tava a fim de luta”.

O vídeo foi divulgado no *YouTube* no dia 27 de março de 2014. Embora não conte com um número gigantesco de visualizações – quase 300 mil – em comparação a outros vídeos da plataforma, a discursivização dessa história foi o suficiente para arrancar da obscuridade as vidas infames da família Fischer. Três dias depois, o programa televisivo *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu uma reportagem sobre a pequena Anny. Um dia depois, o advogado de Katiele entrou com ação judicial para a autorização de importação do canabidiol. Dois dias se passaram e a Justiça decidiu a favor. Essa conquista nos faz enxergar a pertinência das reflexões de Ramonet (2013, p. 64) acerca do poder da mídia:

Como disse Pierre Bourdieu, “a opinião pública não existe, ela é o reflexo dos meios de comunicação”; se não existisse comunicação de massa, não haveria opinião pública, e sim pressupostos ou crenças. A opinião pública pressiona os poderes legítimos e, além disso, transmite a eles seu descontentamento ou sua desaprovação em relação a tal ou qual medida, sendo um agente indispensável para o bom funcionamento da democracia atual. [...] É por esse motivo que falamos em quarto poder, ele é uma espécie de contrapoder, um contrapeso aos poderes legítimos na democracia.

Os veículos de comunicação disseminaram as informações publicadas pelo curta-metragem e pelo *Fantástico*, agregando ao drama familiar um novo episódio. Isso gerou uma ebulição nacional e estremeceu as bases morais que justificavam a interdição e a segregação da temática.



Figura 2: Manchete do *Estadão* em 03 de abril de 2014.



Fonte: Print da tela do computador

Figura 4: Manchete do *Jornal Hoje* em 04 de abril de 2014.



Fonte: Print da tela do computador

Nos nove meses subsequentes a esse acontecimento, a Anvisa concedeu liminar a 168 pessoas que pediram a importação do CBD (RODRIGUES, 2014a). Entretanto, ao pensarmos com Foucault, não devemos nos iludir e achar que as rupturas e emergências de sujeitos do cotidiano são obras do acaso. Assim como as petições do sistema *Lettre de Cachet* exigiam “uma linguagem decorativa, imprecativa ou suplicante”, na qual “cada uma dessas pequenas histórias do dia a dia devia ser dita com a ênfase dos raros acontecimentos que são dignos de reter a atenção dos monarcas” (FOUCAULT, 2003, p. 217), a discursivização em torno das famílias que precisavam da maconha medicinal seguiu uma ordem discursiva, a fim de tornar críveis e aceitáveis seus ideais. Assistimos ao erguimento de outras vontades de verdade, aquelas que resistiram aos poderes institucionais vigentes.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, **os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro** (FOUCAULT, 2005, p. 16, grifo nosso).

As verdades se organizam conforme o estatuto dos saberes que convocam. Observamos, predominantemente, dois processos discursivos concernentes a essa relação na história das famílias de que trata o documentário. O primeiro deles se refere à instituição familiar, que visa a conscientizar a opinião pública através da confissão dos relatos pessoais e particulares acerca dos dramas vivenciados. Enunciados ligados ao amor, ao sofrimento, à maternidade e à sensibilidade formam um conjunto discursivo cujo efeito de verdade deriva do testemunho de vida, da coragem de enfrentar poderes e situações que possam acarretar riscos (FOUCAULT, 2011). No dia 7 de abril de 2014, no programa *Encontro com Fátima Bernardes* (GSHOW, 2014), os pais de Anny Fischer apresentaram uma planilha que indicava o número de convulsões mensais da filha com e sem o CBD. Com os olhos marejados e a voz embargada, Katiele defendeu sua verdade.

Katiele Fischer: Fátima, o canabidiol não vai trazer a cura pra Anny, porque a síndrome dela não tem cura. Mas vai trazer uma qualidade de vida, que é o que importa. **A gente vê ela fazendo barulhinho, sabe?** Você acha que eu tô achando ruim ela fazer barulho? Não. **Porque a Anny, até a gente**

começar a usar o CBD, ela tinha perdido tudo, ela tava como uma bonequinha de pano [...].

Norberto Fischer: Agora é **lutar pra fazer o que for melhor pra Anny**. Há dois anos, no dia 27 de agosto, **a Anny levantou no meio da nossa sala e saía caminhando**. Ela conseguia caminhar, ela emitia sons, ela estava já *lalandando*, né, como a gente fala...? Querendo chamar “mamãe”... E depois, **nós vimos ela, em quatro meses, perder tudo**.

A planilha feita pelos pais produziu um conhecimento específico sobre a realidade de Anny, uma espécie de exame que operou sobre “a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável” (FOUCAULT, 2014, p. 186). Junto com a declaração do psiquiatra, esse “atestado de observação” justificou a decisão do juiz sobre o caso (GALLUCCI, 2014).

O segundo processo discursivo que constrói vontades de verdade para a regulamentação do uso da maconha medicinal associa-se às vozes da ciência, visto que “o saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status científico*” (FOUCAULT, 2010, p. 204). Para tornarem-se aceitos perante a sociedade e as instituições, os efeitos do CBD e do THC devem ser testados por pesquisadores. O documentário apresenta cenas que indicam um movimento discursivo de abertura na esfera da ciência, como a realização do IV Simpósio Internacional de *Cannabis Medicinal*, em São Paulo.

Entretanto, apesar da mobilização crescente e da repercussão do caso Fischer, as instituições voltam a demonstrar sua autoridade no procedimento de interdição. Uma audiência pública da Anvisa, em maio de 2014, decidiu pela não retirada do canabidiol da lista de substâncias proscritas. Indignada, Katiele discutiu com a ouvidora da agência. E o diálogo que, há algumas semanas, acontecia longe das câmeras e dos microfones dos veículos de comunicação, ganhou uma retumbante discursivização.

Katiele Fischer: A Anvisa solicita que um médico me prescreva pra eu poder pedir em caráter de exceção. Onde eu vou conseguir um médico corajoso que pode perder o seu CRM pra prescrever uma coisa que está na lista de proscritos? Essa é a grande questão! Eu não consigo entender o que foi dito lá dentro que não vai resolver sair da lista C3. Isso é um absurdo!

Figura 5: Discussão entre Katiele Fischer e a ouvidora da Anvisa.



Fonte: Imagem do documentário *Ilegal – a vida não espera*.

Outrora mãe infame – pela ausência de fama – e cidadã infame – pelo ato ilegal cometido –, Katiele tornou-se a mulher que elevou o debate sobre o uso medicinal da maconha no Brasil ao nível do conhecimento público. É pertinente, portanto, refletirmos sobre a fala de Antônio Zuardi, biólogo e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), no documentário: “O que a ciência não conseguiu fazer, uma mãe conseguiu”. As margens alargaram os limites e se expandiram para novos espaços; isso se coaduna com o pensamento de Foucault, que “mostra a possibilidade de as normas sociais determinarem a vida dos indivíduos **parcialmente** num jogo determinação-indeterminação em que há sempre zonas vazias que se abrem à invenção” (PORTOCARRERO, 2008, p. 421, grifo nosso).

Considerações Finais

Foucault nos convida a analisar o presente, a diagnosticar “nosso solo silencioso e ingenuamente imóvel”, a enxergar “suas rupturas, sua instabilidade, suas falhas” (FOUCAULT, 2007, p. 14). Para operar esse diagnóstico, remontamos ao passado, de 2019 para 2014, a fim de mostrar as condições que possibilitaram ações institucionais como as consultas públicas propostas pela Anvisa em junho deste ano. Fazemo-nos cientes de que outros acontecimentos antecedem aqueles que relatamos nestas páginas. Realizamos, portanto, um recorte no tempo e no espaço e, como

Foucault nos ensina, analisamos as especificidades – e não as universalidades – em suas singularidades.

Desde o lançamento do documentário *Illegal – a vida não espera*, muitos avanços foram dados em direção à garantia ao cidadão do que consta na Constituição de 1988: o direito à saúde (GALLUCCI, 2014). Em janeiro de 2015, a Anvisa retirou o canabidiol da lista dos produtos de uso proscrito e, em março de 2016, foi concedida a autorização para prescrição de remédios à base de CBD e THC. O Metavyl, medicação produzida a partir da maconha, foi registrado no Brasil em janeiro de 2017. Três meses depois, a Justiça Federal da Paraíba autorizou uma associação de João Pessoa a cultivar a maconha para fins exclusivamente medicinais. No mês seguinte, a *Cannabis sativa* foi incluída na Lista Completa das Denominações Comuns Brasileiras (DCB) sob a categoria de “planta medicinal” (G1, 2019).

Katiele foi uma das responsáveis por estremecer a estrutura burocrática das instituições e abrir o caminho para esses passos. Mas não a única. Embora tenhamos focalizado sua história, outras mães, pais, familiares, políticos, jornalistas, cientistas, médicos, cidadãos brasileiros se uniram em prol dessa causa. Sozinha, Katiele não conseguiria. A Associação de apoio à pesquisa e a pacientes de *Cannabis Medicinal* (Apepi), por exemplo, junta-se à “marcha da maconha” e leva a resistência às ruas.

Entretanto, o presente ainda desperta inquietações e angústias. Assim como Katiele, Camila Guedes, cujo filho faleceu enquanto aguardava a liberação para o uso do canabidiol, mora em Brasília, cidade em que os poderes institucionais da nação se encontram. Ela aguardou um mês para conseguir o direito à importação do CBD por três meses, e reflete sobre isso: “Eu, Camila, que moro aqui em Brasília [consegui]. E a dona Maria que mora no interior do Rio Grande do Sul? E a dona Zezinha que mora no interior do Ceará? Como ela vai fazer?”. São essas as indagações que devem nos mover, para esses sujeitos infames precisamos voltar nosso olhar, pois suas vidas frágeis e ocultas correm o risco de sucumbir antes que o choque com o poder venha a iluminá-las.

Referências

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio. Uma cartografia das margens. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Consulta pública para Cannabis medicinal**. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/rss/-](http://portal.anvisa.gov.br/rss/)

/asset_publisher/Zk4q6UQCj9Pn/content/id/5528808>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade: o trabalho diagnóstico em Michel Foucault. In: **Foucault: a coragem da verdade**. GROS, F. (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2004. pp. 15-37.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008.

CFM. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.217/2018**. Disponível em: < <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II**: curso no Collège de France (1983-1984). 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**: uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 203-222.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

G1. Anvisa aprova proposta que pode liberar o cultivo de maconha medicinal para indústria e ciência. **Globo**, 2019 Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2019/06/11/diretoria-da-anvisa-vota-proposta-que-pode-liberar-o-cultivo-de-maconha-para-fins-medicinais-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

GALUCCI, Mariângela. Juiz garante acesso de menina a droga com substância extraída da maconha. **Estadão**, 2014. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,juiz-garante-acesso-de-menina-a-droga-com-substancia-extraida-da-maconha,1149038>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

GSHOW. Pais se emocionam com liberação de derivado da maconha para tratamento. **Globo**, 2014. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/O-Programa/noticia/2014/04/pais-se-emocionam-com-liberacao-de-derivado-da-maconha-para-tratamento.html>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

ILEGAL - A vida não espera. Direção: Tarso Araújo, Raphael Erichsen. Produção: Revista Superinteressante, 2014. (72 min).

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. VII-XXIII.

PORTOCARRERO, V. Os limites da vida: da biopolítica ao cuidado de si. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMONET, Ignácio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados?. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

REPENSE. **Ilegal**. 2014. (5m40s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CtJ1pzMKxs&t=1s>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

RODRIGUES, Alex. Anvisa autorizou 168 pacientes a importarem medicamento derivado da maconha. **Agência Brasil**, 2014a. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2014/11/anvisa-autorizou-168-pacientes-a-importarem-medicamento-derivado-da-maconha>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

RODRIGUES, Alex. Preconceito e burocracia impedem pesquisa científica e uso da maconha medicinal. **Agência Brasil**, 2014b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2014-11/preconceito-e-burocracia-impedem-pesquisa-cientifica-e-uso-da-maconha>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. **Maconha e representações sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

“DO CAMBURÃO AO MILHÃO”: FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO DO CRIMINOSO NO *YOUTUBE*

Dayane Oliveira
Regina Baracuhy

Introdução

O início da sociedade disciplinar foi marcado por uma reorganização do sistema jurídico e penal em diferentes países na Europa e no mundo a partir do final do século XVIII e início do século XIX. De acordo com Foucault (2003), nesse momento, o princípio fundamental do sistema da lei penal definia que o crime ou a infração não deveria ter mais nenhuma relação com a falta da moral ou religiosa, pois estabelecia uma ruptura com a lei civil, explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político. Essa noção de legislação implica diretamente em uma redefinição do conceito de crime. De acordo com Foucault (2003), o crime não é algo aparentado como pecado e/ou como falta, e sim um dano à sociedade, uma perturbação, um incômodo para o corpo social. Por conseguinte, se define a noção de criminoso enquanto inimigo social:

[...] o criminoso é o inimigo social. Encontramos isso muito claramente em todos esses teóricos como também em Rousseau, que afirma que o criminoso é aquele que rompeu o pacto social. Há identidade entre o crime e a ruptura do pacto social. O criminoso é um inimigo interno. Esta ideia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade. (FOUCAULT, 2003, p. 81)

Nessa perspectiva, o dano causado pelo indivíduo à sociedade deve ser apagado, mas se isso não for possível, é preciso evitar que o dano não possa mais ser recommçado pelo sujeito criminoso. Para tanto, os legisladores propuseram diferentes formas de penalidade, a deportação, a humilhação pública, o trabalho forçado e a pena de talião (sofrer o crime cometido). Mas o que de fato aconteceu foi algo bem diferente. Conforme o filósofo em pauta, toda forma de penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre o que os indivíduos fizeram, observando se está ou não em conformidade com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer.

Desenvolve-se, portanto, na questão da criminologia e da penalidade, a noção de *periculosidade*, cuja ideia significa que “o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos” (FOUCAULT, 2003, p. 85). Isso dialoga diretamente com a questão mesma da construção do desvio, da anormalidade, da maldade e da “feitura” do sujeito criminoso.

De acordo com Foucault (2003), essa espécie de “controle penal punitivo” dos indivíduos, ao nível de suas virtualidades, não pode ser efetuado apenas pela própria justiça, pois há uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, que vão enquadrar, objetivar os indivíduos ao longo de sua existência – instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc. Não obstante, ao mesmo tempo em que mapeamos algumas das técnicas que constituem os sujeitos criminosos, identificamos os elementos que lhes criam uma “identidade infratora” para a qual se dirigem estratégias específicas de governo da conduta.

Pensando nessa identidade histórica do sujeito criminoso traçada por Foucault, nos propomos a pensar quais são os modos de subjetivação desse sujeito hoje, na sociedade contemporânea, na era digital, mais especificamente no espaço heterotópico¹ da *web*. Tal reflexão se apresenta pertinente à medida que, dentro de uma dispersão de vídeos na *web*, veiculados à plataforma do *YouTube*, observamos uma regularidade: sujeitos criminosos infames, marginalizados no espaço real, invisíveis em nossa sociedade, ganham uma hipervisibilidade no espaço heterotópico da *web*, no momento em que tem suas vidas atravessadas pelo poder através do dispositivo jurídico. Esses sujeitos criminosos, autores de crimes, ao serem entrevistados por canais de televisão locais (geralmente filiais das grandes emissoras) têm suas entrevistas compartilhadas em canais do *YouTube*, que recebem milhões de visualizações, tornando-os verdadeiros “fenômenos da internet”, não pela gravidade dos crimes cometidos, mas por provocarem a admiração e o riso dos internautas.

Em face desse fenômeno virtual, nos propomos a analisar como a web, enquanto espaço heterotópico, promove o deslocamento desses sujeitos criminosos infames da invisibilidade à hipervisibilidade no *YouTube*. Mais especificamente, objetivamos:

- Investigar como os enunciados produzidos por esses sujeitos reverberam dentro e fora do ciberespaço;

¹ Foucault usa o termo heterotopia para descrever espaços que, apesar de estarem dentro de uma realidade tópica, possuem múltiplas camadas de significação ou de relações com outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente, pois funcionam em condições específicas e não hegemônicas.

- Verificar as estratégias de subjetivação dos sujeitos infames dentro dos jogos de saber/poder que regem as relações sociais no *YouTube*;

Para alcançarmos tais objetivos, buscamos suporte nos estudos de Michel Foucault sobre sujeito e poder, dentro das suas contribuições para a Análise do Discurso, mobilizando, discussões das relações de saber/poder que constituem os sujeitos, bem com reflexões sobre *verdade* e *moralidade* na sociedade ocidental.

Para a constituição do *corpus*, consideramos o princípio discursivo da *dispersão*, proposto por Foucault (2016), no qual o discurso se caracteriza pela coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos. Seguindo esse princípio, a montagem do *corpus* envolve diversos enunciados, que aparecem em lugares distintos, mas que se referem ao mesmo tema ou acontecimento. Quando tratamos do *corpus* em sua dispersão, estamos considerando-o no espaço descontínuo do arquivo do qual faz parte. Para este artigo, realizamos um recorte discursivo, considerando como critério a singularidade do acontecimento dentro da regularidade do arquivo. Elegemos o vídeo intitulado *MC Bejinho – Me Libera Nega*, nele, o sujeito criminoso, preso em flagrante por assalto, no momento da entrevista, apresenta-se ao repórter como MC² e começa a cantar, após ser solto ele utiliza o *Youtube* para se lançar como cantor de funk. O clipe de sua música “Me libera nega” já tem mais de oito milhões de visualizações. É o único caso em que o sujeito criminoso consegue subjertivar-se de outra forma dentro e fora da plataforma digital.

Para a análise do *corpus*, nos orientamos pelo método de investigação *arqueogenealógico* de Michel Foucault, que une as duas fases de seu pensamento – arqueologia e genealogia. Enquanto que na primeira tenta-se determinar a constituição do sujeito como objeto de saber; na segunda, trata-se de compreender a constituição do sujeito a partir das relações de poder que o envolvem, agindo sobre o corpo e alicerçando o espaço no qual ele age, bem como os modos que esse sujeito resiste e se subjertiva.

Foucault e os Modos de subjetivação

Michel Foucault investigou, ao longo de sua obra, diferentes modos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos, são os modos de *subjetivação* que se dá de duas formas: primeiro, o modo como o sujeito é dado a ver enquanto objeto por determinadas práticas discursivas (saberes) e relações

² No Brasil, os cantores de funk usam a sigla MC antes de seus nomes. De uma maneira geral, essa sigla tem o significado de mestre de cerimônias, ou pessoa que conduz eventos importantes.

de poder; segundo, pelo modo como o sujeito, uma vez objetivado por saberes e poderes, relaciona-se consigo mesmo. Esse segundo modo, por sua vez, aparece e se desenvolve historicamente como *práticas de si, técnicas de si e cuidado de si*, que lhe permitem constituir-se como sujeito de sua própria existência.

As práticas de si e as técnicas de si implicam uma reflexão sobre o modo de vida, sobre a maneira de regular a conduta, de um jogo estratégico onde a liberdade é evidenciada. Quando trata do cuidado de si como prática de liberdade, Foucault (2007) ressalta que procurou mostrar como o sujeito se constituía de uma forma determinada, por meio das práticas de si produzidas a partir dos jogos de verdade, ou seja, como o sujeito se configurou historicamente na sua relação com a loucura, com a sexualidade, com a delinquência etc.

Dito isso, cumpre afirmar que os processos de subjetivação do ser humano pressupõem uma ação de si para o outro, e de si sobre si mesmo. Esta ação não está dissociada de uma moral e não é menos diferente, de uma moral a outra, de um sistema de valores, regras e proibições (FOUCAULT, 2007).

As práticas de subjetivação nos sistemas morais revestem-se quase sempre de um caráter jurídico, onde o sujeito é governado na forma da lei, contudo, os modos de subjetivação se caracterizam também por um elemento dinâmico, como as formas de relação consigo mesmo, os procedimentos e as técnicas mediante as quais se elabora esta relação, “as práticas que permitem ao sujeito transformar seu próprio ser” (FOUCAULT, 2007, p. 37).

Nesse sentido, toda a subjetividade envolve modos historicamente peculiares de se fazer a experiência de si, isto porque, toda a subjetividade expressa algo de impessoal, pois, de acordo com Deleuze (1986), supõe processos de subjetivação onde se dá a “repartição de singularidades”. Os saberes e os poderes, por sua vez, como aponta Foucault (2014), tentam domar, submeter os processos de subjetivação, mas estes lhes escapam, produzindo uma história da resistência relativa à vida:

Essa forma de poder se exerce sobre a vida quotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõem-lhes uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. (FOUCAULT, 2014, p. 123)

Sendo assim, entendemos que, se as subjetividades oferecem resistência, se elas estão envolvidas por processos de subjetivação que vão além de uma forma subjetiva, então o sujeito dispõe de uma “*mutabilidade*

ou *plasticidade* que lhe confere uma dimensão temporal ou transformacional” (CARDOSO, 2005).

Conduzimos nossa análise, a fim de fazer ver, pelo discurso da mídia, os jogos de verdade em que o sujeito criminoso é objetivado e ao mesmo tempo se subjetiva e se reconhece como sujeito de direito. Verificamos também como essa relação consigo revela o modo como o indivíduo se (re)afirma como sujeito de igualdade na relação de si para si e de si para com o outro, fazendo-o deslocar-se do lugar vulgar e infame em que se encontra (FOUCAULT, 2003b), (re)montando uma arquitetura de corpo-espaço insólita, produzida pelo entrecruzar de práticas e discursos e, ao mesmo passo, construída pelos mecanismos e estratégias de controle utilizadas pelo dispositivo jurídico e audiovisual.

O assaltante é MC

Para iniciarmos a análise, é preciso fazer uma reconstituição da rede de enunciados que envolvem o acontecimento, em investigação neste artigo, e o fazem emergir no tecido do discurso. Apresentamos, assim, uma série de vídeos que introduzem o indivíduo Ítalo Gonçalves no espaço heterotópico do *YouTube*, cada um deles subjetivando-o através de diferentes modos e práticas discursivas e não discursivas, construindo para esse sujeito, subjetividades conflitantes que reforçam as discussões estabelecidas anteriormente sobre a mutabilidade da identidade do sujeito criminoso na *web*, bem como os efeitos morais e éticos que essas subjetividades produzem.

Inicialmente, apresentamos o vídeo, “MC Beijinho – Me libera, Nega” (VIDEO I). Pouco depois do meio dia do dia 18 de novembro de 2016, um policial abriu o porta-malas de uma viatura metropolitana em Piatã (Bahia). Cantando lá dentro, o jovem, Ítalo Gonçalves de dezenove anos, achou que suas preces teriam sido atendidas, quando ele se depara com uma equipe de TV, podendo, assim, ter sua vida infame, finalmente, iluminada.

Figura 1: Vídeo I – MC Bejinho, “Me libera, Nega”

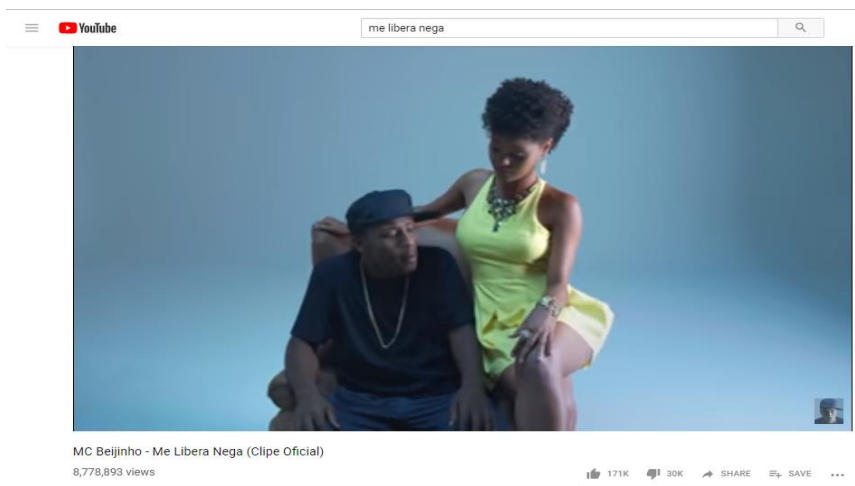


Durante toda a reportagem, Ítalo não parou de cantar, mesmo quando questionado sobre a ocorrência que o levaria àquela situação. Naquele momento, ele é considerado *suspeito* de cometer um crime, “teria roubado” diz o lide da reportagem (o que se confirma depois através da confissão) três *iphones* de alguns rapazes que passeavam pela rua, armado com um facão. Dessa forma, o indivíduo se constitui em sujeito criminoso através do dispositivo jurídico, ao infringir a lei violando a propriedade privada. A atuação desse dispositivo se dá essencialmente na forma da ação policial, através do aprisionamento do corpo, pela separação do corpo social. No entanto, o sujeito criminoso resiste cantando.

Podemos dizer que, nesse momento, a música é um instrumento de luta para esse sujeito que quer subjetivar-se de outra forma, que rejeita a identidade de criminoso construída pelos processos de objetivação do dispositivo jurídico e da mídia. Mesmo algemado, ele canta, levando, assim, por parte do repórter, a suspeita de que estava sob o efeito de alucinógenos, pois há uma quebra de expectativas quanto ao seu comportamento. Confere-lhe apenas o direito de permanecer calado ou confessar. É essa tomada de atitude inesperada dos sujeitos criminosos que provoca estranheza, admiração e mais comumente comicidade. Ítalo começa a cantar “Me libera, Nega” e, assim, se subjetiva como MC Bejinho.

Dois dias após da prisão, Ítalo Gonçalves foi solto, depois de passar pela audiência de custódia, e começou a adquirir visibilidade em sua comunidade. Através da reportagem e do próprio programa de TV na qual foi veiculada – pois tocava repetidamente o áudio da entrevista, enfatizando a parte que ele canta – sua música, posteriormente nomeada de *Me libera Nega* se popularizou e viralizou na internet após a postagem do clipe de mesmo nome.

Figura 2: Vídeo II – Clipe oficial



O clipe oficial foi lançado em 27 de dezembro de 2016, menos de um mês depois da prisão d MC Bejinho. É importante pensarmos em como esse acontecimento, a partir do choque com o poder lançou luz sobre esse indivíduo, possibilitando através de uma reportagem televisa certa visibilidade, mas, apenas o *YouTube* consegue garantir a hipervisibilidade. Em consonância com Burgess (2009, p. 09), acreditamos que “o fascínio da imagem atinge seu ápice quando nós somos a própria mensagem”, e, talvez por isso, o *YouTube* seja um irresistível local dessa enorme ágora virtual que permite a cada um ser a própria mídia, celebridades do cotidiano. Assim, como vários artistas do pop da nossa época, não haveria melhor plataforma para o desvendamento de si. Essa estratégia resultou em mais de 8.778.893 de visualizações até o momento desta pesquisa.

O **VIDEO I**, por sua vez, foi publicado inicialmente pelo canal *100 Noção*, no dia 30 de janeiro, dois meses depois do ocorrido, tempo suficiente para que a música cantada pelo *MC criminoso* estourasse na Bahia. Esta retomada do momento da prisão pode ser interpretada como um reforço da constituição desse sujeito enquanto criminoso que, mesmo mediante ao sucesso como artista, insiste em penetrar o fio da memória, como um lembrete, que não nos deixa esquecer suas práticas infratoras. Há, portanto, um conflito de identidades que se reforça no vídeo a seguir:

Figura 3: Vídeo III– Reportagem da Folha de São Paulo



O **VIDEO III** foi publicado pelo canal TV Folha no dia 29 de janeiro de 2017. “Do camburão ao milhão”, título que foi dado à reportagem, resume em um único enunciado a trajetória na qual temos a mutação do sujeito criminoso em cantor/artista. A partir da retoma da reportagem inicial (VIDEO I), acompanhamos uma reconstituição do acontecimento através de entrevistas com o próprio Ítalo, com a equipe do programa de TV e com o delegado que recebeu o caso.

Gostaríamos de chamar a atenção inicialmente para a imagem do sujeito, fazendo uma breve comparação com os VIDEOS I e II. Em todos esses momentos, o sujeito encontra-se sentado, mas em locais e com posturas diferentes. No primeiro, encolhido no camburão, pego em flagrante, autuado e recolhido das ruas. O corpo reprimido, curvado, espremido, sofre com cerceamento de sua liberdade. No segundo, ele está sentado numa poltrona grande, confortável, à vontade com uma bela morena ao seu lado. O espaço é amplo, pernas afastadas, relaxado, no centro, livre, coroadado. No terceiro, parece estar também sentado em uma cadeira confortável, sua postura inclinada para frente (durante o vídeo, gesticulando muito) revela a necessidade de chamar atenção para si, em alguns momentos até se levanta para encenar os fatos ocorridos. Mais uma vez, o sujeito se encontra à vontade e recebe o direito à palavra. Mesmo sujeito, diferentes posições, mas em todas elas o corpo resiste.

Já dizia Foucault (2014b), “o discurso é objeto de desejo”, e isso se dá justamente por sua articulação com o poder. Enfim, o sujeito infame tem acesso ao discurso, que lhe havia sido outrora interditado, já que se

encontrava à margem da sociedade. Mas afinal, o que teria a nos dizer um delinquente? A verdade, certamente.

É através da confissão que se dá voz ao criminoso. Segundo o filósofo, quando ele trata das prisões e das instituições jurídicas, há uma busca pela verdade, não acerca da responsabilidade jurídica do criminoso, mas um interrogatório é dirigido à verdade do “eu” do criminoso.

Na entrevista feita pela equipe de reportagem da Folha vemos o MC Beijinho, se coloca novamente na posição de infrator e confessa seu delito: (...) “quando eu vi os três gatinhos, veio logo a maldade na mente. Deus me perdoe! Perdeu, perdeu. Passa a tela aí, passa a tela aí, passa a tela aí.”. A redenção vem pelo ato de confessar.

Quando caminhava impune, foi abordado por policiais que perceberam a ação e encaminhado para a delegacia. No carro ele já cantava. De acordo com Ítalo, os policiais disseram “*Vamos chamar a reportagem pra ele, vamos chamar a reportagem pra ele, ai eu falei, é agora*”. Quando ele colocou o microfone que ele abriu a mala, em *me libera nega, deixa eu te amar...* Aí tomou a cidade toda, mas saiu do fundo de uma viatura de um camburão. Podemos assim dizer que a música se torna nesse caso uma espécie de técnica de si, dentro de um conjunto de práticas de si, que constitui “um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2006, p. 11).

Figura 4: Entrevista com o maestro e professor Alfredo Soares



Fon
te:

https://www.youtube.com/watch?v=5S1s_CZnEZs&t=249s

Assim, “um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2005, p. 105). Ao mesmo tempo, o sujeito se constitui também através do olhar do outro. De acordo com

Foucault (2006, p. 158), “o outro ou outrem é indispensável na prática de si a fim de que a forma que define esta prática atinja efetivamente seu objeto, isto é, o eu, e seja por ele efetivamente preenchida”. Por essa razão, é importante destacar na reportagem a entrevista com o maestro e professor de música popular da UFBA Alfredo Soares, que objetiva o sujeito como músico. Segue abaixo a entrevista transcrita.

Maestro Alfredo Soares:

– Eu acho que aquela coisa ali no camburão pra mim é música clássica.

Aquilo ali se fosse repetido várias vezes, aquilo era uma pér... uma performance da música, né?

Trata-se de estética a questão aqui e a música erudita é uma coisa que eu tenho um certo conhecimento

Deus me perdoe, eu não quero soar arrogante, nem soar pedante, mas eu dei minha vida pra isso, entende?

Então, eu considero aquilo ali música erudita DE QUALI-DA-DE!

Eu falei pra você, amor, que aquilo ali é obra de arte, num falei?

Eu acho isso, aquilo ali é música contemporânea e tem vários musicólogos, várias pessoas da pesada que concordam comigo.

Vou tentar explicar, depois vocês traduzem, tá certo?

A silabagem, a silabagem, a divisão silábica dos versos dele são feitos de uma maneira que podem ser transformados metricamente, a forma da onda como as palavras são dele é diferente de qualquer coisa que eu já vi antes. Eu estou falando de forma de onda no computador, é meio careta, mas tem a forma, né? Tem a forma de [incompreensível], de Vetel, tem a forma de... tem a fórmula de todo mundo, a fórmula dele é uma fórmula doida pra cacete, entendem?

Eu estava ouvindo, MEU DEUS! Esse cara pode fazer qualquer música!

Eu acho que assim, as pessoas levam a sério demais. Ah o cara... [incompreensível]

Eu estou me divertindo pra caramba, juro por Deus! Porque pra eu ficar sem dormir... É, eu ficar sem dormir... Acordado... Né, amor?! Enfim...

“Pra mim é música clássica”, inicia o maestro, e todo o seu discurso se constrói em argumentos que justifiquem essa afirmação. São práticas discursivas para a produção de um discurso verdadeiro sobre o sujeito: “*Aquilo ali se fosse repetido várias vezes...*”; “*Trata-se de estética a questão aqui*”; “*A silabagem, a silabagem, a divisão silábica dos versos dele são feitos de uma maneira que podem ser transformados metricamente, a forma da onda como as palavras são dele é diferente de qualquer coisa que eu já vi antes*”. Este último argumento, por sua vez, é exemplifica na forma de “ondas pelo computador” que o maestro, mesmo afirmando ser um recurso “careta”, ultrapassado, pode ainda revelar a genialidade do sujeito MC Beijinho enquanto cantor. Para tanto, ele se utiliza de recursos técnicos e tecnológicos (*estética, métrica, divisão silábica* etc.) que evocam um saber científico.

Figura 5: A “silabagem”



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=5S1s_CZnEZs&t=249s

Além disso, o maestro se coloca na posição de autoridade, de sujeito do saber: (...) a música *erudita* é uma coisa que eu tenho um certo conhecimento. Deus me perdoe, eu não quero soar arrogante, nem soar pedante, mas eu dei minha vida pra isso, entende? Então, eu considero aquilo ali música erudita DE QUA-LI-DA-DE!

De acordo com Foucault (2014b), essa é uma vontade de verdade que se apoia numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas científicas, conduzidas pela maneira como o saber é disposto na nossa sociedade, “como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído”. Tem-se aí um discurso de embasamento científico em que por parte do sujeito legitima o dizer e, ao mesmo tempo, dar credibilidade ao seu discurso.

O professor ainda evoca outras vozes que corroboram a sua afirmação, o que acaba se revelando pouco eficiente já que não há a citação de nomes, manifesta-se apenas nos termos *musicólogos e pessoas da pesada*. Sobre isso, Foucault (2014b) afirma: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não estiver, à partida, qualificado para o fazer”. Com isto, o autor quer dizer que nem todas as regiões do discurso estão abertas e à disposição dos sujeitos sem restrições.

É preciso uma diferenciação entre aqueles que são autorizados a falar, uma legitimação pelo saber da ciência. E é na rarefação do sujeito que se encontra também os jogos de verdade que competem para a construção de um dizer verdadeiro. Assim, em consonância com Foucault (2016b, p. 160), compreendemos que através da “intervenção do outro”, como uma espécie de mediador, somado às práticas de si, o indivíduo deve tender para um *status* de sujeito que ele jamais conheceu em momento algum de sua

existência: “há que substituir o não-sujeito pelo *status* de sujeito, definido pela plenitude da relação de si para consigo”.

Esse processo também pode ser observado através do princípio de *acontecimentalização*³, vez que o discurso produzido por esse sujeito ecoa em outras vozes igualmente autorizadas para legitimá-lo enquanto cantor, produzindo, assim, um apagamento da sua infâmia.

Acompanhamos, no decorrer da reportagem, algumas celebridades que cantaram (com ou sem o MC Beijinho) nas redes sociais, em shows e apresentações, a canção *Me libera Nega*. Isso revela a hipervisibilidade desse sujeito na web e fora dela, revelando assim o reconhecimento de sua identidade de MC também no espaço tópico. Podemos dizer que o auge da fama desse sujeito, outrora infame e criminoso, é o momento em que ele é convidado por Caetano Veloso para cantar ao seu lado na *Concha Acústica no Teatro Castro Alves* em Salvador.

A seguir, a título de exemplificação, alguns artistas que aderiram ao hit, respectivamente, reiterando e consolidando a subjetividade artística do sujeito criminoso: (a) Daniel Alves, Lázaro Ramos; (b) a dupla Simone e Simária; (c) Valeska, (d) Daniela Mércuri e Caetano Veloso; (e) a dupla Matheus e Kauã; (f) Cláudia Leite.

Figura 6: Celebidades cantam *Me Libera Nega*

(a) (b)



(c) (d)



³ Acontecimentalização é uma ação que, segundo Foucault (2003a), faz surgir uma singularidade. Trata-se de uma função teórico-política, uma vez que produz uma ruptura das evidências que apoiam nossos saberes, nossos consentimentos e nossas práticas.

(e) (f)



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=5S1s_CZnEZs&t=249s;
<https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/dono-do-hit-me-libera-nega-mc-beijinho-prepara-cd-musica-conquistou-caetano-veloso/>;
<https://www.youtube.com/watch?v=XoS3brtWPYy>.

Considerações finais

Concluimos que os diferentes olhares sobre o sujeito criminoso se refletem na materialização do conhecimento que se produz acerca dele. No dispositivo jurídico e na retomada do sujeito criminoso em outros encadeamentos histórico-discursivos, o deciframento de seu corpo monstruoso ou de sua moral, nos torna “sujeitos cúmplices de uma verdade produtora de conceitos cristalizados no imaginário sócio-histórico, fazendo proliferar imagens de interdição e segregação na construção do indivíduo perigoso” (MILANEZ, 2009, p. 88).

Ao evidenciar o poder das tecnologias digitais e o seu potencial de viabilização com uma participação ativa dos internautas, o *YouTube* também nos apresenta uma oportunidade de confrontar alguns dos maiores problemas da cibercultura: a contestação da ética e das normas sociais que ocorre quando sistemas de crenças, interesses e diferenças culturais entram em conflito.

Através de uma dispersão dos saberes e dos poderes no espaço heterotópico da *web*, o olhar sobre o sujeito criminoso, anormal incorrigível, se materializa em muitos discursos e em novas formas, chegando até mesmo a transpor as imateriais barreiras digitais, alcançando a topia da sociedade contemporânea.

Referências

CARDOSO, H. R. Jr. Para que serve uma subjetividade, Foucault, tempo e corpo. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Vol. 18. 3 n. Porto Alegre, Sep/Dec, 2005.

- DELEUZE, G. **Foucault**. Paris: Minuit, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV**: Estratégia, poder-saber. 2 ed. Trad. Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: MOTTA, M. B. **Ditos e Escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Trad. Adner Chiquierre. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b.
- MILANEZ, Nilton. A possessão da subjetividade. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos (org.). **Sujeito e subjetividades: discursividades contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

“SOU BRANCA, TENHO OLHO AZUL, NÃO TÔ ACIMA DO PESO, MAS, GENTE, TALVEZ VOCÊ NÃO ME CONHEÇA”: ÉTICA E ESTÉTICA TRANS NO *YOUTUBE*

Izaías Serafim de Lima Neto
Francisco Vieira da Silva

Introdução

Desde o século XVIII, a sexualidade dos indivíduos se tornou aspecto apreciado por todo um conglomerado de procedimentos clínicos, elucubrações filosóficas, processos políticos e aparelhamentos jurídicos. Os sujeitos têm, desde então, sido instadas a enunciarem para si uma verdade sobre seus sexos. Essa verdade, extorquida através de técnicas confessionais diversas, são o produto de um esforço autorreflexivo que se orienta pela premissa filosófica grega de *conhecer-se a si mesmo*.

É esse empreendimento que produziu no mundo ocidental dispositivos, tais como o da Confissão e da Sexualidade discutidos por Foucault (2015a), para fomentar práticas de subjetivação arraigadas na constante empreitada de identificar-se, confessar sua essência, constituir-se sujeito por um exímio governo de si (e dos outros). Foucault (2006) apresenta-nos as problematizações sobre esse tema ao chamar de Hermenêutica do sujeito o resultado do investimento histórico sobre as subjetividades a fim de torná-las confessas.

Nesse rol, o filósofo francês que nos guia no estudo discursivo que pretendemos realizar, orienta considerarmos esses aparatos confessionais (os quais têm existido nas mais diversas instâncias através de microtáticas de poder) como elementos-chave para a produção de uma Ética (no sentido moral) e uma Estética da vida. Nessa perspectiva, o sujeito ocidental tem sido interrogado cotidianamente sobre sua existência e ela por sua vez é notadamente sexualizada. Por isso, ao falarmos de uma ética e uma estética da existência, noções tais como confissão, poder, governo e sexualidade são intrínsecas.

Nesse sentido, o que pretendemos neste estudo é averiguar quais os modos de subjetivação e as estratégias de resistência responsáveis por produzir o sujeito mulher trans no *YouTube*. Para isso, nos debruçamos sobre a supracitada fase da ética e estética dos estudos foucaultianos e empreendemos discutir as relações de si para si que a mulher trans, enquanto *youtuber*, realiza e revela através de seus *vlogs*. Pensamos, nesse sentido, guiados pela seguinte interrogação: como, na superfície de emergência discursiva do *YouTube*, é produzida e se produz por si mesma a

mulher transexual? E ainda, quais estratégias de resistência esse sujeito move nas suas técnicas de si?

Para realizarmos este estudo, rastreamos canais de *youtubers* trans dentre os quais selecionamos o da influenciadora Mandy Candy (Amanda Guimarães), gaúcha, nascida em Gravataí/RS, é mulher trans que passou pelo processo de redesignação sexual em 2012 na Tailândia, trabalha como *gamer* e a primeira mulher trans brasileira a trabalhar como *youtuber*. Tornou-se famosa por narrar através do *YouTube* a sua experiência como mulher trans e por estar filiada ao universo dos *games*, bem como, em 2016, lançar uma autobiografia¹ na bienal do livro de São Paulo, contando sua experiência de mulher trans.

Organizamos o artigo, então, principiando por dissertar sobre os conceitos basilares da terceira fase dos estudos de Michel Foucault, a nomeada fase da Ética e Estética da existência, pensando as problematizações sobre a sexualidade, o poder e os sujeitos que são produzidos no entremeio de relações de saber e poder. Em segundo momento, nos detemos a analisar um vídeo postado no canal de Mandy Candy cuja temática versa sobre a transexualidade e os modos de ser daquele sujeito.

Uma imersão na ética e estética foucaultianas

Dentre os mais complexos e discutidos temas na história da humanidade está a constituição dos sujeitos, isto é, essa *maquinaria* sob a qual instituímos a existência segundo uma identificação dos indivíduos e segundo técnicas pelas quais o sujeito é instado a voltar-se para si e a debater-se consigo mesmo a fim de elaborar sua vida em uma complexa rede de técnicas *artísticas* de ser. É nesse sentido que a produção teórico-metodológica de Foucault se orienta. O próprio filósofo francês afirma que seu projeto de estudo gira em torno do sujeito e dos meios através dos quais eles se constituem (FOUCAULT, 1995).

Nesse ínterim, trataremos de expor, segundo determinadas obras de Foucault, as formas de constituição/produção dos sujeitos tendo como cerne uma relação consigo mesmo formulada na cultura ocidental desde a Grécia arcaica. Dentro do arcabouço foucaultiano, essa problemática das relações de si para si se situa na fase chamada *ética*, na qual o filósofo se debruçou de modo especial sobre a história da sexualidade no Ocidente e sobre os modos de objetivação do sexo dentro dessa longa cultura.

A produção de Foucault que dá conta de empreender as discussões centrais da fase ética são, *grosso modo*, os três primeiros volumes de *História*

¹ Ver: GUIMARÃES, A. **Meu nome é Amanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

da *sexualidade* (a vontade de saber; o uso dos prazeres; o cuidado de si) (FOUCAULT, 2015a; 2015b; 2015c). Nessas três obras, o francês traça uma cronologia, segundo textos diversos, dos modos pelos quais a nossa cultura trata, desde a Grécia arcaica até a modernidade cristã, as relações entre os sujeitos e suas sexualidades. Em cada uma das obras, Foucault se situa em determinado recorte histórico para averiguar os modos de existir segundo o sexo em cada época.

O recorte feito inicialmente é no entorno do século XVIII e se situa em uma Europa que inicia sua industrialização e que é majoritariamente cristã. O ponto de averiguação que Foucault (2015a) empreende se dá segundo o título da obra: *vontade de saber*. O filósofo inicia sua discussão apresentando o que nomeia hipótese repressiva, segundo a qual o sexo e a sexualidade teriam sido fortemente sancionados e proibidos durante a era vitoriana e permaneceria ainda na contemporaneidade trancafiado nos mais internos segredos da sociedade.

Foucault (2015a) demonstra que, em contrário a isso, a sociedade ocidental, desde o Século XVIII, foi e ainda é instada constantemente a dizer o sexo segundo regimes e técnicas diversas que visam a extorqui-lo para produzir sobre ele toda uma *scientia sexualis*. É nesse sentido que o filósofo situa questões tais como o *dispositivo da confissão*, instaurado a partir do poder pastoral da Igreja e que promoveu no âmbito social uma mudança significativa da relação dos sujeitos com sua própria existência, pois, “A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com sexo pelo crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 2015a, p. 23); e o *dispositivo da sexualidade*, o qual, por sua vez, aglomerava técnicas e procedimentos clínico-jurídicos que promoviam um dizer constante sobre as práticas sexuais.

Ao retornar à Grécia na obra *O uso dos prazeres*, Foucault (2015b) dá continuidade ao seu propósito de análise do sujeito, agora tratando dos modos pelos quais na cultura grega se produziu todo um aparato teórico e cultural sobre o uso do sexo. Nesse âmbito, o pensamento socrático-platônico é central para a modificação do modo de perceber os modos de subjetivação na cultura da *pólis*. Segundo o francês, os regimes de usos do sexo na Antiguidade ocidental foram regimentados segundo preceitos de uma *dieta* dos *aphrodisia*, a qual objetivava, grosso modo, organizar as práticas sexuais de modo a ampliar/produzir a temperança dos homens e, por conseguinte, formular um governo de si para governar os outros. Essa dietética se regia segundo preceitos de uso das práticas sexuais organizando turnos, estações, movimentos e regulações das mesmas. De modo filosófico, produziu-se na Grécia Antiga toda uma pedagogia sexual direcionada centralmente aos homens, tendo este um *status* privilegiado de

guia, condutor, governante de sua casa, esposa, escravos, propriedades e amantes (rapazes).

Nesse âmbito, produziu-se uma *economia* do sexo, a qual incumbia ao homem (sujeito ativo das relações sexuais) um *status* que requeria dele temperança governamental, isto é, ao homem cabia uma apreciação copiosa de suas práticas sexuais a fim de que elas não o dominassem, pois a servidão ao sexo implicava uma passividade rejeitável na sociedade grega. Nesse regime de uso dos prazeres, o sexo é um movimento de governo que perpassa um senhorio necessário à regência das instâncias do viver doméstico. O governo do senhor, então, sobre sua esposa e seus pertences era também algo do âmbito da sexualidade. Algo que, por sua vez, requeria desse homem uma postura e procedimentos de pedagógicos específicos para que o seu status e o de sua esposa não fossem ameaçados e para que cidade se beneficiasse do bom uso do sexo por eles feito.

Nesse mesmo rol, a Grécia produziu uma teoria *erótica* sobre o uso dos prazeres dos rapazes. Naquela cultura, não havia terminantes proibições sobre as relações sexuais entre homens, logo, sequer homossexualidade era algo compreendido socialmente (ou nomeado desse modo contemporâneo), afinal, ter prazer com rapazes mais jovens consistia em algo comum na sociedade. No entanto, irrompeu todo um aparato filosófico que dava conta de pensar em que consistiam os benefícios e/ou malefícios de se cultivar relações sexuais entre homens maduros e jovens sem que isso, de algum modo, comprometesse os *status* sociais tanto já vividos quanto em devir de ambos.

Mais à frente, Foucault (2015c) apresenta em *o cuidado de si* a produção, dentro da cultura românica e de início do cristianismo, das bases daquilo que tornou-se no apogeu da cristandade uma hermenêutica do sujeito (FOUCAULT, 2006). O pensador francês discorre sobre a produção específica de uma cultura de si no cristianismo, a qual foi herdada das filosofias que estão no entorno de Sócrates e Platão. Nessa cultura, em que o sujeito é instado a voltar-se para si constantemente, o sexo é o centro dessa insistência. O sujeito ocidental é produzido, nesse sentido, através de uma relação de si para si que fomenta o saber do sexo em diversas manifestações, tanto religiosas quanto científicas.

Foucault (2015a) situa sua discussão inicial sobre a sexualidade no entremeio do Século XVIII e o apogeu das sociedades pré-industriais. Nesse momento da história, a sexualidade constituía um tabu regimentado segundo uma cultura cristã já organizada em torno de técnicas confessionárias, herdadas e aperfeiçoadas dos períodos grego e romano da cultura ocidental. A emergência da cristandade empreendeu sobre toda a sociedade um aglomerado de procedimentos que “extorquiam” do sujeito a verdade, especificamente a *verdade do sexo*. A partir do Concílio de Latrão, a

confissão foi posta como cerne da vida cristã e esse fato amplia e alastra sobre a sociedade um cuidado necessário do sujeito para com sua aproximação ou distanciamento da divindade.

Nesse sentido, as relações de poder são enervadas em procedimentos de produção de saber em que o objeto sexo é o cerne. O sujeito é constituído em todas as suas mínimas centelhas pelas suas práticas sexuais e sua existência é orientada para o bom uso e purificação da alma, o que ocorre por meio de técnicas de si confessionais. Nesse âmbito, Foucault (2015a, p. 64-65), fazendo contraponto entre a *ars erotica* oriental e a *scientia sexualis* ocidental, afirma que a nossa sociedade “[...] desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente à arte de iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão”.

A sexualidade, então, foi o resultado teórico e prático de todo o complexo arrojamento em torno do sexo que a cultura do ocidente empreendeu. A questão que se põe entre o que é clínico e religioso nesse dispositivo é a problemática da carne. O corpo é o entremeio do saber biológico e do saber místico. Ele é o receptáculo da culpa pelo sexo e a prática sexual se realiza nele. A alma é o ponto de condução e apreciação do sexo ao passo que na moral cristã o pensamento deve ser tão ou mais confesso que a própria prática.

Foucault (2015a, p. 117) apresenta esta problemática da carne como “[...] do corpo, da sensação, da natureza do prazer, dos movimentos secretos da concupiscência, das formas sutis da deleitação e do consentimento.”. O sexo foi interrogado de modo incisivo nos seus efeitos, nos seus exacerbamentos, nos descontroles sobre o homem que ele pode provocar. O dispositivo clínico de produção de saber sexual é de escuta atenta da sexualidade residente no corpo, enquanto a experimentação religiosa do dispositivo confessional interroga o sexo na sua fronteira emotiva, sensorial, isto é, interroga-o nos seus efeitos sobre a alma.

O investimento do dispositivo da sexualidade funciona a partir de um *fazer dizer* que se espraia, executando na sociedade a proliferação dos discursos sobre o sexo. Tornando-o não mais o elemento proibido, mas a centelha necessária para que se analise e execute técnicas de manutenção e ampliação da vida da população. As sexualidades não devem ser silenciadas, mas descritas, reveladas, conhecidas, tornadas parte da petição de saber que as deve fazer dizer constantemente de sua existência. É o detalhe do sexo discursivizado e posto no âmbito de um corpo individual associado à população de outros muitos corpos que importa ao dispositivo da sexualidade. O sujeito é constituído como sexual e essa sexualidade o comporta na população e faz funcionar sobre ele um poder que o faz viver

e querer viver. A problemática da carne confessa é atualizada para a carne saudável, a carne viva e que deve viver.

Foucault dedicou-se a um projeto de estudo que em certa medida foi uma revolução da forma como se pensa ou pensava o sujeito. O próprio autor menciona que há algumas formas de se encarar o termo sujeito e cada uma dessas perspectivas elabora uma formatação nova do conceito e de suas implicações. Segundo o filósofo, o ser humano é posto em relações de significações bastante complexas, mas também é atravessado por relações de poder também profundas e sinuosas (FOUCAULT, 1995).

Dessa maneira, ao tratar dessas relações, Foucault (2015c) considera que a sexualidade está intrinsecamente ligada aos modos através dos quais o sujeito se relaciona consigo mesmo. O sexo propicia aos indivíduos que os mesmos sejam individuais, centrando sua existência na experiência de produzir a si mesmo. Portanto, o eu individualizado constitui-se por meio de sua sexualidade um corpo-sexo, um corpo senhor de sua sexualidade: um sujeito sexual.

Tratamos aqui, então, do sujeito que, para Foucault, mantém relações muito específicas com as instituições de saber e consigo mesmo. O termo sujeito sugere duas significações segundo o filósofo: uma primeira em que o indivíduo é sujeitado pelas técnicas de poder que advêm das diversas instâncias de discurso; uma segunda em que o próprio indivíduo se constitui a si mesmo, produzindo para si uma 'identificação'.

Nesses processos de constituição, a sexualidade é um dos principais artifícios pelos quais o indivíduo torna-se sujeito. Os modos de constituição, segundo Foucault, são sempre históricos. Daí a necessidade de se produzir uma história da sexualidade, tanto no aspecto arqueológico, genealógico e arqueogenealógico. Esses modos de subjetivação acontecem por meio de práticas voltadas para si (práticas de si). Nesse ínterim, nomeamos de subjetividade o sujeito constituído através do que Foucault chama de subjetivação.

O autor ainda explica que o indivíduo é objetificado e subjetivado para constituir-se sujeito, isto é, a individualidade biológica do ser humano é posta sob regimes de saber e poder que tendem a discipliná-la para que venha a ser útil economicamente e dócil politicamente. Ainda, esses mesmos regimes solapam a individualidade fazendo com que se busque uma identidade que deve ser tomada pelo ser humano como sua e inegável.

Este sujeito, para Foucault, não reside numa consciência que sabe, ou sequer num corpo a-histórico, mas num regime de poder histórico que o torna o que é segundo estratégias refinadas de objetificação pelas ciências e subjetivação através das práticas de identidade voltadas para si. Pez (2008, p.2) afirma que

[...] não existe em Foucault um sujeito pré-estabelecido do qual emanaria as relações de poder. O sujeito do conhecimento é constituído, produzido dentro de uma conjugação de estratégias de poder. Ou seja, o sujeito é um produto das relações de poder, não seu produtor.

Desse modo, podemos perceber que o sujeito para Foucault não está ‘acabado’ e tampouco rege por inteiro seus regimes de existência, mas realiza-se a si mesmo na esteira complexa de poderes e de estratégias de poder enquanto promove o que mais posteriormente chamamos de cuidado de si.

Foucault nos apresenta nos dois últimos volumes da História da Sexualidade uma argumentação que versa sobre os modos pelos quais na história do Ocidente os indivíduos foram instados a voltarem-se para si a fim de disciplinar, conhecer e constituir suas subjetividades. O filósofo fala em “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito” (FOUCAULT, 2015c, p. 11) como um caminho para se compreender esses modos de subjetivação em que o homem volta-se para se interior e empreende um regime de saber e poder sobre sua própria individualidade.

Na obra *Hermenêutica do sujeito*, Foucault (2006) apresenta um traçado histórico daquilo que nomeia cuidado de si. Inicialmente, esse cuidado se situa na Antiguidade como princípio de sabedoria, através do qual o indivíduo saberia de si para poder aconselhar e governar aos demais. Esse princípio se insere em vários momentos da cultura grega e promove o tão conhecido provérbio “Conhece-te a ti mesmo”. Esse movimento de voltar-se a si e verificar na alma suas diversas mazelas, seus desejos, seus impulsos e por fim dominá-los concatena na Era Cristã e sobre o regime de confissão que essa cultura impôs a toda a sociedade.

Ao tratarmos do cuidado de si na cristandade, é necessário que nos voltemos à pastoral cristã da confissão, segundo a qual o dizer de si está ligado diretamente com a aproximação com Deus. Esse dizer de si, no entanto, não é mais voltado para o domínio dos outros, para o aconselhamento alheio, como na Grécia Antiga. Por agora, esse cuidado de si volta-se para o indivíduo enquanto regulador de suas próprias idiossincrasias. O cuidado de si é, pois, um autogoverno. (FOUCAULT, 2006).

Para que este autogoverno se efetivasse na Era Cristã, era necessário ter um confessor. Este, por sua vez, é inicialmente o pastor da igreja a quem os fiéis deveriam falar suas vidas (em específico o que tangia à sexualidade); logo após, o lugar do confessor passa a ser ocupado por novas figuras tais como o médico e o pedagogo. Esses regimes de dizer de si são formatações de um cuidado meticuloso incidente sobre o corpo, sobre a sexualidade, sobre a saúde. Todas essas estratégias são movidas para

esquadrinhar o sujeito e mantê-lo disciplinado pelo olhar do confessor e pelo seu próprio olhar (FOUCAULT, 2015a).

“Eu sou Amanda”: subjetivação e resistência trans no *YouTube*

Para nossas análises, tomamos como objeto de averiguação o vídeo nomeado “Tour pelo meu corpo trans”², postado no canal da Mandy Candy no *YouTube* no dia 15 de Fevereiro de 2018. O vídeo tem duração de doze minutos e vinte e quatro segundos. Segundo a descrição, o objetivo da postagem do vídeo é exibir o corpo da mulher trans a fim de desmistificar, por parte dos espectadores, determinadas imagens ou estereótipos. Já por parte da *youtuber*, o objetivo é revelar-se como modo de trabalhar sua timidez e os traumas referentes ao ideário de corpo padrão, o qual orienta, segundo o sujeito do vídeo, negações e baixa autoestima em determinados momentos.

O vídeo, enquanto enunciado, se relaciona com outros vídeos produzidos por *youtubers* seguindo a *tag* #TourPeloMeuCorpo. Os vídeos postados por diversos *youtubers* brasileiros com essa *hashtag* tinham como foco militar em prol da saúde mental e física de jovens com problemas de autoestima e com transtornos alimentares ou psicológicos motivados pela ideia de corpo padrão. Em sua maioria, os vídeos foram produzidos e postados por *youtubers teens*, isto é, produtores de conteúdo para o *YouTube* que ainda são adolescentes. Os vídeos, incluso o de Mandy Candy que aqui será analisado, consistem em exibir-se, em trajes íntimos, de modo a detalhar as partes do corpo que possuem “imperfeições”, tais como flacidez, estrias, gordura localizada. Pensamos, na orientação de Sibilia (2008) e Silva (2016), que este corpo tornado espetáculo, ou hipervisibilizado, no *YouTube* é produto de relações de poder que incidem por solicitar, em vias de internet, que o sujeito permita-se ser exposto para tornar-se governante de si.

Supomos que a orientação da *tag* #TourPeloMeuCorpo pressupõe um sujeito que se dispersa entre resistir e obedecer às solicitações de exposição que nosso presente (e sua ordem de discurso) fomenta. Dizemos isso tendo em vista que o que é exposto nos vídeos são os detalhes da fisionomia que não agradam, que incomodam. São expostos, dessa maneira, os incômodos e os detalhes físicos que para o padrão estético vigente deveriam ser maquiados ou invisibilizados.

Pensamos, na esteira foucaultiana, em uma vontade de saber que se enreda pela nossa sociedade, a qual produz através das mídias uma vontade de ser visto e de ver o outro e observar sua existência (física, estética,

² Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=WJHAMHjU1TU> Acesso em: 02 fev. 2019.

moral). É possível, ainda, ver nesse encadeamento de enunciados, do qual o vídeo de Mandy Candy faz parte, observar lampejos de um empreendimento de micro governos, ou micro administrações, de si e do outro.

Ditas essas palavras iniciais, partimos à averiguação do nosso objeto de análise. O vídeo foi transcrito e dessa transcrição foram selecionadas Séries Enunciativas (doravante **SE**) enumeradas e analisadas a seguir:

SE1:

Por que que essa guria tá fazendo um vídeo sobre tour pelo meu corpo se ela é totalmente padrão?" Sou branca, tenho olho azul, não tô acima do peso, mas gente, talvez você não me conheça. Para você que não conhece tem uma coisa que me faz ser totalmente fora do padrão. Posso parecer dentro do padrão, mas quando as pessoas sabem disso, eu já automaticamente saio. Sou colocada bem longe, mas bem longe mesmo. Pois é, eu sou uma mulher trans. Por esse motivo eu decidi fazer um vídeo mostrando o meu corpo agora depois da transição e também mostrando ele antes da transição, pra vocês verem as mudanças e eu vou falar um pouco sobre as inseguranças que eu tinha e que eu vou confessar que ainda tenho hoje em dia.

A posição enuncia inicialmente no vídeo a partir uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008) segundo a qual os corpos são enquadrados nas categorias de padrão/não-padrão de beleza. Esse padrão se orienta segundo uma racionalidade que no Ocidente cristão produziu imaginários tidos como imprescindíveis aos gêneros, dentre os quais é possível sugerir a docilidade e delicadeza físicas (com traços limpos, finos, leves, sutis), centralizados na angelicalidade para a mulher, como arquétipos das performances de gênero feminino (BUTLER, 2003). A dicotomia desse conceito organiza de um lado o que é belo, aceitável, admirável, e do outro aquilo que é distinto. Ser distinto implica por vezes ser feio, mas há regimes de verdade que produzem a distinção, o diferente – no âmbito do físico – como arquétipo de uma nova normalização. Estar no padrão é enquadrar-se em pelo menos duas das grandes categorias segundo as quais a nossa sociedade regula o belo e o feio.

No caso do vídeo aqui analisado, o sujeito evoca a si o lugar de branca de olho azul e cujo corpo não excede ao recomendado pela ciência médica no quesito gordura corporal. Estar sob essas características, em primeiro momento, não a produz socialmente como objeto clivado pela ideia do feio, do anormal. Estar sob essas normas são resultado de uma organização biopolítica (FOUCAULT, 2015a) da existência. A posição que enuncia está imersa na ordem do discurso (FOUCAULT, 2009) sobre o *corpo saudável* como requisito para estar no padrão. Esse enunciado associa-se num campo de outros enunciados (FOUCAULT, 2008) em que o corpo

é o objeto produzido e todo dizer toma-o para moldar seus traços, suas especificidades. É nessa orientação que Foucault (2014) discute o poder como produtor e não como autorizador/sancionador dos corpos. As microtáticas de poder (FOUCAULT, 2003) agem para tornar os corpos eficientes, produtivos, dóceis.

No entanto, a padronização que organiza os corpos em arquétipos é frutífera a partir de um regime de corpo sexual que elabora a existência dos sujeitos por meio de suas práticas sexuais e dos modos como suas identidades estão afincadas essencialmente nas suas sexualidades.

Nesse sentido, Mandy se posiciona como fora do eixo que normaliza ao enunciar sua identidade de mulher trans. A marca de sua transexualidade é, de acordo com a enunciação da *youtuber*, o catalizador de sua anormalidade. Esse aspecto a faz destoar, bem mais do que somente pelo corpo que possui, da sociedade padrão que ela inicialmente aparentava estar comungada. Mandy age sobre sua existência a partir de uma ideia de *longe* e *perto*. Sua forma física a aproxima do centro padronizado da sociedade, mas sua identidade, os seus modos de si, tiram-na do âmbito normalizador e a realocam na geografia social em regiões periféricas. O vídeo que ela está produzindo objetiva desvelar também a ideia de corpo padrão que a aproximava da normalidade promovida pelos dispositivos de visibilidade (SIBILIA, 2008).

Esses mesmos dispositivos permitem que o corpo transexual seja detalhado, analisado e orientado ao espetáculo midiático. É perceptível que o enunciado “Tour pelo meu corpo trans” está aliado a outros enunciados cuja possibilidade de emergência aparece no *YouTube* como forma de luta política de *youtubers* que estão acima do peso ou que necessitam desmistificar as imagens de belas que a mídia fermenta através das mídias sociais.

Nessa perspectiva, o sujeito demarca que esse corpo, que ora a aproxima do belo, ora não, lhe causa inseguranças, e essas inseguranças a atravessavam antes e também após a transição. A transição, nesse caso, só ocorreu no corpo, no “receptáculo” de sua subjetividade, isto é, a identidade da mulher trans que ela é, necessitou de uma readequação do corpo à normalização do que se entende por mulher, ou corpo feminino. Nesse sentido, o sujeito Mandy Candy se utiliza da mídia do *YouTube* para revelar o corpo que lhe configura a primeira vista como mulher padrão, mas que em verdade a separa, a desloca, a segrega tanto nas inseguranças quanto nos espaços que esse corpo pode ocupar na sociedade.

Mandy, durante o vídeo, toma seu corpo como um objeto de exibição e análise. Esse processo a faz, ao passo que faz-ver seu corpo, reelaborar suas próprias perspectivas de segurança, insegurança e autoconfiança. Dizemos isso, pois os modos de dizer de si da *youtuber* revelam vez ou outra a timidez que a mesma sente em mostrar o corpo, bem como a vergonha

que os traços (aparentes ou não) de sua forma física acarretam. Sugerimos que tal aspecto é produzido no sujeito a partir de relações de governo mútuo (entre o sujeito que se faz ver no vídeo e o sujeito que deseja ver). Aludimos, nesse sentido, ao governo pensado por Foucault (2010), segundo o qual há na sociedade ocidental todo um aparato técnico que nos faz governar nossas próprias existências, de modo a administrá-las da melhor maneira possível, ao passo que empreendemos procedimentos de governo dos outros.

SE2:

Primeira parte do meu corpo que eu vou falar é a parte que me deixa mais insegura ainda hoje e que antes eu tentava cobrir de todas as maneiras possíveis, que é o meu rosto. Nunca na minha vida que eu ia tá com meu cabelo, como eu tô agora, totalmente preso, mostrando o meu rosto para vocês... pois é, antigamente eu usava um franjão para que ninguém visse meus traços, né, porque eu tinha muito medo que as pessoas notassem que eu era uma pessoa trans. Eu sempre achei que meu rosto tinha traços muito fortes, e que isso ia denunciar que eu era uma pessoa trans, porque eu tinha vergonha de ser do jeito que eu sou. Isso já passou, é passado. Mas no início da transição a gente sente um pouquinho dessa insegurança. E essa insegurança veio em grande parte das pessoas também ao meu redor, porque normalmente ninguém nota que eu sou uma pessoa transexual, ninguém sabe, mas quando ela sabem, o que que acontece? Elas começam a me olhar e me julgar, e tentar procurar traços masculinos no meu corpo, tanto no meu rosto quanto no resto do meu corpo. Você pode ver nos comentários aqui dos meus vídeos que sempre tem alguém falando: “Não, mas a mão dela ainda é muito grande pra mão de uma mulher, o ombro dela é muito grande ou não sei lá o quê. O cabelinho do pé dela é muito masculino.” E isso me deixava muito insegura, então eu tentava cobrir tudo que pudesse denunciar que eu passei pela transição.

Na SE2, averiguamos que o sujeito se pauta no olhar do outro (uma constante vigilância sobre seu corpo) para trabalhar sua existência: observemos que a posição narra sua empreitada frente a esse olhar que catalisa uma expectativa estética sobre o corpo feminino. Essa expectativa envolve os modos de relacionar-se consigo desse sujeito, tendo em vista que a pauta é ou esconder o que destoa dela ou resistir às solicitações do outro desejoso de ver no seu corpo o mais próximo possível de um corpo feminilizado. Seu processo de transição física de gênero foi orientado pelo constante e vigilante olhar do outro. Foucault (2014) apresenta-nos considerações muito pertinentes sobre o poder da vigilância (no caso da obra sobre o panóptico) e tais elucubrações nos permitem averiguar a relação exigentista que se produz entre o ideário de corpo feminino

(LIPOVETSKY, 1997) e o corpo entrecruzado, ou, como nomeia Cassana (2016), corpo impossível da(o) transexual.

Nessa orientação, é plausível pensar como o imaginário que exige da mulher uma performance de gênero (BUTLER, 2003) se orienta para administrar desde o corpo até a alma. Na sociedade ocidental, essa performance tem sido pautada em expectativas tanto de habilidades ensinadas, trejeitos, aptidões, vontades inatas e atitudes impossíveis para a mulher. Desde a vontade de ser mãe, a docilidade do falar e um corpo delicado, sem rudezas (LIPOVETSKY, 1997), são expectativas que têm atravessado o corpo e alma das mulheres. Daí que o sujeito que enuncia no vídeo pauta a experiência de si nessas expectativas, as quais a atravessam ao ponto de empreenderem em sua existência processos de transmutação física. O corpo, notadamente, toma a dianteira na performance de gênero do sujeito aqui analisado. Todas as formas de constituir-se, ou de resistir à normalização, são antes experienciadas no corpo para serem internalizadas. O encobrir-se durante o processo de transição e a exibição atual do corpo transformado permitem que pensemos que a experiência de si do sujeito pauta-se numa reformulação ética, em processos de resistência, isto é, o que era motivo de esconder-se agora é a razão para revelar-se.

SE3:

Algo que ainda hoje me deixa muito insegura é o meu perfil. Pra quem segue o meu canal já sabe que eu fiz alguns procedimentos estéticos nesse rosto, que foi uma rinoplastia e a cirurgia ‘v line’ que consistiu em quebrar meu queixo e refazer ele pra ele ficar um pouquinho mais fininho assim, porque antes ele era um pouco quadrado. Eu até vou fazer um vídeo mostrando o antes e depois do início do canal até porque minha aparência mudou completamente. Mas, mas, mas é coisa da minha cabeça. Eu sei que eu tenho que trabalhar isso na minha cabeça, não fazendo mais plásticas no meu rosto, porque meu perfil não tem nada demais, deve ser um probleminha aqui, ó: Amanda, vamos superar isso. Mas ainda assim hoje, quando eu vou virar de lado eu lembro “não, eu não posso virar porque meu perfil não é bonito” e isso e aquilo. Louca. As plásticas que eu fiz no meu rosto sim foram para deixar o meu rosto com traços mais suaves porque eu queria, porque eu, Amanda, achava necessário. Tem pessoas que não acham, beleza, cada um com seu gosto. Eu quis fazer, mas eu podia não ter feito nenhuma plástica que eu nunca ia deixar de ser quem eu sou, né? Sou uma mulher, sou Amanda e se eu tivesse o rosto com traços mais fortes, mais masculinos, eu ia continuar sendo a mesma pessoa.

Ao analisarmos a SE3, podemos pensar algumas questões: segundo a ética discutida por Foucault (2015b, 2015c), o sujeito é produzido por si mesmo e por dispositivos que constituem a experiência de si na linha tênue

do governo que há entre ser objetificado e subjetivado. Para Foucault (1995), o sujeito é entremeadado por relações de força que o instam a moldar-se, e esse processo é estabelecido a partir de uma vigilância de si e de técnicas que se operam na alma do sujeito, em suas nuances mais íntimas. A posição do vídeo enuncia a partir de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008) que orienta, na contemporaneidade, um trabalho constante do sujeito sobre os riscos de não aceitar-se. Para esse aceitação de si efetivar-se, o sujeito lança mão de procedimentos diversos, tais como: i) manipular o seu físico a partir de cirurgias estéticas; ii) motivar-se a si mesmo através da ideia de que as plásticas realizadas foram produtos de uma vontade própria, sem influências; iii) a produção de dizeres que demarcam uma dualidade, intrínseca à dispersão desse sujeito, entre já ter realizado procedimentos de alteração de si e a ideia de manter-se a mesma pessoa.

O sujeito do vídeo faz-nos pensar sobre o processo de busca de si mesmo. Foucault (2006) menciona que na antiguidade grega o enunciado “Conhece-te a ti mesmo” orientou a produção de uma ética social em que era necessário amplo governo de sua individualidade para que se fosse possível governar um conjunto de outros indivíduos. As técnicas que emolduram o conhecer-se a si mesmo incidem, e dizemos isso a partir do vídeo analisado, em uma busca de si no interior e em uma produção de si mesmo por meio dos mais diversos procedimentos, quer sejam discursivos (como demarcar o “eu, Amanda”, como forma de individualizar-se, identificar-se) e não discursivos (como cirurgias estéticas de mutação dos traços físicos com fins de aproximar-se visualmente de um imaginário da estética do corpo feminino.)

Nessa relação de produzir-se, o sujeito é instado a ser seu próprio vigia, um organizador de seus próprios comportamentos. Não pensamos em sanções comportamentais, mas em produção de atitudes, reflexo de um poder disciplinar que se engendra em táticas mínimas de gestão de si. A posição de sujeito narra a experiência de, em certos momentos, evitar mostrar o perfil ou exibir no cotidiano os traços que lhes parecem ‘masculinos’. Tais técnicas de si, através das quais o sujeito gere o que pretende que os outros vejam, nos fazem supor que há entre a gestão dos próprios comportamentos e o olhar do outro um fio de expectativas, isto é, há um sujeito que pretende ser visto e um Outro que pretende ver.

As posições, nesse sentido, se relacionam/orientam para produzir, na esteira discursiva, modos de ser: i) o *sujeito revelado*, autor de si, gestor de suas atitudes e pensamentos, que se organiza a partir do que deseja exibir; ii) o *sujeito espectador*, posição que anseia ver outrem, e que para isso empreende expectativas. Nessa relação, pensamos o governo como mecanismo de objetivação e subjetivação do sujeito trans, dadas as

expectativas estéticas e comportamentais que as performances de gênero sugerem, em voga da historicidade dos enunciados envolvidos nesses discursos. (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2008).

Dando continuidade, na SE4 temos o enunciado no qual o sujeito exhibe um comparativo do seu corpo antes do processo hormonal e cirúrgico da redesignação sexual e do corpo atual, após todo o processo clínico.

SE4:

Meu corpo hoje está assim como vocês estão vendo: normal. E meu corpo antes da transição era assim... Eu mudei muito durante todos esses quase 12 anos de transição, já até perdi as contas aí, né? Que são muito tempo. Mudou muita coisa no meu corpo e também dentro de mim, porque quando a gente começa a transição, os hormônios, os remedinhos que a gente toma, ele vai realocando toda a gordura do corpo e isso é um processo muito demorado. Demora às vezes de dois, três, quatro, cinco anos até o teu corpo modificar, porém ele não modifica os ossos, então quanto mais cedo a pessoa começa a transição menos traços entre aspas 'masculinos' ela ficar, porque os ossos ainda não estarão completamente formados. Mudei pra caramba, hein? Eu tô me sentindo uma borboleta agora.

É possível averiguar algumas questões na SE4: i) o sujeito demarca a ideia de que o processo de redesignação sexual é um trabalho de modificar o físico através de procedimentos médicos (tais como ingestão de hormônios) ao passo que sugere que essas técnicas produzem também alterações interiores, tais como na personalidade; ii) a imagem mencionada da borboleta é metafórica ao discurso de que o corpo trans é emergido de um outro corpo, anterior e equivocado. A redesignação, nesse âmbito, é possível de ser encarada como um processo metamórfico no qual um corpo incompleto (*a lagarta/corpo masculino*, no caso da Mandy) deve ser moldado, através de práticas laboriosas – tanto clínicas quanto emocionais – para ultrapassar a crisálida (o corpo em processo) e alcançar, ao fim, a borboleta.

Essa metáfora se orienta de uma formação discursiva segundo a qual a beleza é um processo de fazer-se. Especialmente no corpo feminino, a beleza é tratada como um copioso fazer-se bela, através de modificações externas (por meio de maquiagens, joias, vestimentas) e internas (como a supressão de instintos e desejos que destoem de um ideário de feminilidade). Foucault (2015c) menciona que, segundo a ótica greco-romana, a mulher utilizava maquiagens e apetrechos estéticos como meio de ludibriar os olhos dos homens, isto é, a beleza feminina era encarada como algo falsificado, produzido. Em contraponto a isso, a beleza masculina era tida como real, sem falseamento.

Nessas tessituras, pensamos que o sujeito desse enunciado recupera outros enunciados que têm como objeto a ideia de corpo-borboleta, ou, sujeito-borboleta, isto é, um corpo em processo de alteração, o qual possui um início-feio e um fim-belo. A beleza, nessa formação discursiva, é deveras árdua de se alcançar tendo em vista que os procedimentos de *evolução* requerem dedicação do sujeito para agir como um oleiro: o sujeito que trabalha seu corpo e sua alma ao mesmo tempo, um percurso de uma identidade imperfeita até o encontro, produzido por bisturis e reflexões internas, com a identidade completa. Assim, entendemos que o sujeito age sobre sua existência, modela seu corpo e sua subjetividade como forma de evoluir para encontrar-se.

Considerações Finais

Analisamos no artigo os modos de constituir-se mulher trans de uma *youtuber* brasileira. Para tal, movemos considerações teóricas no âmbito dos estudos discursivos foucaultianos. Situamo-nos no escopo da terceira fase dos estudos do filósofo francês, a nomeada Ética e estética da existência e averiguamos através de Séries Enunciativas os modos através dos quais aquele sujeito se constitui e também as estratégias de resistências responsáveis por constituí-lo no espaço discursivo do *YouTube*.

Diante do que discutimos, consideramos que o sujeito cuja enunciação nos serviu de objeto, constitui-se mulher trans através de dispersões entre resistir e adequar-se as ideais de corpo, feminilidade e expectativa estética. Nesse processo, o sujeito empreende procedimentos de governo que incidem sobre si e sobre os demais sujeitos que assistem a seu vídeo. Esse governo intenta moldar modos de ser que permitem cuidar de si ao passo que produz experiências de resistência à normatividade.

Concordamos, nesse sentido, com a postura teórico-metodológica de Foucault que nos apresenta a um sujeito radicalmente historicizado e produzido em meio a microtáticas de poder que objetivam docilizar e tornar útil seu corpo, normatizando-o e disciplinando-o, ao passo que, em sua liberdade constitutiva, produz em si mesmo meios diversos de resistir.

Referências

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASSANA, Mônica Ferreira. **Corpos impossíveis: a (des)ordem do corpo e ambivalência da língua no discurso transexual**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 131.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015c.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18.ed. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminismo. Lisboa: Éditions Gallimard, 1997.

PEZ, Tiaraju Daz Pozzo. Pequena análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível. **Anais VII SEPECH...** Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2008. 14p.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: A intimidade como espetáculo: v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Francisco Vieira da. **A constituição do sujeito celebridade no site Ego**: (re)configurações da intimidade em tempos de hiperexposição midiática. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016. 212p.

DO SOFRIMENTO PSÍQUICO À MEDICALIZAÇÃO NO *INSTAGRAM*: OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS CORPOS ANSIOSOS

Thâmara Soares de Moura
Luciana Fernandes Nery

Introdução

Vivemos numa sociedade cada vez mais globalizada, industrial, virtual e instantânea, em que as exigências de produtividade sobre os sujeitos são colocadas no topo da pirâmide social. Em contrapartida, os cuidados com a saúde emocional ainda são banalizados. Assim, é possível afirmar que tal cenário sociopolítico e econômico gera sujeitos reféns e passivos dos/nos próprios pensamentos (THEISEN, 2015), o que corrobora para o surgimento e o crescimento dos diagnósticos de psicopatologias, como a depressão e os transtornos de ansiedade, por exemplo. Isto posto, e, considerando que o transtorno de ansiedade é uma das psicopatologias que mais acometem o sujeito contemporâneo em detrimento a sua realidade de estresses e imediatismos cotidianos, pode-se voltar o olhar para tal psicopatologia.

Segundo as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), o transtorno de ansiedade já alcança patamares elevados no cenário mundial, estando entre as dez doenças mentais que mais incapacitam a população para o mercado de trabalho. O Brasil, em particular, é o país campeão em diagnósticos de tal distúrbio, apresentando 9,3% da população afetada. Assim como os demais transtornos, a sua emergência é consequência das exigências de produtividade deste sistema associado ao bombardeamento de informações proporcionado pelas mídias digitais, o que implica no aceleração dos processos mentais dos sujeitos. Logo, considerando que os sujeitos não conseguem administrar tais enxurradas e pressões psicológicas, estes corpos tendem a se desgastar, tornando-se cada vez mais debilitados para as relações sociais.

Ao visualizar, então, esta conjuntura, as instituições médico-psiquiátricas, obedecendo aos ideais biopolíticos desta sociedade de controle, desenvolvem e executam intervenções medicalizadoras para estes quadros. Desse modo, convém ressaltar que a biopolítica pode ser conceituada como uma técnica de disciplinamento e de governo, que intenciona a manutenção da vida de acordo com a liberdade do sujeito produzindo e controlando cérebros, corpos e comportamentos individuais (corpo-individual) e/ou coletivos (corpo-espécie), através de classificações,

normatizações e adestramentos (DELEUZE, 1992). Tal comando social foi denominado por Deleuze (1992) de sociedade de controle.

Focalizando, portanto, a manutenção da vida através dos discursos do risco (prerrogativa da biopolítica contemporânea para a prevenção dos possíveis déficits e das patologias) e do autogoverno (conduta baseada na perícia constante e reflexiva de si), as intervenções mais escolhidas por Instituições como a OMS (2002) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014) giram em torno de medidas medicalizadoras a base de psicofármacos aliados a psicoterapias, que promovem a transformação dos padrões emocionais através de meios verbais e não verbais, em que o próprio sujeito é convidado a ser reflexivo, ou seja, ser também consciente e autônomo ao cuidado de si neste processo de cura. Por outro lado, as mídias digitais, por atingir cada vez mais esferas da sociedade de modo a desterritorializar o real para o virtual, permite que tais discursos provenientes da biopolítica contemporânea se incorporem a seus tramas, de modo a convocar (e controlar) os sujeitos ao cuidado de si também nos meios virtuais. Neste entremeio, podemos citar a rede social *Instagram*.

Assim, por ser, inicialmente, uma rede social integrante das mídias digitais, podemos compreender que esta também contribui para este cenário contemporâneo de adoecimento mental. Em contrapartida, ao atentar para a emergência progressiva de perfis que apresentam o transtorno de ansiedade em suas materialidades sob nuances poéticas, podemos identificar que, gradativamente, o *Instagram* adquire novas faces: de vilão a dispositivo medicalizador para estes corpos. Partindo disto, tais ambientes virtuais servem de aporte para que os corpos ansiosos possam se medicalizar através da escrita e leitura terapêuticas, tendo em vista que os sujeitos publicam desabafos do seu cotidiano através das suas postagens, estruturadas basicamente em poemas e prosas poéticas. Por sua vez, os seguidores são incluídos neste processo cartático consequente ao funcionamento do dispositivo medicalizador ao lerem a materialidade e confrontar seus fantasmas pessoais através do Outro.

Identificando, portanto, este cenário de transformação do dispositivo midiático a também medicalizador e, considerando que a principal característica de atuação dos dispositivos calca-se na subjetivação dos corpos, a nossa investigação buscou compreender como ocorrem os modos de subjetivação dos sujeitos ansiosos neste dispositivo medicalizador por meio da análise qualitativa de dois *posts* extraídos dos perfis @akapoeta e @matheusrocha, na referida rede social. Para tanto, priorizou-se, na construção do *corpus*, a escolha de *posts* que tematizassem o transtorno de ansiedade em suas materialidades. Isto posto, este estudo desenvolve-se, primordialmente, a partir dos postulados teóricos dos estudos discursivos

foucaultianos. Partindo disto e, antes de adentrarmos nas análises, convém, nos tópicos seguintes, discorreremos sobre os conceitos teóricos que envolvem as mídias, a constituição dos dispositivos e as respectivas modulações da identidade contemporânea nos meios digitais para a melhor compreensão dos modos de subjetivação suscitados por este dispositivo medicalizador.

O dispositivo midiático: os jogos de saber-poder-subjetividade

As mídias estão cada vez mais presentes no dia-a-dia dos sujeitos, seja por meio do entretenimento nos programas televisivos e/ou da veiculação de notícias nos telejornais, no rádio, ou, até mesmo, nos meios virtuais, por exemplo. Partindo do exposto, pode-se compreender, então, as mídias como um suporte que comporta as ações de informação e comunicação (CHARAUDEAU, 2013) por permitir a incorporação e disseminação dos discursos de diversos âmbitos, alcançando uma grande visibilidade e desenvoltura nos espaços públicos. Diante disso, as mídias acabam por se tornar o objeto de maior interesse e importância nas relações sociais contemporâneas. Assim, a partir dela é possível compreender a “maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido” (CHARAUDEAU, 2013, p. 16).

Além disso, com a crescente democratização do acesso à internet e aos dispositivos móveis, a visibilidade e a desenvoltura da mídia, no âmbito virtual, ganham alcances cada vez maiores na sociedade, ao passo que propicia a circulação mais abrangente e instantânea dos discursos nos espaços sociais/digitais. Assim, os espaços midiáticos digitais permitem que os discursos exerçam poderes, regulamentem saberes e modulem subjetividades (GREGOLIN, 2007). Deste modo, por abarcar instâncias do poder, do saber e promover a subjetivação dos sujeitos, podemos compreender que o funcionamento das mídias se enquadram no que Foucault (2018) denominou de Dispositivo, podendo ser compreendido como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2018, p. 244)

Ou seja, o dispositivo é a rede que interliga os elementos das práticas sociais, sendo engendrada de poderes e saberes, promovendo subjetividades (DELEUZE, 1996). Portanto, é constituído através das “práticas elas mesmas, atuando como aparelho, uma ferramenta, constituindo o sujeito e os organizando” (DREYFUS; RABINOW, 1995). Partindo disto, é oportuno focalizar as discussões quanto a sua constituição: a tríade “poder-saber-subjetividade” (DELEUZE, 1996):

(a) O saber faz “nascer”, ver e ser visto/enunciável determinadas modalidades discursivas do dispositivo através das curvas de visibilidade e do regime de enunciação;

(b) As linhas de força, ligadas ao âmbito do poder, trabalham estrategicamente na objetivação das práticas discursivas, ou seja, são flechas que penetram, constantemente, as palavras e as coisas (DELEUZE, 1996), regrando, delineando e especificando as práticas discursivas suscitadas pelas curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade;

(c) A Subjetividade é um conjunto de flechas de jogos de poder e saber, isto é, um conjunto de ações que se inter cruzam e produzem formas singulares e não estáticas de identificação do sujeito, uma vez que “a diferença produz padrões, modelos, regras de como agir” (MARCELLO, 2004, p. 205), de modo que o sujeito se constitua e se reconheça a partir do olhar pra si. Logo, o processo de subjetivação se dá pela luta travada consigo mesmo. Segundo Marcello (2004), através das “tecnologias do eu” ou “técnicas de si”, o sujeito se torna objeto da sua própria ação. Desta forma, embasando-se em Foucault (2008a), o sujeito com ajuda de si e dos outros se molda (corpo, alma, mente, conduta) em um processo constante para chegar a determinados resultados como, por exemplo, felicidade, sabedoria ou imortalidade.

Logo, aproximando tais afirmações aos discursos difundidos na e pela mídia, Gregolin (2007) afirma que:

Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. Ao mesmo tempo, há uma tensa relação entre a mídia e seus leitores: a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser. Se só houvesse submissão, não haveria produção de novos sentidos. (GREGOLIN, 2007, p. 23-24)

Deste modo, pode-se compreender que a produção de sentidos e o processo de subjetivação dos sujeitos na mídia não ocorre(m) de forma passiva, mas, sim, ativa e constante. Para melhor ilustrar tal proposição, podemos citar, por exemplo, a constante subjetivação dos sujeitos por meio

dos perfis das *digitais influencer's* no ambiente das mídias virtuais digitais, que, como o próprio nome já prenuncia, influencia os sujeitos a seguirem determinados padrões de beleza, moda, entre outros. Partindo do exposto e, considerando que o objeto de análise gira em torno do *Instagram*, é oportuno discutir como o sujeito pode constituir/imprimir a sua identidade nesta rede social.

Segundo Luz, Caiado e Fonte (2017), o *Instagram* possui uma organização estético-comunicativa que se apoia em discursos imagéticos, isto é, a circulação dos conteúdos se dá sob a forma de imagens e vídeos, abrindo espaço, também, para ferramentas de edição que permitem a presença de materialidades verbais. A função e atuação do sujeito digital nesta plataforma, por sua vez:

É ser um autor-leitor que se utiliza dos elementos semióticos para produzir discursos na rede, num processo partilhado de coautoria, pois a cada novo comentário dos *Instagramers*, novos sentidos são comungados. [...] Sentidos que, como sabemos, podem ser infinitos, graças ao aspecto atemporal (podemos buscar a informação em qualquer momento) e ubíquo (a informação está presente em vários espaços ao mesmo tempo) do meio onde circula o discurso. [...] Podemos de certa maneira afirmar que há em cada *Instagramer* um sujeito com senso estético criador de discursos imagéticos que observa a imagem, não como representação do real em si, mas como construção de possíveis realidades, uma vez que há possíveis ações do homem no meio social concreto. [...] A imagem postada torna-se sua assinatura digital, sua marca, seu estilo. (LUZ; CAIADO; FONTE, 2017, p. 143-144)

Desta forma, esta estética “rompe com os padrões clássicos do discurso imagético [...] onde o discurso visual e individual corrobora para a constituição de um *ethos* imagético coletivo dos sujeitos digitais que participam da rede” (LUZ; CAIADO; FONTE, 2017, p. 142), considerando que “instalam-se representações, forjam-se diretrizes que orientam a criação simbólica da identidade” (GREGOLIN, 2007, p. 18). Deste modo, o corpo virtualizado passa a ser, cada vez mais, a figura central da expressão da identidade nas mídias digitais. Partindo disto, o tópico seguinte irá aprofundar as discussões no que concerne ao corpo e aos modos de subjetivação.

Modos de subjetivação contemporânea: o somático em foco

As relações sociais e discursivas da atualidade estão alicerçadas em práticas de controle da população, em que o Estado, aderindo à estratégia biopolítica, passa a ser a figura central de domínio social. Partindo disto,

esta instância exerce um poder que visa a intensificação da saúde e da performance dos corpos por meio de um controle constante e virtual, em prol da produção e crescimento da máquina capitalista, utilizando, para isto, técnicas de disciplinamento e de governo, que regulam e articulam a manutenção da vida dos sujeitos, seja de modo individual ou coletivo. Desta forma, as técnicas biopolíticas, ao incidir sobre o corpo, permitem que os sujeitos sejam sutilmente controlados, normatizados e adestrados – suscitando, de certo modo, uma falsa impressão de “liberdade” das ações destes – no intuito de amplificar a longevidade e aperfeiçoar a performance para, conseqüentemente, intensificar a produção capitalista. Assim, o corpo passa a ser a peça-chave deste processo.

Na contemporaneidade, “a aparência do corpo tornou-se central às noções de auto-identidade” (ORTEGA, 2008, p. 42), sendo este de suma importância para as experiências do *self*, ou seja, do Eu, fazendo com que, também, a sua subjetividade seja corporificada. O corpo, portanto, se torna uma espécie de propriedade biológica e simbólica em que o sonho, a utopia encontram lugar para se estabelecer, demarcar e caracterizar o sujeito. Porém, esta configuração atual de encarar o corpo leva a uma rejeição de continuidade do próprio corpo em consequência da supervalorização da corporeidade. Isto é, segundo o autor, só se aceita o corpo em transformação objetivando atingir uma referência de corpo perfeito, podendo ser ilustrado com o crescente uso de ferramentas digitais para modificação de fotos, uso de cirurgias estéticas, tatuagens, entre outros (ORTEGA, 2008). Assim, “as ideologias de saúde do corpo perfeito nos levam a contemplar doenças que retorcem a figura humana como sendo sinônimo de fracasso pessoal” (ORTEGA, 2008, p. 35).

Considerando, então, que a vida, o corpo e as patologias são analisadas e classificadas pela medicina e pelas ciências biológicas através da ideia de norma (CAPONI, 2013), é oportuno afirmar que:

O normal define os valores de referência, as médias e as variações admissíveis para um determinado fenômeno biológico (seja a taxa de colesterol ou de suicídio), estabelecidas a partir dos valores estatisticamente mais frequentes. Por outro lado, trata-se de um conceito valorativo e normativo que define aquilo que deve ser considerado desejável em determinado momento e em determinada sociedade. (CAPONI, 2013, p. 103)

Os dispositivos normalizadores moldam os corpos à norma através da “exibição do seu contrário, de apresentação da sua imagem invertida” (BENNETT, 1998 *apud* COURTINE 2013, p. 123, grifos do autor) sem a necessidade de meios coercitivos, ou seja, da conscientização de si através da visualização do outro, cuja figura apresenta-se chocante, anormal.

Atualmente, observa-se uma reconfiguração dos processos normalizadores. Estes, segundo Ortega (2008), baseiam-se nos ideais de biossociabilidade e medicalização, tendo, nas singularidades somáticas, novas maneiras de existir, ou seja, os desvios que, antigamente, seriam enquadrados nas anormalidades (deficiências, transtornos neurológicos e demais singularidades), hoje, se caracterizam como novas possibilidades de construção das identidades dos sujeitos, manifestadas através do próprio somático.

Além disso, observa-se, também, uma reconfiguração na forma de encarar o corpo: nas bioidentidades¹ somáticas, a corporeidade não é mais tida como uma dicotomia que versa entre o físico e a alma, o físico e a mente, o externo e o interno. Considerando-o como um objeto fenomenológico, o corpo é, portanto, um conjunto indissociável entre o *self* (eu) e o físico, que sofre e realiza ações do/no próprio ambiente. Como consequência, esta nova forma de ver o corpo acaba por considerar, também, a manifestação do psiquismo como elemento constituinte da subjetividade dos sujeitos (ORTEGA, 2008).

Neste contexto, as mídias virtuais acabam se tornando um importante aliado no que concerne à identificação das novas formas de se compreender/constituir as identidades contemporâneas. Considerando, então, que o *Instagram* está se constituindo e atuando enquanto um dispositivo medicalizador para o corpo ansioso, e que, como consequência a este processo de medicalização, os corpos acabam por subjetivar-se, convém adentrar nas análises acerca das modulações das identidades dos corpos ansiosos nestes ambientes virtuais.

***Instagram* como dispositivo medicalizador: os modos de subjetivação para o corpo ansioso**

Retomando as discussões tecidas nos tópicos anteriores, compreendemos que as ações do *Instagram* enquanto um dispositivo medicalizador para o corpo ansioso centram-se em torno de saberes e poderes biopolíticos que emergem das instituições médico-psiquiátricas e infiltram-se nas plataformas virtuais das redes de relacionamento, fazendo ver, enunciar e incidir poderes sobre os corpos ansiosos. Assim, por intermédio da união dos ideais biopolíticos e midiáticos em um só dispositivo, os sujeitos ansiosos são convocados ao autogoverno e, consequentemente, a automedicalização através dos instrumentos psicoterápicos da escrita terapêutica, em obediência à norma da “saúde

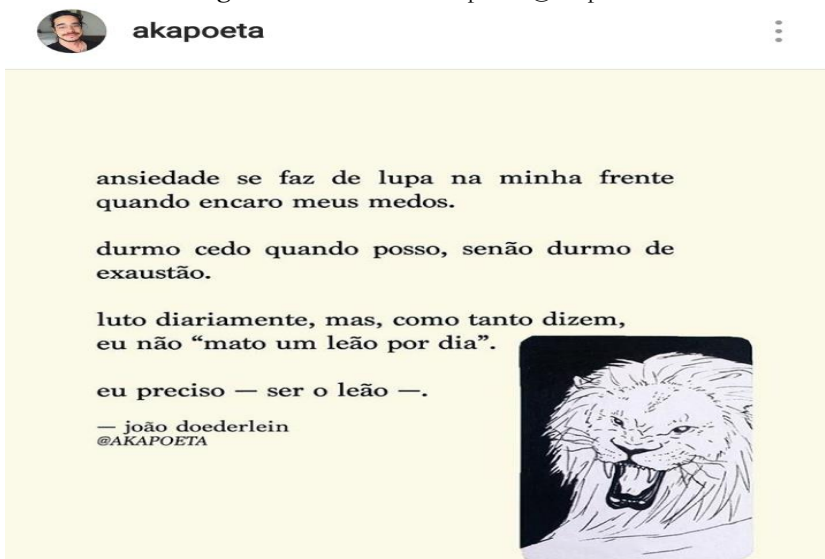
¹Termo cunhado por Ortega (2008).

perfeita” que engendram as relações sociais atuais, conforme discutido anteriormente por Ortega (2008).

Como consequência a este processo, os sujeitos são singularizados pelo dispositivo através das regras e padrões suscitados, isto é, este, o dispositivo – retomando os postulados de Foucault (2008a; 2018b) e Gregolin (2007) –, produz/modula subjetividades, de modo que o sujeito se constitui ativamente e se reconhece por meio das técnicas de si e mediante o olhar rígido do Outro. Partindo disto, o autogoverno do corpo ansioso no *Instagram*, por exemplo, é uma técnica de si que tem como principal “vigilante” e norteador das ações de automedicalização os discursos científicos e documentos normalizadores da instituição médico-psiquiátrica.

Logo, os modos de subjetivação contemporâneos sustentam-se em torno do controle exercido sobre os sujeitos, de modo que estes ganham uma espécie de “liberdade controlada” para cuidar de si e da sua saúde ao interiorizar os discursos do risco e da autonomia na intenção de atingir os ideais de corpo perfeito, conforme propõe a biopolítica contemporânea. É por este motivo, então, que o corpo, tanto físico como psíquico, tornou-se o elemento central da identidade contemporânea – ou bioidentidade, como denomina Ortega (2008) –, uma vez que é através do somático que o controle biopolítico exerce o seu poder. A corporeidade, portanto, demarca e caracteriza o sujeito, incluindo questões inerentes ao psiquismo, como podemos identificar a seguir:

Figura 1: *Post* extraído do perfil @akapoeta



Fonte: www.instagram.com

Este *post* extraído do perfil @akapoetaaborda apresenta, de forma poética, os efeitos causados pelo transtorno de ansiedade em sua corporeidade psíquica. Desta forma, na materialidade, o sujeito expõe a luta travada consigo mesmo, denotando que a construção desenfreada de pensamentos amplifica os medos, fazendo-o encarar os acontecimentos, antecipadamente, como situações catastróficas, como podemos denotar no fragmento “*ansiedade se faz de lupã na minha frente quando encaro os meus medos*”. A luta contra essa produção desenfreada dos pensamentos e sensações angustiantes consequentes a este transtorno acaba culminando um desgaste psicofisiológico no sujeito, o que pode acarretar, conseqüentemente, sintomas a nível somático, sendo ilustrados no texto pela exaustão física e pelos problemas com o sono. Em contrapartida, este sujeito/corpo se mostra encorajado a enfrentar seus medos e pensamentos diários, sendo consciente de que é responsável por si. Deste modo, a posição que enuncia se mostra, analogamente, forte como um leão, que é sinônimo de bravura, força, dono de si e do Outro².

Além disso, o uso da imagem, representada pelo rei da selva, intensifica a ideia de luta e resistência diária engendrada no material verbal, já que suas expressões de fúria e coragem, bem como o enquadramento que focaliza apenas o animal denotam um combate constante a perigos indefinidos (DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS, 2018). Além do mais, o contraste entre o plano de fundo em tom pastel e a “caixa preta” remonta as dinâmicas existentes entre o exterior, onde ocorrem as relações sociais, e o interior psíquico do corpo ansioso. Assim, enquanto no exterior, aparentemente, está tudo tranquilo – representado pela calmaria que o rosa alude, conforme Heller (2013) –, os mecanismos psicológicos, por sua vez, funcionam de forma desordenada, conflitante, mas “silenciosa” por estar reclusa aos corpos.

Isto posto, convém mencionar, ainda, que a cor preta em contraste com a cor clara do leão retoma a *psique* do sujeito ansioso: um ambiente escuro, incerto e confuso que abriga um *self* em constante resistência. Desta forma, podemos compreender que a corporeidade psíquica do ansioso enquanto elemento fenomenológico é denotada na materialidade, uma vez que apresenta as experiências íntimas do sujeito autor. Logo, a experiência do *self*, isto é, do eu psíquico, também passa a ser corporificada e atrela-se à identidade do sujeito, haja vista que a manifestação do psiquismo nas bioidentidades contemporâneas, conforme sustenta Ortega (2008), é

² Empregamos o termo “o Outro” como uma espécie de personificação do transtorno de ansiedade, em que o sujeito ansioso medicalizado possui controle sobre si (*self*) e sobre o transtorno (Outro).

reconhecida como constituinte (e indissociável) da corporeidade enquanto elemento fenomenológico.

Desta forma, atrelando-se à crescente expansão das mídias sociais, o corpo (compreendido como uma superfície que se permite estabelecer a identidade) tende cada vez mais a ser virtualizado. Assim, a rede social *Instagram*, particularmente, torna-se um espaço em que as subjetividades dos sujeitos ansiosos podem ser expostas/constituídas/disseminadas através das postagens estético-comunicativas, em que o corpo virtual, uma vez que pode “refletir” ideologias e costumes, por exemplo, apresenta-se como fonte discursiva principal desta rede de relacionamentos, apoiando-se nos pressupostos defendidos por Luz, Caiado e Fonte (2017).

Logo, a partir do momento que o sujeito ansioso utiliza o espaço midiático virtual do *Instagram*, ele está não somente expurgando seus pensamentos provenientes ao transtorno, mas também constitui e assina sua própria identidade através da exposição da corporeidade psíquica, como podemos constatar na figura seguinte:

Figura 2: *Post* extraído do perfil @matheusrocha



Fonte: www.instagram.com

Como podemos visualizar neste *post* do @matheusrocha, o eu psíquico imprime as suas marcas na materialidade discursiva ao evidenciar a *praxe* das crises de ansiedade em seu corpo. Além do mais, convém ressaltar

que, apesar do *post* acima não citar diretamente o referido transtorno, este retoma-o em sua materialidade tanto através das dinâmicas do sofrimento psicológico apresentado, quanto pela interferência do contexto a qual se insere.

Assim, para o corpo ansioso, “ser forte” não significa nunca desistir, nem estar sempre imponente mediante as circunstâncias (como podemos denotar a partir do posicionamento dos sujeitos, que remete a cansaço, esgotamento), mas, sim, (re)conhecer as próprias fraquezas, aceitar as vulnerabilidades humanas e, assim, aprender a conviver consigo mesmo. Tal ideia é intensificada pela escolha da cor verde no plano de fundo, que remete a esperança e otimismo (HELLER, 2013). Além disso, as representações imagéticas do raio e da água em várias situações (o choro, a tempestade, as poças) intensificam o contexto de crises e retomam a luta angustiante que o sujeito ansioso trava cotidianamente. Assim, ao pensar no último quadrinho, como o desfecho, podemos concluir que este processo cíclico que consiste em lutar, sucumbir e erguer-se (comparando-se ao próprio ciclo da água) eventualmente possibilita o autoconhecimento e, conseqüentemente, a medicalização destes sujeitos ansiosos.

Partindo desta análise, é possível perceber que a subjetividade destes sujeitos, no *Instagram*, enquanto um dispositivo medicalizador, é conseqüente a sua própria medicalização. Isto é, neste ambiente o sujeito trava uma luta constante consigo mesmo no intuito de expurgar suas angústias através da escrita terapêutica, fazendo ver e enunciar corpos que, apesar de psiquicamente inquietos e angustiados em virtude das dinâmicas do transtorno, são conscientes, peritos e atuantes em si, sempre em busca de medicalização, retomando Foucault (2008a) e Ortega (2008). Logo, a subjetivação dos corpos ansiosos sob este fenômeno medicalizador não se dá de forma passiva, mas, sim, de modo ativo, uma vez que há uma luta consigo mesmo, se tornando o próprio objeto de sua ação. Assim, assinam na materialidade das publicações tal subjetividade alicerçada na resistência poetizada e dramática.

Considerações Finais

Mediante as discussões tecidas, pudemos compreender que os “discursos sobre os corpos ansiosos” que circulam na sociedade atual são reflexos dos sujeitos que, em decorrência das dinâmicas capitalistas e midiáticas contemporâneas, tornam-se cada vez mais sobrecarregados, ansiosos e menos produtivos para o mercado de trabalho. Se, de um lado, a sociedade produz/exige indivíduos cada vez mais produtivos, de outro, observa-se como principal conseqüência o enfraquecimento psicológico

dos indivíduos – processo esse intensificado pela não valorização da educação emocional.

Identificando, portanto, este cenário de transformação das características básicas do *Instagram* (entretenimento) como um dispositivo medicalizador a partir da incorporação dos saberes da medicina, esta investigação buscou compreender como está ocorrendo os modos de subjetivação consequentes a atuação desta rede virtual enquanto medicalizador. Logo, convém condensar nesta discussão as dinâmicas identificadas. Como consequência das dinâmicas deste dispositivo, os modos de subjetivação do sujeito também são atingidos. O seu corpo psíquico acaba sendo materializado virtualmente nos *posts*, sendo, então, reproduzido pelas particularidades de organização e de representação verbo-imagéticas dos discursos de ansiedade nestes ambientes. Desta forma, ao envolver-se nas dinâmicas do dispositivo medicalizador, este sujeito eventualmente é direcionado a transformar-se: de corpo em constante sofrimento psíquico, apático, pode tornar-se um sujeito consciente de si e em constante luta para se medicalizar. Com efeito, os textos, constituídos de contornos poéticos, imprimem nestas materialidades virtuais a identidade de um corpo consciente, em luta íntima e em busca de cura constante.

Diante do exposto, consideramos que a investigação sobre o corpo ansioso nas redes virtuais não pode findar em apenas este prisma de observação, tendo em vista que há uma gama de vieses ainda inexplorados. Desse modo, esperamos que este trabalho possa abrir novos caminhos para as futuras investigações que envolvam o sujeito e o corpo ansioso, bem como os seus respectivos discursos, de modo a contribuir cada vez mais para o arcabouço teórico da Análise do Discurso sob tal temática.

Referências

- BARACUHY, Regina; PEREIRA, Tânia Augusto. A biopolítica dos corpos na sociedade de controle. **Gragoatá**, Niterói, v. 18, n. 34, p.318-330, 2013. 1º Semestre. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/66/23>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- CAPONI, Sandra. Classificar e medicar: a gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos. *In*: CAPONI, Sandra et al. **A medicalização da vida como estratégia biopolítica**. São Paulo: LiberArs, 2013. p. 97-114.
- CHARAUDEAU, Patrick. Introdução. *In*: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-29.

COURTINE, Jean-Jacques. A normalização dos anormais: um dispositivo e suas transformações, 1840-1940. *In: Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 115-142. Cap. 4. p. 115-142.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. *In: O mistério de Ariana*. Tradução e prefácio de: Edmundo Cordeiro. Lisboa: Ed. Vega, 1996. p. 155-161. Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 14 set. 2018

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michael. **Tecnologías del yo**. Traducido por Mercedes Allendesalazar.1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008a.

FOUCAULT, Michael. Aula de 8 de fevereiro de 1978. *In: Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. p. 155-180.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, vol. 4, n. 11, p.11-25, nov. 2007. Disponível em: <http://revista.cmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>. Acesso em: 28 out. 2018

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Produção biopolítica. *In: HARDT, Michael. Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 41-60.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. Tradução de Maria Lúcia Lopes da Silva. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

LUZ, A. F; CAIADO, R. V. R.; FONTE, R. F. L. O *instagramer* e seu discurso multissemiótico na rede social digital *Instagram*. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 06, n. 02, p. 139-158, jul/dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/2682>. Acesso em: 15 set. 2018

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação e Realidade**, v. 29, n. 01, p. 199-213, Jan/jun. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25426>. Acesso em: 14 ago. 2018

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 256p.

PORTO ALEGRE. American Psychiatric Association. Artmed. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 2014. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. *In*: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduern, 2012. p. 41-55.

THEISEN, Cristiana. **Ansiedade**: sintoma social contemporâneo. 2015. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Departamento de Humanidade e Educação, Universidade Regional do Noroeste, Santa Rosa, 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GENEVA. World Health Organization. World Health Organization. **Depression and Other Common Mental Disorders**: Global Health Estimates. 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle>. Acesso em: 18 out. 2018.

Páginas acessadas

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. Significado dos símbolos e simbologias: 2018. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/agua/>. Acesso em 23 Dez. 2018

DOEDERLEIN, João. **Ansiedade se faz de lupa...** 2018. *Post* do perfil @akapoeta. Disponível em: <https://www.instagram.com>. Acesso em: 05 nov. 2018.

ROCHA, Mateus. **Quando você abraça suas fraquezas, você se torna mais forte**. 2018. *Post* do perfil @matheusrocha. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BonO_dfn8pV/. Acesso em: 8 out. 2018.

“ELA DESCOBRIU QUE TEM TUDO”: UM ESTUDO SOBRE A **(RE)CONSTITUIÇÃO DA FEMINILIDADE EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS DA *BUDWEISER***

Renata Mendes Schirman
Rafael de Souza Bento Fernandes

Considerações Iniciais

O estudo tem como objetivo analisar anúncios publicitários da marca Budweiser (2019), que tratam sobre a constituição da feminilidade – em especial, o discurso de “revisão histórica”. Sob a perspectiva foucaultiana, mobilizam-se, nos *corpora*, vontades de verdades, as quais fazem irromper enunciados cuja singularidade e regularidade permitem entrever relações de poder (FOUCAULT, 1999). Processo esse descrito por Veyne (2009) como “verdadeiro da época”.

No que diz respeito ao desenvolvimento do trabalho, em um primeiro momento, realizamos uma discussão teórica sobre o regime de verdade em Foucault (2005) e os “cemitérios de verdades” segundo Veyne (2009). Em um segundo momento, são aprofundadas questões relativas ao discurso econômico, involucrado aos comerciais, bem como as condições de irrupção dos dizeres em questão. Em terceiro momento, por fim, realizamos a análise dos *corpora*. Um resultado preliminar de leitura indica que determinados discursos de circulação midiática propõem uma “revisão histórica”, na medida em que se endereçam a público específico, reconstruindo, remontando, realocando os espaços nos quais os sujeitos podem e devem vir a ocupar.

Discurso e verdade

No livro “Foucault: O pensamento a pessoa”, Veyne trata, de maneira sucinta, da concepção de discurso: “é a descrição mais precisa, a mais cerrada de uma formação histórica na sua nudez, é o pôr em dia da sua diferença individual” (VEYNE, 2009, p. 12). Para o autor, em cada época, acumulam-se “camadas” de significação, que serão compreendidas de acordo com as *verdades* que estão em voga naquele momento, no fio tenso das relações sociais.

Para Foucault (1999, p.10), “o discurso não é simplesmente aquilo que se traduz nas lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. O filósofo assevera que a sociedade controla os meios de produção discursiva, através de alguns

procedimentos internos e externos. Corroborando Veyne (2009, p. 19) para quem a sociedade encontra-se cercada num “aquário de verdades”. Dessa maneira, os discursos nada mais são do que a reverberação de uma *verdade*, com certo “prazo de validade”, pois as práticas discursivas são relativas ao tempo, às interpretações e às instituições.

Por isso, a pertinência da metáfora segundo a qual a humanidade é um vasto “cemitério de verdades”, cabendo ao historiador (ou ao analista do discurso) escavar as “camadas”, substratos, depósitos que acumulam sobre os dados elementos referenciais. Em *A Arqueologia do saber* (1987), Foucault estabelece o *método arqueológico*, o qual promove uma ruptura com a história tradicional, centrada nas continuidades. Parafraseando Gregolin (2004, p. 86), na arqueologia, existe uma procura por entender como se dá a irrupção dos acontecimentos discursivos e o que possibilita a emergência e a proliferação dos discursos:

O *método arqueológico* envolve a escavação, a restauração a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ele se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época. Analisando a extensa rede que constitui as positividades do saber, a arqueologia não as ideias, mas os próprios discursos, enquanto práticas descontínuas que obedecem a certas regras. (GREGOLIN, 2004 p. 71-72)

Conforme Gregolin (2004, p. 87), a partir de discussões e reflexões sobre a história e o *método arqueológico*, é que Foucault concebe a *teoria das sistematicidades descontínuas*. As “unidades do discurso” pressupõem a compreensão acerca do enunciado como uma “articulação dialética entre singularidade e repetição” (GREGOLIN, 2004, p.88), em que se exerce a *função enunciativa*.

Os enunciados apresentam certa regularidade, regionalizações das vontades de verdades que se inscrevem como posições: as chamadas *formações discursivas*. Os elementos referenciais para delimitação das FDs são: 1) *Objetos*; 2) *Modalidades Enunciativas*; 3) *Conceitos* e 4) *Estratégias*. O primeiro elemento estabelece que o discurso funda os próprios objetos de que trata, sendo que não há, assim, um repertório estanque de representações; o segundo elemento refere-se ao sujeito enunciativo. Para concebê-lo como um “lugar”, apresentam-se três questões: a) Quem fala? (concebe um *status* ao sujeito); b) De onde fala? (lugar institucional, que serve de suporte para o discurso); c) Qual a posição do sujeito naquele domínio? (já que determinadas posições, causam diferentes interpretações do discurso). O terceiro elemento está relacionado ao fato de que os enunciados têm uma

organização e obedecem a regras, e, portanto, coexistem em grades de significação que não contemplam todo universo possível de sentidos, mas são recortes. Por fim, o quarto elemento é constituído por agrupados relativamente estáveis de temas e teorias (FOUCAULT, 1987) a partir dos quais um objeto é concebido e analisado.

Parafraseando Gregolin (2004), no instante em que são detectadas as regularidades nas formações discursivas concebe-se o *a priori histórico*, isto é, as *regras* das práticas discursivas. Desse modo, as *vontades de verdades* são materializadas, corporalizadas em certos suportes enunciativos. O processo é nada tranquilo, já que cada discurso “luta” pela sua aparição e cristalização:

Na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo (FOUCAULT, 1999. p.20).

É essa vontade de verdade que perpassa a História (com agá maiúsculo) que Foucault irá tratar em a Ordem do Discurso (1999) em termos de desejo e de poder. No âmago do discurso publicitário, o desejo e o poder almejam o consumo de um produto; em outras palavras: uma possível “verdade” endereçada a um público consumidor. Na sequência, trataremos da análise dos *corpora* em que pesam essas relações de poder e de saber na construção – e reconstrução – do passado.

Reescrever a história: movimentos do discurso

Para análise dos *corpora*, em um primeiro momento, trataremos das condições de emergência das propagadas da marca Budweiser (2019). Em um segundo momento, proporemos a analítica das materialidades, orientando-nos pela teoria foucaultiana, em especial pela noção referencial de “verdadeiro da época”.

A propaganda analisada pertence à empresa estadunidense de cerveja Budweiser, que está no mercado das cervejas desde 1876. A marca possui certa fama por aspectos marcantes que lhes são característicos, como o uso da cor vermelha e letras em branco para destacar o seu nome no rótulo. Inicialmente, a marca se endereçava aos trabalhadores/operários; atualmente, o público-alvo são os jovens¹.

¹ A marca de cerveja Budweiser patrocina alguns dos maiores eventos esportivos do mundo, tais como o NASCAR, a UFC (*Ultimate Fight Champions*) e o NBA (*basquete*); (MUNDO DAS MARCAS, 2016).

Seguindo a linha editorial do jovem contemporâneo², a empresa Budweiser, em 2019, lançou uma campanha publicitária, em que se reutilizaram antigos anúncios da década de cinquenta e sessenta. Nessa segunda versão, que aparece em confronto com a primeira nos meios de divulgação da cerveja, há algumas transformações imediatamente reconhecíveis:

Figura 1: Budweiser 1.³



Fonte: Revista Exame.

Na versão de 1956, a figura feminina está usando um vestido de noiva de um luxuoso tecido branco, que lhe cobre todo corpo, bem como um véu com grinalda adornada em flores de camomila. A moça, de pouca idade, apresenta um sorriso contido. Logo ao fundo da imagem está a figura masculina ao lado de um carro de luxo, segundo os padrões da época. Esse homem aguarda sua noiva, com algumas malas à porta do automóvel.

² Segundo Fontenelle (2004), algumas empresas realizam pesquisas e estudos estratégicos voltadas ao público jovem buscando tornar a cultura desses grupos em tendência, ou seja, uma mercadoria rentável. Essa mercadoria, segundo a autora, recebe a alcunha de “cool”. Para Fontenelle (2004, p.168), ser *cool* é “estabelecer tendências, a partir da influência pessoal dentro de uma rede social específica (nicho)”; dessa maneira o jovem contemporâneo busca usufruir dessas tendências e ainda possuir determinada influência sobre os demais.

³Disponível em: <https://exame.abril.com.br/marketing/budweiser-recriapara2019seus-anunciosmachistasdosanos50/?fbclid=IwAR2rkBeOFiFkJWmeyhY1LJCjT3iL1emFaE3l45g4JfhxfG1B5HZi8Q>. Acesso em 27 de maio de 2019.

Segundo dada perspectiva dos estudos sobre mídia, em meados da década de 1920, muitas mulheres valorizavam e desejavam “imagens da esposa fiel e da mãe prestimosa”. Para que esses desejos fossem realizados, a jovem deveria adotar certos comportamentos, tais como controle emocional, corporal e cuidados com a aparência. Mensalmente, em revistas femininas, havia dicas de beleza e cuidados gestuais, primando que as belas moças conquistassem seu casamento (SANT’ANNA, 2014, p. 41).

Segundo Sant’Anna (2014), os conselhos de conduta para mulheres perpassaram os anos. Entre as décadas de quarenta e cinquenta, as revistas destinadas ao público feminino ainda valorizavam o casamento como algo imprescindível para ser feliz. A necessidade de casar requeria das moças o cultivo de certa postura recatada, desde a fala ao riso.

Na primeira versão da propaganda, a imagem feminina materializa a realização do imaginário das mulheres na década de cinquenta, pois a personagem exibe, com orgulho, vestido de noiva, que ocupa o primeiro plano da imagem. Para Mitidieri e Garbelotto (2010), após o casamento da Rainha Vitória, da Inglaterra, com o Príncipe Francis Charles Augustus Albert Emmanuel de Saxe-Coburg-Gotha, o vestido branco tornou-se sinônimo de pureza. Por ser um matrimônio pretensamente concretizado pelo amor, a cor branca corporiza discurso de pureza e romance.

A figura masculina, por sua vez, abarca dupla conquista do teste de virilidade: porque o homem conseguiu uma linda esposa e prospera economicamente (haja vista o carro que possui, sinal de *status*). Ademais, ao segurar a porta do carro para a sua esposa, faz referência a um gesto de cavalheirismo. Seu belíssimo terno, por sua vez, contribui como materialização de um dos atributos que configuravam virilidade e charme na década de cinquenta. O quadro a seguir esboça uma comparação sobre as mensagens presentes nas duas propagandas:

Quadro 1: Comparação – Figura 1

MENSAGEM ORIGINAL -1956	MENSAGEM ATUAL -2019
<p><i>She found: She married two men In fact, all woman do... there's always that inner Man, you know, And think of all the planning that goes into meals to make him contented! When you plan, are you fair to yourself? Do you compliment your delicious dishes by serving the best beer ever brewed? P.S. It's a fact: Budweiser has delighted more husbands than any other brew ever known.</i></p>	<p><i>She found: She was it all In fact, she's never felt more fulfilled. Because she's surrounded by those who embrace who she is, inside and out. And that's all she really needs. P.S. It's a fact: Budweiser can be enjoyed by everyone, everywhere.</i></p>
Ela encontrou: ela se casou com dois homens	Ela encontrou: ela descobriu que tem tudo

<p>De fato, toda mulher sabe... que existe um homem interior, e pense em todo planejamento que é necessário para preparar uma refeição para deixar o seu homem satisfeito!</p> <p>Quando você planeja, é justa consigo mesma? Você elogia os seus deliciosos pratos servindo a melhor cerveja que já foi fabricada?</p> <p>P.S. É um fato: Budweiser deixa os homens mais felizes do que qualquer outra cerveja conhecida.</p>	<p>De fato, ela nunca mais se engana. Porque ela está cercada por aqueles que abraçam quem ela é, por dentro e por fora. E isso é tudo o que ela realmente precisa.</p> <p>P.S. É um fato: Budweiser é a cerveja para todos, a qualquer hora.</p>
--	---

Fonte: Autoral

Ao referenciar o casamento na primeira versão, o anúncio publicitário reverberava os discursos sobre matrimônio que almejavam consolidar e influenciar seus consumidores. Segundo Sant’Anna (2014), em da década de cinquenta, houve um declínio nesses contratos sociais (casamento). Uma maneira de “corrigir” esses índices estava em modificar a imagem para o enlace, tornando-se um prêmio que todos deveriam almejar e conquistar. A mídia e os meios de comunicação foram essenciais para homogeneizar a prática social.

Na segunda versão, de 2019, a figura feminina não está usando um vestido de noiva, mas um vestido casual (ainda que lhe cubra grande extensão do corpo: os ombros e o busto, em especial). No fundo da imagem, não existe um homem esperando por ela. Há uma mesa de bar com três mulheres aguardando pela sua presença para compartilhar a cerveja gelada.

A transição nos comportamentos femininos em assumir uma liberdade e uma valorização de si surge na década de sessenta a partir dos anúncios publicitários (SANT’ANNA, 2014). O discurso de libertação no âmbito dos comportamentos e posturas ditas femininas das décadas passadas começam a sofrer modificações.

Em *Feminismo, História e Poder*, de Céli Regina Jardim Pinto (2010), há uma organização de como o movimento feminista se estruturou ao longo das décadas. A autora cita que, por volta da década de sessenta, o feminismo na Europa e nos Estados Unidos comporta-se como um movimento libertário para o gênero feminino, que almeja liberdade e autonomia para as mulheres. Cumpre salientar que, no Brasil, o movimento era silenciado nos meios homogêneos de comunicação, haja vista o período de Regime Militar.

Uma das possíveis representações dessa ruptura está presente na versão de 2019, já que as mulheres no plano de fundo não demonstram

preocupação em sentar de maneira despojada, com gestos espontâneos – algo que, em décadas anteriores, eram tidos como comportamentos inaceitáveis (em certos ambientes de prestígio econômico e social), sob pena de tornar-se “solteirona”⁴. Outro elemento marcante é a cadeira que aguarda pela moça, fortalecendo o discurso de irrelevância ante a procura de um marido da representação anterior (sobre a qual esta é confrontada).

Na segunda versão, a mensagem relata que, agora, a personagem está cercada por aqueles que aceitam ela como tal. Ao fundo da imagem, há uma mesa de bar com três mulheres à sua espera. O novo discurso afirma que agora a figura feminina conquistou sua liberdade e lhe é permitida expressar suas emoções e opiniões, porque, sob determinado ponto de vista, poderá ser compreendida e não repreendida, como no primeiro anúncio de 1956.

Nas duas versões, há enunciados verbais. Na primeira versão da propaganda, o dizer central é “ela se casou com dois homens”; enquanto que, na segunda versão, trata-se de “ela descobriu que tem tudo”. A mudança enunciativa sugere a interpretação de que, atualmente, o casamento não é o único espaço de afirmação para lograr reconhecimento, logo é possível (e pertinente) reunir-se para beber cerveja apenas com amigas. Em ambas as imagens, a figura da mulher aparece com um sorriso no rosto, como de satisfação pelo momento que está vivendo. No entanto, o discurso sobre a felicidade adquire níveis contrastivos no que tange ao espaço social que a mulher pode e deve ocupar, quem as deve acompanhar, o que ela (não) deve consumir e quais posturas (não) deve adotar.

Ainda assim, mantêm-se determinados elementos referenciais de feminilidade, a saber, a maquiagem, o cabelo preso e o sorriso tímido. Sob determinada perspectiva, a mulher ainda está submetida a determinados códigos de conduta como, por exemplo, a imagem de juventude e vigor. Segundo Sant’Anna (2014), “o último século foi uma época bastante propícia para transformar a aparência física na principal prova de subjetividade humana” (SANT’ANNA, 2014. p.189). A beleza jovial, assim, tanto lá quanto cá é um valor supremo.

⁴ Durante a década de cinquenta, era comum encontrar nas revistas destinadas ao público feminino dicas para encontrar o homem dos sonhos ou como controlar as expressões e emoções. Tornar-se “solteirona” era, afinal, uma tragédia social, “tristeza sem fim” (SANT’ANNA, 2014. p. 92).

Figura 2⁵



Fonte: Revista Exame.

Na primeira imagem da figura 2, à esquerda, a mulher ocupa uma posição submissa em relação ao homem, o que se torna evidente pelo gesto de servir-lhe uma cerveja gelada. Além de oferecer a bebida, a mulher (possivelmente, a esposa) encosta o rosto próximo à cabeça do homem com um olhar fixo dirigido ao copo de cerveja, como se estivesse prestando atenção no ato: tomando cuidado para que não derramar a bebida.

O homem segura um martelo, cena que sugere que ele estaria consertando um equipamento eletrônico. Em seu rosto, há um olhar distante, de frustração. A mulher consola o marido que fracassa na tarefa rotineira do lar. É o seu papel. Essa é uma afirmação que possui acúmulos de natureza memorial, já que é historicamente imputado à mulher determinadas tarefas como, por exemplo, costurar, cozinhar e bordar (SANT'ANNA, 2014,p. 41).

Tais estereótipos que têm natureza histórica uma vez que tais condutas modelares de sujeito que lhe prestam o pretenso valor de feminilidade se perpetuaram por imagens, anúncios, campanhas que circularam à época (e hoje ainda circulam): eis o fio tensivo na construção das verdades que tratamos anteriormente.

⁵ Fonte: Revista Exame. < <https://exame.abril.com.br/marketing/budweiser-recria-para-2019-seus-anuncios-machistas-dos-anos50/?fbclid=IwAR2rkBeOFiFkJWmeyhY1LJC-jT3iL1emFAe3l45gLAJfhxofG1Bu5HZi8Q>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

Vieira (2005) salienta que a identidade da mulher, assim como a do homem, é construída, em especial, no meio familiar. A partir do momento em que determinadas tarefas são designadas para o gênero feminino, cria-se uma configuração de quais atividades e exercícios devem ser cumpridos exclusivamente por elas. O mesmo equivale para a figura masculina. Certas imagens de comportamentos modelares atravessam representações e incidem fortemente na manutenção de constructos sociais já cristalizados, arraigados às malhas da cultura.

É como se houvesse comportamentos adequados apenas às figuras masculinas e às femininas (VIEIRA, 2005). Na primeira versão do anúncio (figura 2), a mulher não consome a bebida alcoólica e, muito menos, segura o martelo - já que a ferramenta deve ser manuseada por homens em serviços “pesados”. Para Vieira (2005), a distribuição de trabalhos entre homens e mulheres é decorrente da formação social e cultural de um grupo, por isso, ocorrem distinções de quais tarefas devem ser exercidas de acordo com o gênero. A autora enfatiza o fato de que, com o passar das décadas, as funções poderão se readequar, haja vista que trabalhos “do lar”, em determinadas culturas, é rotulado como uma tarefa feminina e para outras cabe a figura masculina a função de proteger e zelar pela família.

No anúncio da direita (figura 2), os mesmos personagens aparecerem, mas estão com posturas diferentes, mais despojadas: sentados no chão, cercados de caixas de papelão. Os dois personagens estão felizes. Cada um deles segura uma cerveja Budweiser. A modificação do olhar feminino é um ponto fulcral ao discurso de ressignificação histórica. Na primeira imagem, a mulher presta atenção na tarefa de servir a cerveja para o homem, como forma de agradá-lo. Já na segunda imagem, a mulher ainda mantém seu olhar para a bebida, mas existe, nesse momento, a possibilidade de consumir também o produto (algo nem cogitado anteriormente).

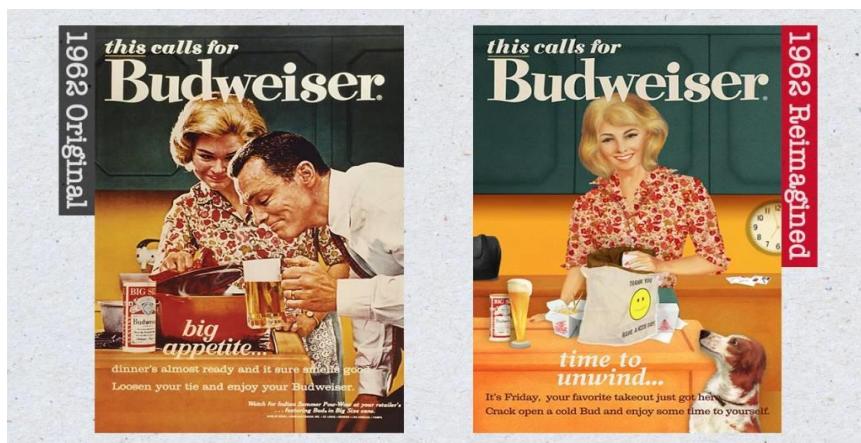
A comparação entre as duas imagens inscreve a marca de cervejas no discurso publicitário de equidade dos gêneros, que atribui à mulher “liberdades” fora dos relacionamentos. Contudo, há que se observar que essa libertação mantém o foco no consumo da bebida alcóolica, almejando agora outro público que também poderá consumi-la. A reconstrução da história, nesse sentido, ainda que reinaugura e reinventa a composição das propagandas com pretensão de construir discurso de equidade gêneros, resvala no discurso econômico e em algumas prerrogativas - como o caso da juventude, da heterossexualidade normativa e do fato de em todos os anúncios as personagens serem exclusivamente caucasianas.

Para Vieira (2005), com a pós-modernidade, a divisão de trabalhos passou a se reconfigurar, rompendo certos paradigmas de “feminino” e de “masculino”. Desse modo, ao recriar e reinventar a composição semiológica nos padrões de veridicção dos discursos, é seguro afirmar que houve

readequação das *práticas discursivas* a uma nova *vontade de verdade*, atravessada (tanto no primeiro caso, quando no segundo) por um discurso econômico. Em Veyne (2009), a metáfora do aquário de verdades representa como somos acometidos por *verdades* que, em cada época, em cada lugar, instaura os limites da nossa *redoma* – muitas vezes invisível.

São essas “velhas” *redomas*, um dia já aceitas e glorificadas, que compõem o *cemitério de verdades*, como denomina Foucault, segundo leitura de Veyne (2009). A última das propagandas do nosso arquivo sofreu significativas alterações face à versão anterior:

Figura 3⁶



Fonte: Revista Exame.

Na imagem à esquerda (figura 3), a figura feminina está cozinhando para o marido (conforme sugere a constituição da peça publicitária) e o mesmo segura um enorme copo de cerveja, enquanto, simultaneamente, aprecia o cheiro da comida na panela. Cabe destacar que, na década de cinquenta e sessenta, as revistas femininas aconselhavam as mulheres a como cuidar do corpo e do casamento. Para as “conselheiras amorosas”, uma boa esposa deveria saber cozinhar e agradar o marido. Portanto, para que o casamento fosse feliz, caberia a mulher “manter as chamas- na cozinha e na cama- era uma responsabilidade feminina” (SANT’ANNA, 2014, p. 103).

⁶ Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/marketing/budweiser-criapara2019seusanunciosmachistasdosanos50/?fbclid=IwAR2rkBeOFiFkJWmeyhY1LJCjT3iL1emFaAE3l45g4JfmxofG1Bu5HZi8Q>> Acesso em 27 de maio de 2019.

Os discursos de “direitos e deveres” da mulher no casamento ecoavam em diversos lugares. Incitavam como deveriam cumprir os afazeres domésticos até mesmo como cuidar da maternidade. Sendo assim, “a mulher, em se casando, recebe como feudo uma parcela do mundo; garantias legais protegem-na contra os caprichos do homem; mas ela torna-se vassala dele” (BEAUVOIR, 1967, p. 169). O matrimônio reconfigurava (e reconfigura) novos espaços discursivos à mulher.

Por outro lado, o homem também deveria (deve) cumprir com seus “direitos e deveres”⁷⁷. Da figura masculina “esperava-se que um homem de verdade fosse provedor e predador” (SANT’ANNA, 2014, p.106). Portanto, deveriam frequentar “lugares de homens”; segundo Sant’Anna (2014), raramente eram educados para o serviço doméstico.

Na primeira versão, do anúncio publicitário, os personagens estão propriamente de acordo com os discursos que se assumiram como *verdadeiros* para época, dada a circulação e as suas condições de irrupção: a mulher cozinha para o marido e ele observa (e fiscaliza) o trabalho. A versão de 2019 subverte essa relação, na medida em que a figura do homem é iminentemente apagada, substituída por a de um cachorro. A substituição do homem pelo cachorro, simbolicamente, sugere que este tem importância reduzida. A composição tem alguns efeitos: o primeiro é que enaltece a mulher como responsável pelo próprio lar; o segundo é que destaca a cerveja – objeto de desejo e de consumo – que a propaganda se presta a vender.

A mulher está abrindo uma sacola com comida de fast food, sugerindo que ela não tenha tempo ou o hábito de cozinhar – além disso, na mesa, há um copo de cerveja. Segundo Ortner (1979, p. 110), “na esmagadora maioria das sociedades a culinária é trabalho feminino” o fato dessa mulher não cozinhar marca a quebra de um discurso de quais eram os serviços desempenhados pelas mulheres.

Novas representações são postas em causa, “essa nova mulher trabalha, possui salário próprio, sustenta-se e não depende do sexo masculino para sobreviver” (VIEIRA, 2005, p. 236). Faz-se imperioso um processo de revisão do discurso de 1962, que readéqua as verdades, rearranja os objetos, compõem novos conceitos para esse discurso no que

Fernandes (2019) discute sobre as três práticas que constituem a subjetividade “homem de verdade”: treinamento, sustento e cortejo. O primeiro refere-se ao fato de a figura masculina cultivar a perfeição através de regimes de “autossacrifícios” nas academias. Já o segundo concatena aspectos econômicos e bélicos, visto que, um dos fatores que caracterizam o “Homem com agá maiúsculo” é a necessidade de promover a proteção familiar. Por fim, o cortejo está relacionado à afirmação do homem quanto sujeito que busca uma parceira, por isso, a manutenção de comportamentos que remetem para uma memória discursiva do sujeito masculino como um “ser selvagem”.

diz respeito aos elementos da função enunciativa e o exercício do poder que recobre os elementos em análise.

O discurso publicitário buscou reinventar o papel da mulher. A partir das décadas de sessenta e setenta, houve a “valorização do amor por si mesmo” (SANT’ANNA. 2014,p.132). Em muitos casos, a mulher passou a ser vista com um indivíduo social, sem a presença do homem e casamento.

Essa “mutação” assegura o pressuposto teórico com o qual iniciamos o estudo: em cada época, a sociedade produz discursos, faz irromper verdades sociais, (re)ativa memórias e apaga outras tantas. Nesse sentido, ao realizar essas mudanças na campanha publicitária, Budweiser (2019) com ênfase na figura feminina, subentende que a *verdade* dessa época sobre o papel da mulher se reconfigurou, por isso, a necessidade dessa readequação. A cerveja, ao redefinir sua história, busca redenção: como a linda canção eternizada na década de oitenta pela cantora Cindy Lauper (MÚSICA E CINEMA, 2012): “Girls just wanna have fun”- as garotas só querem se divertir.

Considerações Finais

A trajetória desse artigo teve como linha de largada, a análise dos anúncios publicitários da marca Budweiser (2019), que discutiam sobre a feminilidade e as diversas mudanças ao longo das décadas. Nessa “corrida”, questionamos como a empresa adaptou o discurso almejando atingir novos públicos consumidores.

O referencial teórico dessa pesquisa foi baseado na Análise do Discurso de orientação francesa, especial a teoria foucaultiana, que tem como característica compreender a relação entre verdade e poder. Também buscou-se entender como as *vontades de verdades* são estabelecidas nos anúncios publicitários.

Durante o desenvolvimento do trabalho, a prática analítica dos *corpora* investigou como sucedeu a reconstrução do processo de feminilidade nas propagandas da Budweiser (2019) segundo sua tentativa de “reconstrução”. Verdade que, vez ou outra, assombra marcas antigas, já que “o passado antigo e recente da humanidade é apenas um vasto cemitério de grandes verdades mortas” (VEYNE, 2009. p. 19).

Um resultado preliminar de leitura indica que determinados discursos de circulação midiática estão propondo uma “revisão histórica”, na medida em que se endereçam a público específico. Portanto, os discursos publicitários se valem de “lutas”, conforme Gregolin (2004) existem “batalhas discursivas” a respeito de uma *verdade*, as quais, posteriormente, serão transformadas em um objeto de consumo rentável.

É nesse novo espaço discursivo que a empresa buscou estabelecer um vínculo com suas novas consumidoras. Haja vista que ocorreram alterações nos anúncios a respeito do papel social da mulher contemporânea como: apagamento da figura masculina, ambiente igualitário entre os personagens e a anulação do casamento. Infelizmente, essas mudanças são parciais. O Brasil é, afinal, um dos países que mais mata mulheres, ocupando no ranking mundial a 5ª colocação (EXAME, 2017).

Cumpra salientar que a ruptura é fragmentária e mais se refere aos desejos do consumidor do que a problematizações acerca dos estereótipos nocivos. É uma liberdade conferida apenas a uma mulher: branca, loira e magra. Ao finalizar essa “maratona” o prêmio manteve-se como sendo o consumo bebida alcóolica independente do gênero e o sustento do desejo de projetar-se em novos espaços de afirmação do feminino nessas primeiras décadas do século XXI.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida (Vol.2).2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- FERNANDES, Rafael de Souza Bento. **Práticas Discursivo-Midiáticas sobre a corporalidade na construção do “Homem-Homem”**. Regimes de normalização e de exclusão. Tese- Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2019.
- FONTENELLE, Isleide A. **Os caçadores do cool**. Lua nova: Revista de Cultura e Política. n. 63. São Paulo, 2004.p. 163-176. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=nQoQwufW5wcC&oi=fnd&pg=RA2PA63&dq=jovem+contempor%C3%A2neo+cool&ots=G0rlAmY9_4&sig=4gLcRckbBUgG4WfpIo2iLRNtRWc#v=onepage&q=jovem%20contempoC3%A2neo%20cool&f=false> acesso em 15/08/2019.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- REGGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- LIGUORI, Maíra. **O machismo também mora nos detalhes**. São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>> Acesso em 03 de junho de 2019.

MITIDIERI, Ana Maria Amorim, GARBELOTTO, Cristina Schiavon. **O traje da noiva na cena do casamento.** The bride's dress at the wedding ceremony. São Paulo: Senac, 2010.

ORTNER, Sherry. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** IN: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974], p. 95-120. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1580/sherryortner.pdf?sequence=1>> acesso em 15/08/2019.

PICHLER, Diogo; SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. **Esparta: Corpo, Cultura e Poder.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 9. Ano 02, Vol. 05. pp 17-29, Dezembro de 2017.

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade.** In: DELTA. 2005.

VEYNE, Paul. **Foucault O pensamento a pessoa.** Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/fabricante-de-cerveja-recria-anuncios-dos-anos-1950-1960-sob-otica-feminista-23515581>. Acesso em 27 maio de 2019.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/marketing/budweiser-recria-para-2019seusanunciosmachistasdosanos50/?fbclid=IwAR2rkBeOFiFkJWmeyhY1LJCjT3iL1emFaAE3l45gL4JfhxofG1Bu5HZi8Q>. Acesso em 27 de maio de 2019.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

História da Budweiser. Disponível em: <https://aletp.com.br/historia-da-budweiser/> Acesso em 03 de junho de 2019. Mundo das marcas.

Disponível em: <http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/05/budweiser-king-of-beers.html>> acesso em 03 de junho de 2019.

Música e cinema. Disponível em: <https://musicaecinema.com/girls-just-want-to-have-fun-cyndi-lauper/>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

“TIA DO CAFÉ”: O RACISMO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE GOVERNO DE SI E DOS OUTROS

Marluce Pereira da Silva
Cid Augusto da Escóssia Rosado

Práticas discriminatórias nas “Redes do ódio”

As redes sociais quebraram o monopólio da notícia e da opinião. Depois delas, qualquer pessoa pode relatar acontecimentos ou expressar pontos de vista, ser lida, ouvida e assistida por um número indefinido de interlocutores de qualquer parte. Não à-toa, elas têm sido apontadas como o motor de transformações culturais, de insurreições populares e de transformações políticas tanto nas democracias quanto nas ditaduras.

É, de fato, um ambiente democrático que inspira liberdade, mas, como afirma Todorov (2012), a democracia alimenta vários de seus inimigos e, nela, a interpretação da palavra “liberdade” nem sempre comporta o mesmo sentido. Nesse contexto, surge o que vem sendo denominado de “redes do ódio”, espaços em que muitos indivíduos se sentem à vontade e no direito de protagonizar eventos discriminatórios de toda ordem.

Entre os episódios frequentes está o racismo, não obstante tratar-se de fenômeno de raízes remotas e proporções globais que tem afetado as relações internas e externas dos povos, ao longo da história. Sua concepção mais próxima do senso comum é a de hierarquização do ser humano pela cor da pele, paradigma que, afora práticas discriminatórias, origina subjetivações e formas de governança de si e dos outros.

O racismo tem várias faces. No Brasil, por herança da escravatura, que perdurou do século XVI ao final do século XIX, a mais exposta é a que atinge a população negra. E, não obstante o art. 5º, XLII, da Constituição Federal dizer que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, são frequentes os eventos reveladores dessa conduta.

O noticiário está repleto de episódios protagonizados por indivíduos em diferentes espaços, principalmente em estádios de futebol. Em outros cenários – e também com a utilização da mídia –, registrou-se a expressão de discursividades com sentidos de práticas racistas, como no caso que envolveu o comediante Danilo Gentili e a senadora negra Regina Sousa (PT/PI), num momento de grandes embates políticos.

Tratava-se do *impeachment* da presidente Dilma Rouseff. Todos os passos do processo, de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016,

foram transmitidos ao vivo, a partir dos canais televisivos, radiofônicos e de Internet da Câmara dos Deputados e do Senado, sem mencionar os veículos comerciais. Por isso, o brasileiro teve a chance de acompanhar os fatos em tempo real e de opinar, especialmente nas redes sociais.

Assim, aos 11 de maio de 2016, enquanto Regina Sousa ocupava a tribuna do Senado em defesa da correligionária, Gentili, âncora do Programa “The Noite”, do SBT, publicou no *Twitter*: “Senadora? Achei que fosse a tia do café”. Regina Sousa voltou à tribuna, na sessão seguinte, para acusar Gentili por racismo e se autoafirmar negra, do “cabelo pixaim”, além de anunciar processo contra o humorista.

Não é a primeira vez que o comediante é acusado de discriminar negros. Em 2009, ele escreveu “King Kong, um macaco que, depois que vai para a cidade e fica famoso, pega uma loira. Quem ele acha que é? Jogador de futebol?”. Já em 1º de outubro de 2012, reagiu assim a um internauta que o classificou de racista: “Sério @Lasombra Ribeiro vamos esquecer isso... Quantas bananas vc quer pra deixar essa história pra lá?”.

Diante desse quadro, problematizando o comentário de Gentili e a reação da senadora ao discurso do apresentador, propõe-se, aqui, uma análise de práticas discursivas que perpassam as falas de ambos e que expressam efeitos de sentidos acerca das maneiras de se relacionar consigo mesmo – ou do governo de si, conforme Foucault (2004; 2005; 2007; 2011; 2013; 2014) –, face ao pertencimento racial.

O trabalho serve-se da análise do discurso, a partir da genealogia foucaultiana, e das observações de Fanon (2008) e Coates (2015) sobre a questão racial, investigando traços de historicidade no embate entre Danilo Gentili e Regina Sousa, por meio dos enunciados que produziram. Insere-se, portanto, entre os estudos que buscam entender as práticas da linguagem na constituição de práticas sociais.

O percurso analítico do *corpus* formado por uma publicação do humorista no *Twitter* e da resposta da senadora na tribuna do Senado abrangerá, em primeiro plano, os três eixos da parresía (dizer tudo, dizer-a-verdade e a fala franca) e o risco assumido pelos interlocutores. Embora Foucault (2010) afaste a estrutura interna e o objetivo do discurso na investigação sobre a parresía, tais aspectos serão considerados em segundo plano, pois ajudam a desvendar a gênese da “Tia do Café”.

O texto está dividido em quatro seções, a contar desta. Na segunda, apresenta-se o suporte teórico da análise. Na terceira, são problematizados modos de subjetivação que atravessam os dizeres de Sousa e Gentili. Ao final, apresentam-se as conclusões apreendidas do percurso analítico, de que o racismo é uma construção sócio-histórica originadora de subjetividades que se manifestam consciente e inconscientemente na linguagem.

Racismo e Parresía enquanto estratégias de governamentalidade

Não importa a perspectiva. O discurso racista, o discurso antirracista e o discurso de pertencimento a determinada “raça” têm sempre algo de parresiástico e carregam em suas entrelinhas estratégias de governo de si e dos outros. Tal afirmação pode ser melhor compreendida a partir de alguns conceitos, a começar pelo de “governamentalidade”, expressão usada por Foucault (2007) para designar inicialmente três coisas: exercício institucional do poder sobre a população; aceitação desse governo, com seus aparelhos e saberes, por outras instâncias de governo; e a passagem do Estado de Justiça para o estado administrativo. Nas palavras dele:

O que pretendo fazer nestes próximos anos é uma história da governamentalidade. E com esta palavra quero dizer três coisas:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3 – resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2007, p. 291).

Os três pontos remetem, no desdobramento da temática, à elaboração de um conceito de população, cuja vida política é gerida por um governo central, bem como ao entendimento de que os indivíduos desse conjunto utilizam-se, na família e demais instituições, de estratégias para governar a si e aos outros.

“Governamentalidade” seria, portanto, o “contato entre as tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si” (FOUCAULT, 2004, p. 324); enquanto governo abrange as “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens”, seja a própria ou a do próximo.

Dessa maneira, existiriam instâncias de governo, a começar do governo enquanto ente político centrado na relação entre o governante (presidente, rei, príncipe, soberano) e a população, com o emprego de técnicas e aparelhos de Estado de controle das liberdades individuais, na perspectiva da realização dos seus fins.

No interior dessa esfera, existiria o governo de segmentos organizados da sociedade, a exemplo da família, das igrejas, dos sindicatos. Na base, emerge o governo de si como instância moral que influencia a forma de o indivíduo circular nas outras esferas, aceitando ou rechaçando o poder que delas emana.

... os governantes, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade (FOUCAULT, 2007, p. 280).

O racismo, nas práticas múltiplas de governança, não é apenas a crença numa estirpe superior ou o preconceito contra pessoas de etnias diferentes. É também o conjunto de práticas e técnicas de governo de si e dos outros historicamente inspiradas no discurso da luta de raças e depois no discurso racista de cunho biológico.

É bem verdade, Foucault não aborda o segregacionismo enquanto técnica de governabilidade ou, pelo menos, não o faz explicitamente, mas abre caminho para essa interpretação ao enfatizar as múltiplas formas de governo como instâncias de poder e o conflito binária de grupos que articula um único corpo social.

A guerra de raças remete a “diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência, diferenças de selvageria e de barbárie, conquista e servidão de uma raça por uma outra” (FOUCAULT, 2005, p. 71); enquanto o racismo é a mesma batalha, mas na visão biológica.

Embora regido pelo governo político e fragmentado em núcleos de governamentalidade de si e dos outros, o corpo social composto por indivíduos de mesma nacionalidade torna-se, na perspectiva do racismo impulsionado pelo biopoder, uma “sociedade binária, dividida entre duas raças” (FOUCAULT, 2005, p. 94).

A ideia da pureza da raça, com tudo o que comporta a um só tempo de monístico, de estatal e de biológico, será aquela que vai substituir a ideia de luta de raças. Quando o tema da pureza da raça toma o lugar da luta das raças, eu acho que nasce o racismo, ou que está se operando a conversão da contra-história em um racismo biológico (FOUCAULT, 2005, p. 95).

Determinados Estados incorporam a questão do racismo como elemento de governo. A Alemanha nazista, tomada como amostra,

apresentava entre suas plataformas a proteção da pureza dos arianos em detrimento dos judeus, não importando se eram judeus alemães ou de origens nacionais diversas.

O velho antissemitismo do tipo religioso foi neutralizado num racismo de Estado somente no século XIX, a partir do momento que se constituiu um racismo de Estado, no momento em que o Estado teve de aparecer, de funcionar e de se mostrar como o que assegura a integridade e a pureza da raça, contra a raça ou as raças que o infiltram, que introduzem em seu corpo elementos nocivos e que é preciso, conseqüentemente, expulsar por razões que são de ordem política e biológica ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2005, p. 101).

Essa ideia do racismo enquanto técnica de governo de si e dos outros, centrada no exercício do poder, na conquista e na servidão, é compartilhada por Fanon (2008). Segundo ele, os “colonizadores” tendem a extirpar a cultura dos “colonizados”, como forma de inferiorizá-los e dominá-los.

No tocante à guerra de raças, essa dominação dar-se-ia especialmente pela linguagem imposta pelo colonizador branco ao colonizado negro. Na perspectiva de Fanon (2008, p. 34), “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será”.

Mas “o racismo colonial”, invenção dos europeus, “não difere dos outros racismos”, assegura Fanon (2008, p. 87). A guerra de raças ou o biorracismo têm no fundo a mesma perspectiva de exploração do homem pelo homem na engrenagem do poder, das lutas sociais e das forças econômicas.

No Brasil, a questão abrange ambos os momentos: a luta de raças, com a conquista e servidão africana, do século XVI ao XIX; e o racismo, da Lei Áurea (13 de maio de 1888) até hoje, com toda carga de preconceitos, segregações e dificuldade de acesso a direitos básicos por parcela significativa da população fundados na cor da pele.

O desenho foucaultiano do biopoder remete à falsa ideia de que a espécie humana comporta uma hierarquia estabelecida pela cor da pele, em que determinada raça, dita “pura” e “superior”, nasce com o direito natural de governar as outras gentes, inclusive com direitos sobre vida e morte.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do

biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 2005, p. 304-305).

Coates (2015, p. 19) aproxima-se dos pensamentos de Fanon e Foucault ao analisar a questão racial nos Estados Unidos. Os americanos, segundo ele, “acreditam na realidade da ‘raça’ como uma característica definida, indubitável, do mundo natural” e, dessa circunstância, surge o racismo enquanto “necessidade de atribuir características profundamente inerentes às pessoas e depois humilhá-las, diminuí-las e destruí-las”. Ainda segundo o autor:

Mas a raça é filha do racismo, e não sua mãe. E o processo de definir quem faz parte desse “povo” sempre foi menos uma questão de genealogia e de aspecto fisionômico do que de hierarquia. Diferenças de cor de pele e de cabelo são antigas. Mas a crença na proeminência da cor e do cabelo, a noção de que esses fatores possam organizar a sociedade corretamente e de que significam atributos mais profundos, os quais são indelévels, é a nova ideia que prevalece no âmago dessas novas pessoas que, de forma desesperançosa, trágica e ilusória, foram levadas a creditar que são brancas (COATES, 2015, p. 19).

E o que tudo isso tem a ver com Parresía? Parresía, como se sabe, é dizer tudo, dizer-a-verdade e a fala franca. E, se a produção discursiva nesses três eixos é uma manifestação de poder, um exercício de governamentalidade, não há como negar sua interferência na produção de sentidos nas práticas racistas.

“Dizer tudo” tem o sentido literal de expressão sem medo, sem amarras ideológicas, éticas, morais; “dizer-a-verdade” remete à crença pessoal do indivíduo no que está sendo dito; enquanto a “fala-franca” traduz-se em espontaneidade, em sinceridade.

Tais noções não se confundem, de acordo com Foucault (2010), com estratégias expositivas, retóricas, de ensino e nem de debate. Refletem, na realidade, uma técnica de relação de governo do sujeito consigo e com os outros que se manifesta de três maneiras: o dizer-a-verdade do oráculo, da confissão e do discurso político.

A verdade oracular, sabendo-se que a figura mitológica do oráculo revela as coisas e os sentidos dessas por meio de enigmas, é ambígua, pode ou não ser compreendida ou interpretada de maneiras contraditórias, a exemplo do que ocorre quando grupos cristãos de orientações distintas se debruçam sobre o mesmo trecho da bíblia, que é um oráculo, e dele tiram interpretações opostas.

A verdade confessional, em se tratando de parresía, é a coragem de enfrentar as consequências pela confissão dos erros. O fiel que se confessa ao padre na certeza da penitência, o delinquente que confessa seus crimes às autoridades, consciente da punição e a pessoa pública (políticos, artistas, escritores, jornalistas) que assumem erros ou posturas diante da opinião pública.

O dizer-a-verdade do discurso político é o que que mais se aproxima do governo de si e dos outros, com meias verdades – ou meias mentiras – que se articulam para justificar medidas, posições, mudanças de rumo, reações. E, embora a parresía na perspectiva foucaultiana não se confunda com o exercício do poder, o dizer-a-verdade do discurso político envolve relações de dominação e de poder.

Percebe-se ainda entre as preocupações de Foucault (2013, p. 42), identificar “como o dizer-a-verdade, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros”.

A condição especial da parresía foucaultiana realiza-se, entretanto, quando a enunciação se materializa “em condições tais que o fato de dizer a verdade, e o fato de tê-la dito, vai ou pode ou deve acarretar consequências custosas para os que disseram a verdade” (FOUCAULT, 2013, p. 53).

Na perspectiva do risco pessoal, tanto o discurso racista quanto o antirracista pode ser parresiasta, à medida que os dois lados disputam o domínio da verdade num terreno propício a reações de ódio e violência, com a utilização de técnicas e estratégias de governança de si e dos outros.

Quando alguém diz tudo e assume francamente ódio a pessoas de determinada raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, coloca-se em risco pelo que acredita ser verdade e externa aspectos de governamentalidade, do que imagina de si e de seu “direito de ascendência” sobre os que julga inferiores.

Declarar-se pertencente a um grupo alvo de preconceitos exige do indivíduo a mesma coragem-da-verdade, às vezes ainda mais, e também é uma técnica de governo de si e dos outros, ao passo que rechaça o controle, contesta a superioridade e se posta como senhor dos próprios atos e governante do próprio destino.

Todo movimento de governamentalidade, de governo de si, de governo dos outros, de parresía, ganha forma na linguagem, através da linguagem. Por isso, o discurso racista ou antirracista objetificado neste artigo é historicamente constituído nas relações sociais e consolidado ou transformado ao longo do tempo.

Ressalta-se que o “fenômeno da linguagem”, de acordo com Fanon (2008, p. 33), é de “importância fundamental” para se compreender o negro em relação ao “outro”, o negro em relação ao negro e o negro em relação ao branco, pois é pela fala que se “assume uma cultura”, que se suporta “o peso de uma civilização”.

A linguagem, por assim dizer, promove a constituição de subjetividades por meio de mecanismos discursivos e sua análise possibilita, como busca Fanon (2008, p. 104), “compreender o ser do negro” nas sociedades marcadas por práticas discriminatórias, num cenário em que “o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco”, nas confluências e nos embates.

O que se tem hoje por racismo são, portanto, fragmentos de historicidades absorvidos pela ordem do discurso vigente, contemporânea, que certamente sofrerá modificações ao sabor das convergência e conflitos sociais, e com maior velocidade e campos de influência, dada a evolução dos meios de comunicação social.

As expressões de racismo que se analisa aqui, por exemplo, são frutos de uma realidade marcada por esses meios. Danilo Gentili usou uma rede social, o *Twitter*, onde arrebanha milhões de seguidores, enquanto Regina Sousa, a tribuna do Senado, com transmissão multimídia ao vivo (rádio, TV e Internet).

“Achei que fosse a tia do café”

A maneira – na ótica de Coates (2015) – de o estadunidense aceitar o racismo não é diferente do jeito de outros povos. Em toda parte, há sempre quem tente estabelecer a posição do outro a partir de características físicas, como se a pele, o cabelo e a origem nacional definissem o lugar social de alguém de forma natural e imutável.

Foi o que aconteceu com Danilo Gentili, que pode não ser ou não se perceber racista, mas ao produzir o enunciado “Senadora? Achei que fosse a tia do café”, permite-nos entender que há racismo no seu dizer. A sentença, a propósito, não é individual, pois ecoa um discurso social e historicamente constituído de que os indivíduos estão categorizados por elementos como idade, gênero, cor, origem.

Figura 1: *Twitter* de Gentili¹



De acordo com essas discursividades, o papel de cada pessoa na engrenagem da sociedade não dependeria de méritos ou competências, e sim de padrões determinados pela história e que constituem sentidos do “lugar comum” para cada segmento: lugar de idoso, em casa ou no asilo; lugar de mulher, na cozinha; lugar de negro e de nordestino, em funções subalternas.

Causa espanto quando alguém, a exemplo de Regina, ultrapassa as fronteiras do lugar que lhe foi imposto no edifício social. Daí o dizer de Gentili parece expressar sentidos que constituem subjetividades que negam a uma mulher idosa, negra, nordestina, com fala simples e sotaque piauiense, a possibilidade de ocupar a posição de ser parlamentar. No máximo, exercer funções subalternas em espaços sociais. Tal observação remete a Fanon (2008, p. 36), ao afirmar que o modo de o negro se expressar numa sociedade dominada por brancos racistas define quem ele é ou pode se tornar: “Em um grupo de jovens antilhanos, aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, é muito temido; é preciso tomar cuidado com ele, é um quase-branco. Na França se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco”.

Em outras palavras, ao contrapor-se ao discurso de Regina Sousa em defesa da então presidente Dilma Roussef, Danilo Gentili não critica argumentos ou posições ideológicas. A expressão você consegue entender o que a senadora Regina Sousa está dizendo, usada por ele parece nos revelar sentidos de zombaria não só da aparência física, mas também da forma de se expressar publicamente, sentidos que parecem apontar que uma negra idosa não poderia ser senadora, apenas a “tia do cafezinho”. O que ele diz parece reforçar sentidos da estranheza por encontrar uma mulher cujos traços fenotípicos de negritude numa posição social destinada a pessoas com padrão estético de branco.

¹ Disponível em <<https://twitter.com/danilogentili/status/730573361273839616>>. Acesso em: 25 out. 2019.

A interrogação após o substantivo “senadora” denota, já no início da fala do apresentador, sentidos que atribuem descrédito, a negação da imagem de Regina Sousa. “Tia...”, no contexto, remete a pessoa idosa cujo nome é desconhecido por todos. E o lugar do esquecimento vem no complemento “...do café”.

O enunciado “Achei que fosse a tia do café”, em vez de uma parlamentar federal, é perpassado por práticas discursivas cujos efeitos de sentidos constroem subjetividades estigmatizadas, estereotipadas atribuídas a determinadas atividades laborais, de forma que, ao se ler a postagem no *Twitter* de Gentili, mesmo sem conhecer a parlamentar muito provavelmente intui-se uma formação imaginária de uma mulher negra e idosa.

Isso porque a expressão utilizada pelo humorista está atravessada por uma memória discursiva cujos sentidos atribuem, desde o século XVI, aos negros a condição de que são “selvagens, estúpidos, analfabetos” (FANON, 2008, p. 109). É, na perspectiva da genealogia foucaultiana, uma construção vertical em que, mesmo transformado pelas revoluções históricas, a ideia de biopoder permanece latente.

Se bem-observada, a relação é de poder e de governamentalidade de si e dos outros, semelhante ao de séculos passados. Embora com vocábulos contemporâneos de carga semântica menos explícita, tem-se aí a sociedade binária a qual se refere Foucault (2005): homem/mulher, branco/negro, rico/pobre, nordestino/sudestino.

Não se pode desprezar o “humor” enquanto técnica de exercício do poder nem o meio utilizado para satirizar Regina Sousa, o *Twitter*, rede social em que Gentili, com suas postagens polêmicas, sob a epígrafe “Desde 1979 estragando tudo e decepcionando pessoas”, angariou cerca de 16,4 milhões de seguidores.

O enunciado com sentido humorístico tem apelo, alcança todas as classes sociais, forma opinião, conquista audiência, mas também ódio, especialmente quando envolve política e religião. Basta lembrar o caso do jornal francês *Charlie Hebdo*, alvo de atentado em 2015, com 12 mortos e cinco feridas, em reação a sátiras ao profeta Maomé.

O humorista é parresista, pois, além da crença na verdade sobre seu papel social/profissional, pode sofrer consequências, que vão desde manifestações públicas de repúdio dos seguidores que se identificam e se solidarizam com o alvo do deboche, passando pelo risco das sanções legais, até a ameaça de violência física.

Em suma, a frase de Danilo Gentili é racista, pois evidencia sentidos de práticas discursivas que histórica e socialmente constroem subjetividades de mulheres, negros, idosos e nordestinos e ainda aponta práticas de

governamentalidade, porque usa o *Twitter* para influenciar pessoas a raciocinarem pelo caminho para o qual aponta sua “verdade”.

Ainda no campo do governo de si e dos outros, externa discursivamente como inscreve seu papel social e o lugar das “pessoas inferiores”, num exercício de parresía. Indivíduos como a senadora Regina Sousa não podem participar da política, “governar”, pois o lugar que lhe cabe no senso comum é o dos “governados”.

“Eu não tenho cara de senadora”

Somente por meio da verdade se realiza o bom governo de si e dos outros, ao passo que “somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos que dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT, 2005, p. 29).

Confessar a verdade num gesto de parresía, a verdade do seu pertencimento racial, também como estratégia de governo de si e dos outros, para atrair seus iguais, os simpatizantes, contra o adversário racista, foi o que fez Regina Sousa na tribuna do Senado, em resposta a Danilo Gentili. A conferir:

Enquanto eu estava usando da palavra, Danilo Gentili fazia um comentário racista, né, preconceituoso, a meu respeito. Quando eu vim pra tribuna, ele disse: ‘Uma sena... senadora? Pensei que era a tia do cafezinho’. Esse moço é... tem feito muitos comentários maldosos, principalmente em relação às mulheres. Ele expressa aí um racismo, né, sem tamanho, porque, pra ele, senadora tem que ter cara de senadora. **Eu não tenho cara de senadora, né, com meu cabelo pixaim, né, para ele eu deveria alisar os cabelos, certamente, né.** Então, eu não poderia deixar aqui de fazer esse comentário, né, dizer da infelicidade. Felizmente, a população inteira, os seguidores dele... é... reagiram mal ao que ele disse, né, ele se deu muito mal porque foram poucos os a... poucos os seguidores que o apoiaram. **Mas eu não vou deixar barato pro Danilo Gentili. Não é questão de... de... indenização, mas eu vou representá-lo em nome das tias do cafezinho, em nome de todas as mulheres que servem cafezinho,** eu vou representar... é... contra o senhor Danilo Gentili. Porque não é a primeira vez que ele faz esses comentários com mulheres” (grifamos).

Regina Sousa se utiliza de sua inscrição na posição de sujeito político como técnica de governamentalidade de si e dos outros, primeiro para rotular Gentili de inconsequente, racista e misógino, um “moço” que faz “comentários maldosos” contra mulheres e que se espanta ao ver pela TV uma senadora que não é branca e não tem cabelos lisos.

Depois, em “Eu não tenho cara de senadora, né, com meu cabelo pixaim, né, para ele eu deveria alisar os cabelos, certamente, né”, assume a negritude não apenas como gesto de parresia, mas também para buscar apoio entre os interlocutores invisíveis que acompanhavam sua fala pela TV Senado, Rádio Senado e Internet. Não deixa de ser também, como escreveu Fanon (2008, p. 104), uma autorrevelação diante do “olhar do branco”, com seu peso opressor.

Figura 2: Regina Sousa na tribuna do Senado²



Fonte: Agência Senado/Jefferson Rudy

É como se dissesse, “sim, sou mulher, negra, nordestina, idosa, igual a você, igual à sua mãe, igual à sua avó, igual às tias do café”. E por isso, por se considerar a representação de tantas pessoas vítimas do preconceito, por ter uma responsabilidade social com todas elas, pretende processar Danilo Gentili.

Se o apresentador tinha consciência do humor e da polêmica nas redes sociais como estratégias de governo dos outros, para influenciar seguidores e ganhar mais espaço para suas opiniões, o mesmo se pode dizer de Regina Sousa ao encarnar a luta contra o racismo e usar a tribuna do Senado para contra-atacar.

Ela se subjetiva “negra”, do “cabelo pixaim”, como estratégia voltada ao governo dos outros a partir do governo de si. Quem quebrou paradigmas, deslocando-se do lugar social estabelecido há séculos e mantido até hoje, com orgulho de ser quem é, merece ser ouvido, merece ser admirado, merece ser seguido.

Parece irônico, mas no âmbito da governamentalidade, vista por Foucault (2004) como fusão entre técnicas de dominação sobre os outros, a

² Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/17/regina-sousa-denuncia-as-mortes-por-soterramento-em-armazens-de-graos>>. Acesso em: 25 out. 2019.

partir das técnicas de si, Gentili e Sousa compartilham estratégias de poder da mesma fonte, a evolução histórica do racismo, trabalhadas na perspectiva social da formação de cada sujeito.

Pode-se afirmar também, agora a partir de Fanon (2008, p. 47), que a senadora, vista com suspeita pelo humorista por estar num dos mais elevados cargos da República, assim como o estudante “negro que cita Montesquieu” é suspeito para o “exército de imbecis”, reagiu para quebrar uma visão estereotipada, herança da colonização europeia.

Considerações finais

Não há dúvida. O racismo é uma construção sócio-histórica originadora de subjetividades que se constituem discursivamente na linguagem. Por isso, por essa carga na formação dos sujeitos, atitudes racistas nem sempre são percebidas como tal por quem as adota.

O episódio da “tia do café” é um exemplo. A fala de Gentili, que não se declara nem se reconhece racista, reproduz uma espécie de “senso comum” oriundo de práticas segregacionistas, de que os indivíduos têm lugares preestabelecidos na sociedade, de acordo com a cor da pele, a origem regional, a idade.

São a um só tempo amostras da “guerra de raças”, quando se contrapõem brasileiros nordestinos e brasileiros do Sul; assim como do biopoder, na perspectiva de que uma mulher, ainda por cima negra, não pode ser senadora, porque seu lugar é na copa, servindo aos senadores.

“Pensei que era a tia do café” não é diferente de “negro de alma branca”, “é pretinho, mas é arrumadinho”, “negro de traços finos”, expressões cotidianas utilizadas por pessoas brancas e negras, sem a percepção da carga cultural que se desvela nas discursividades que atravessam tais expressões ajudam a construir sentidos quanto ao lugar de cada um. A análise do embate entre Danilo Gentili e Regina Sousa revela também como o racismo pode servir enquanto técnica de governabilidade de si e dos outros. Ambos, o humorista e a senadora, usam tecnologias de si na forma de discursividades tanto para contra-atacarem-se quanto para arregimentar adeptos às suas causas.

Do mesmo modo que a polarização entre candidatos a determinado posto isola-os dos demais, tornando-os o centro das atenções, verifica-se na simples polarização dos discursos racista e antirracista objetos deste estudo, a emergência de estratégias de poder e de efeitos de governabilidade.

As repetidas manifestações de Gentili depreciativas aos negros – king-kong, tia do café – não são apenas racismo travestido de humor, são uma fórmula de aumentar a influência de suas redes sociais e projetar a própria

imagem por meio da polêmica e, como essa tática de poder, exercer o “governo” dos outros.

Na perspectiva da governança, entrando pelo viés da parresía, os efeitos de sentidos do dizer de Gentili não são inocentes ou espontâneos. Suas verdades são calculadas e as reações, de apoio ou repúdio, servem-lhe igualmente aos propósitos de se manter em evidência, ampliar a influência, abrir espaço da mídia e angariar patrocinadores.

A fala de Regina em contraponto à de Gentili também não é ingênua. Segue idênticas técnicas de poder com emprego da mídia e de governabilidade. De governo de si, o cuidado de si que a levou ao Congresso; e de governo dos outros, com verdades para atrair adeptos à sua “indignação” e provocar reações dessas pessoas ao contendor.

Conclui-se, assim, que ambos são parresistas no sentido foucaultiano, no sentido de dizer a verdade, a verdade de cada um, conscientes das reações negativas, dos riscos pessoais de serem insultados nas redes sociais, por exemplo, num tempo em que qualquer pessoa com acesso à Internet pode promover julgamentos públicos.

Os dois encarnaram o dizer-a-verdade do discurso político, disseram tudo, empunharam cada qual sua “verdade” e falaram com franqueza, sem temer o interlocutor direto ou o interlocutor invisível alcançado pelos veículos de comunicação empregados no embate (rede social, TV e rádio).

O humorista, não obstante o caráter questionável de suas críticas, lançando mão do direito democrático de usar da palavra contra uma representante do povo; e a senadora ao defender a participação das pessoas na vida política nacional independentemente de questões raciais, etárias e econômicas.

Todo movimento de governamentalidade, de governo de si, de governo dos outros, de parresía, ganha forma na linguagem, através da linguagem. Por isso, o discurso racista ou antirracista objetificado neste artigo é historicamente constituído nas relações sociais e consolidado ou transformado ao longo do tempo.

O que se tem hoje por racismo são, portanto, fragmentos de historicidades absorvidos pela ordem do discurso vigente, contemporânea, que certamente sofrerá modificações ao sabor das convergência e conflitos sociais, e com maior velocidade e campos de influência, dada a evolução dos meios de comunicação.

Referências

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu**. Tradução de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Tecnologias de si**, 1982. Verve, nº 6: 321-360, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Santos, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Santos, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: WMF Martins Santos, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RELAÇÕES DE PODER E SABER NO DISCURSO JURÍDICO: O SUJEITO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS NA REDE DE SENTIDOS

Edson Santos de Lima
Maria Eliza Freitas do Nascimento
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Considerações iniciais

Para se desenvolver, a linguagem tomou nosso corpo e o transformou numa máquina de falar, adaptando e empregando elementos e funções de nossa anatomia e fisiologia, destinados originalmente para outros fins, na produção articulada dos sons dotados de sentido. (PIOVEZANI, 2015, p. 290)

A linguagem está na base das relações humanas. Pensar sua multiplicidade é compreender como, por meio do corpo, os signos podem significar, conforme apresentado na epígrafe acima. É por meio da adaptação do corpo, enquanto “uma máquina de falar” que a LIBRAS surge na forma de língua de sinais, oportunizando a comunicação entre os sujeitos Surdos e destes com os ouvintes. Essa interação se dá mediada pelo sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS, profissão regulamentada pelo dispositivo jurídico da Lei nº 12.319/10.

O processo de educabilidade dos sujeitos é direcionado por diferentes estratégias discursivas no espaço escolar. As implantações de métodos inclusivos, acessíveis e normatizadores estão sustentadas por relações de poder e saber presentes na sociedade. Historicamente, o saber pedagógico foi sendo articulado aos saberes médico e jurídico para a promoção de novos mecanismos disciplinares, de normatização e regulamentação, não apenas dos sujeitos alunos, mas também dos professores e profissionais da rede de apoio educacional em geral. Desse modo, no escopo das políticas públicas e das ações afirmativas, o discurso jurídico legitima as práticas de inclusão social dos sujeitos com deficiência no meio social, construindo vontades de verdade alicerçadas em saberes de diferentes épocas.

A fim de melhor compreendermos tais aspectos, no presente trabalho, objetivamos fazer uma análise discursiva da Lei nº 12.319/10, a qual regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Esses enunciados do discurso jurídico promovem articulação entre redes discursivas da educação inclusiva com os efeitos dos

saberes pedagógico e jurídico, ligados às técnicas disciplinares e procedimentos do biopoder que se constroem em discurso. Utilizaremos a categoria sujeito para nos referir ao profissional tradutor e intérprete, mantendo coerência com a teoria que embasa o trabalho.

Selecionamos para análise a Lei nº 12.319, promulgada em 1º de setembro de 2010, por considerá-la um dispositivo de segurança que “regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”. (BRASIL, 2010). Essa atividade é uma prioridade que deve ser realizada em espaços sociais e em todas as instituições de ensino, a fim de assegurar o acesso dos conteúdos curriculares pelos sujeitos Surdos no mesmo espaço escolar que os alunos ouvintes.

O discurso em análise passa a objetivar, por determinadas vontades de verdade, o sujeito tradutor e intérprete, enfatizando como as técnicas do biopoder se efetivam enquanto estratégias de governamentalidade da educação inclusiva e da regulamentação da vida da população. A discursivização do saber jurídico através da Lei coloca em visibilidade um efeito de verdade institucional, que busca conscientizar a sociedade para a atuação pedagógica do sujeito profissional de LIBRAS. Isso porque, a falta de conhecimentos da população sobre essa língua é um desafio a ser superado e a presença do especialista promove o acesso dos sujeitos Surdos à informação e à comunicação na escola.

Assim, serão destacadas as estratégias discursivas que disciplinam as condutas do sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS, no agenciamento de ações de governamentalidade que fomentam o poder sobre a vida. As técnicas do biopoder são exercidas socialmente, por um viés disciplinar ao corpo individual e, por outro lado, com a biopolítica em direção ao corpo social. Tais ações marcam como os acontecimentos de lutas e reivindicações dos sujeitos com deficiência motivaram as dizibilidades inscritas em práticas de inclusão, promovendo a reflexão de que “as ações de inclusão não são frutos de uma mudança no discurso jurídico, conseguidas apenas pela vontade do poder público em governar a deficiência” (NASCIMENTO; BARACUHY, 2013, p. 70).

A irrupção do acontecimento discursivo da Lei nº 12.319/10 assegura, enquanto dispositivo, o exercício do biopoder. Tal produção discursiva regulamenta o atendimento do intérprete de LIBRAS como uma atividade que é necessária em todas as instituições de ensino, pois promove as condições satisfatórias para a inclusão dos sujeitos que utilizam a língua de sinais como meio de comunicação, seja em sua comunidade surda ou não. Ao tratarmos o sujeito Surdo, no presente trabalho, nos referimos aos sujeitos que se enquadram no grupo das pessoas com deficiência e na classificação de deficiente auditivo (MARTINS, 2011).

Através dos diálogos entre diferentes saberes, o exercício das técnicas do biopoder promove a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete. A normalização dos sujeitos Surdos necessita do apoio da tradução em LIBRAS no processo de ensino-aprendizagem. Por esses diálogos, consideramos o discurso jurídico a superfície de inscrição de enunciados que ressignificam os sentidos sobre o sujeito Surdo. Dito isso, os efeitos de sentido são resgatados por meio da rede de memória discursiva, pois para se compreender as relações dos ditos e não ditos buscam-se as discontinuidades das práticas que segregavam esses sujeitos.

Em face disso, o ato de traduzir, na atualidade, é percebido em grande escala pelos profissionais especializados na tradução e interpretação em LIBRAS, os quais são responsáveis pela interação dos sujeitos Surdos, tanto em ambientes escolares quanto em não escolares e atuam para garantir a acessibilidade dos conteúdos curriculares ou qualquer outro tipo de informação aos sujeitos que não fazem uso da língua portuguesa para se comunicar.

Cabe destacar que a falta de conhecimentos da população sobre a língua de sinais é um desafio que pode ser superado com a presença do especialista. A partir da leitura discursiva dos enunciados da Lei será possível perceber como se constrói a rede de sentidos na superfície de inscrição do objeto, observando suas nuances no exercício da função enunciativa e no jogo de suas instâncias de produção e delimitação do discurso, do sujeito e dos sentidos.

Trilhando percursos na AD: discurso, sujeito e sentido

Os avanços na área da Linguística, especialmente, com os estudos pós-estruturalistas promoveram novos olhares para a interpretação e descrição dos discursos que circulam no meio social. Por essa ótica, os acontecimentos discursivos surgidos na sociedade resgatam uma rede de memória discursiva e saberes que são controlados, selecionados e redistribuídos por uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2013).

É com Michel Pêcheux que os conceitos de discurso, sujeito e sentido tornaram-se pertinentes e propícios à teoria da Análise do Discurso de vertente francesa (doravante AD). Esse teórico compreende a importância dos estudos de Saussure sobre a linguagem, porém promove novas relações com a teoria marxista e psicanalista no estudo dos processos linguísticos. Para Pêcheux, a língua passa a fazer sentido diante das condições de produção, que envolvem fatores históricos, sociais, culturais, políticos, entre outros.

Assim, nessa relação da língua com a história a possibilidade do dizer sempre pode ser outro. A língua, sob as lentes da AD, está sempre sujeita

ao equívoco, possibilitando as movências do sentido. Emerge, assim, o conceito de discurso, enquanto um elemento que materializa a língua fazendo sentido na História. Conforme, Fernandes (2008, p. 13) o “discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística”.

Desse modo, a AD permite um gesto de leitura discursiva, no qual os elementos, sejam eles linguísticos ou não, materializam-se na rede de suas filiações linguísticas e históricas, através da articulação “da língua com a exterioridade dos enunciados” (NASCIMENTO; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018, p. 12). Para tanto, o jogo de sentidos sempre se produz no limiar das interdições e das vontades de verdades construídas social e culturalmente.

O discurso promove a construção de efeitos de sentido inscritos na história, através da opacidade da língua, entre os sujeitos em específicas condições de produção. Nessa perspectiva, o sujeito é entendido ocupando determinadas posições e o sentido é sempre uma produção, em que os sujeitos enunciam de determinados lugares sociais. De acordo com Pêcheux (2006, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”.

Contudo, sem silenciar as contribuições de Pêcheux reiteram-se as ideias estabelecidas com Michel Foucault, o que fez promover avanços no solo teórico da AD. A concepção de sujeito é percebida pela relação com o enunciado, por meio de diferentes posições discursivas. Para Foucault, o sujeito não é idêntico ao autor, nem visto como um indivíduo, mas uma função determinada que possa sofrer modificação de um enunciado a outro. “É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. (FOUCAULT, 2009, p. 107)

É oportuno, então, destacar que os aspectos linguísticos, históricos e sociais estão filiados ao discurso e este é entendido enquanto prática discursiva. Tais redes de filiações promovem a irrupção de enunciados na produção das relações de poder e saber. Assim, torna-se crucial para os analistas de discursos, buscar a historicidade dos sentidos, visto que o discurso se constitui no espaço das descontinuidades e rupturas, por meio de um conjunto de enunciados, inseridos na função enunciativa, por meio de regularidades. Segundo Foucault (2009, p. 122), o discurso é o “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”.

Nessa dispersão, enquanto enunciados é que se podem atribuir modalidades particulares de existência, regras de formação que possibilitam a emergência de discursos. Assim, compreendemos no discurso da

educação inclusiva um sistema de regularidades e dispersão de enunciados que estão em articulação com a formação discursiva jurídica, como uma estratégia de governar os sujeitos com deficiência, neste caso específico, o sujeito Surdo. As práticas da educação inclusiva são legitimadas nos discursos jurídicos, articulados por um sistema de dispersão de enunciados que regulamentam as estratégias de controle social, as quais não recaem somente sobre os corpos diferentes, mas também dos profissionais que lidam diretamente com a educação daqueles.

Isto é o que ocorre na materialidade discursiva da Lei nº 12.319 de 2010 que compõe o campo da dispersão dos enunciados do discurso jurídico. Essa prática discursiva põe em funcionamento o saber que legitima e regulamenta a atuação do sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS, objetivando suas condutas por vontades de verdade. Contudo, se efetiva na ordem do que pode ou não ser dito, uma produção do efeito de normalização para o sujeito Surdo, ancorado no espaço das relações de poder e saber. Desse modo, os discursos jurídicos que normatizam o ensino da LIBRAS e a atuação do sujeito profissional apresentam, no exercício da função enunciativa, uma posição discursiva legitimada para as práticas de inclusão social.

Nessa ótica, o método arqueológico proposto por Foucault (2009) possibilita a leitura da unidade do discurso no interior da dispersão. Os saberes sobre a surdez e o uso da LIBRAS foram sendo produzidos por diferentes relações de poder e saber na história, o que repercutiu nas práticas discursivas do saber jurídico na forma da lei. Desse modo, cabe a reflexão sobre as condições de emergência desse enunciado no meio social.

A Lei nº 12.319/10 como acontecimento discursivo: o enunciado jurídico em foco

No rol das discursividades do cotidiano, é necessário fomentar a emergência dos discursos a ler. Assim, buscar as regras de formação do discurso da Lei nº 12.319/10, que regulamenta o exercício profissional do sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS, dá visibilidade ao discurso como acontecimento, na cena enunciativa. A historicidade do enunciado faz circular efeitos de sentido sobre as práticas discursivas de inclusão dos sujeitos Surdos nos ambientes educacionais. Os sujeitos intérpretes são autorizados a disciplinar e controlar práticas de educabilidade dos que usam a língua de sinais na sociedade.

Historicamente, os sujeitos Surdos foram alvos de práticas de exclusão e segregação, devido à sua deficiência, não participando, assim, do grupo dos sujeitos ouvintes. Entretanto, a luta pela inclusão social tornou-se palco de manifestações sociais, políticas e dos Direitos Humanos. Ao indagarmos

sobre as condições de produção que possibilitaram o aparecimento da Lei nº 12.319/10 é possível dizer que, na história, houve a predominância de relações de poder e saber que promoveram diferentes estratégias na conduta dos sujeitos Surdos. Destacamos aqui, práticas ligadas ao contexto da educação, discursivizadas socialmente.

Inicialmente, podemos destacar que a falta de comunicação entre alunos com deficiência auditiva e professores ouvintes era o que caracterizava o período das práticas oralistas. Os sujeitos Surdos deveriam entrar na ordem de se comunicar oralmente e, então, fazer parte da comunidade ouvinte. Nesse caso, há uma forte discursivização do saber médico e clínico que passaram a ser as diretrizes que fez legitimar certas práticas educativas de normalização do sujeito Surdo. Tais práticas oralistas favoreceram a técnicas de correção e negação da língua de sinais, devido à “busca desenfreada pela recuperação da audição e promoção do desenvolvimento da fala vocalizada pelo surdo são objetos que se traduzem em vários sentimentos: desejo, dor, privação, aprovação, opressão, discriminação e frustração” (GESSER, 2009, p. 50).

Um segundo momento das práticas de educabilidade dos sujeitos com deficiência auditiva, tornou-se discursivizado sob o enfoque da comunicação total. Nestas práticas houve a ocorrência de ações pedagógicas que utilizava a língua de sinais apenas como instrumento de trabalho no uso oficial da língua do país (CAMPOS, 2018), no Brasil, por exemplo, a língua portuguesa. As repercussões desse método são compreendidas ao observarmos a desvalorização dos valores linguísticos e culturais dos sujeitos Surdos em detrimento da leitura e da escrita da língua portuguesa.

Na contemporaneidade, as relações de poder e saber se filiam às estratégias da educação inclusiva, o que promove a acessibilidade e igualdade dos direitos de todos os alunos no ambiente escolar. Por essa ordem, considerando os sujeitos Surdos “como diferentes, com cultura e línguas próprias, começa a emergir o bilinguismo, proposta educacional que visa desenvolver competência em duas línguas: a língua de sinais e a língua utilizada pela comunidade predominante de ouvintes” (CAMPOS, 2018, p. 39).

Desse modo, o modelo do bilinguismo é discursivizado com o funcionamento de verdades inscritas na ordem do discurso da educação inclusiva, com um efeito de sentido de valorização e respeito à cultura surda, como legitimação de novas estratégias de educabilidade para normalizar os sujeitos Surdos. Passa-se a congregar todos os sujeitos ouvintes e não ouvintes no espaço da norma, através das estratégias de governamentalidade, que são amparadas em discursos jurídicos, regulamentando o corpo social. É assim que leis e decretos são

considerados como enunciados discursivos, produzidos na esfera do campo jurídico, por técnicas políticas para promover a legalidade de ações afirmativas e a fabricação de vontades de verdades institucionais.

Desse modo, a discursivização do corpo com deficiência é o que faz circular determinadas relações de poder e saber, sob os efeitos da normalização e controle. É assim que, os efeitos do biopoder recaem sobre esse corpo, visto que “só se compreende a deficiência ao percebê-la como uma construção histórica, social e culturalmente produzida pela forma binária entre o que se considerou um corpo normal e anormal” (NASCIMENTO; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018, p. 15).

Ao resgatarmos a historicidade dessas práticas discursivas do campo do discurso jurídico, no caso das questões ligadas à deficiência auditiva no Brasil, podemos destacar a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, através da Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002, como um “meio legal de comunicação e expressão” (BRASIL, 2002) e seu ensino “nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior” (BRASIL, 2002), constituindo-se como acontecimento discursivo que garante mais visibilidade para a comunidade surda.

Outro acontecimento discursivo ganha evidência com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória, referendando questões já previstas em lei. Trata-se da construção de novas relações de poder e saber, produzindo dizibilidades sobre o sujeito Surdo e a deficiência auditiva na discursivização de garantias e direitos à inclusão em diferentes âmbitos sociais, principalmente o direito à educação.

Tais discursividades sinalizam que os enunciados sempre possuem margens povoadas com outros enunciados (FOUCAULT, 2009). É assim, que esses discursos são condições de emergência para a produção de outros dizeres: a Lei nº 12. 319, de 1 de setembro de 2010 que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como estratégias de governamentalidade no campo do discurso jurídico. Todos esses acontecimentos discursivos atuam como uma ferramenta do poder e saber que incide nas condutas dos sujeitos. Marcam-se as técnicas do biopoder sobre a vida da população, na medida em que normaliza o diferente, construindo um efeito de sentido de igualdade e aceitação na sociedade. Isso porque o uso da língua de sinais representou a possibilidade de marcar a diferença no seio das questões jurídicas, as quais funcionam como alicerce que sustenta as ações do poder sobre a deficiência.

Desse modo, o funcionamento destas discursividades está em rede e sustentam as filiações dos saberes e poderes. Ao compreendermos, conforme Foucault (2013, p. 25), que “o novo não está no que é dito, mas

no acontecimento de sua volta”, as nuances destes mecanismos se fundem na história e repercutem no social. Desse modo, o sujeito especialista está imerso na rede discursiva da educação inclusiva. Suas práticas pedagógicas são normatizadas por determinadas vontades de verdade, por isso, torna-se viável compreendermos as manobras do poder, na objetivação do sujeito, nos enunciados da lei.

O sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS na rede de sentidos do discurso jurídico

As relações de poder e saber são articuladas na ordem do discurso da educação inclusiva, visto que se reestruturam em virtude da alteridade existente na sociedade. O discurso jurídico se enquadra nas práticas discursivas de fomento à inclusão social e constrói seus efeitos no diálogo com o biopoder. Os efeitos destes funcionam através das ações do Estado, com os procedimentos de governamentalidade, considerada como:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2015, p. 429).

As estratégias da governamentalidade apresentam-se como fundamentais para o gerenciamento da vida da população. Observa-se a presença incessante do biopoder em vias de uma sociedade de normalização, seja em busca de disciplinar as condutas dos sujeitos sociais ou através da biopolítica na regulamentação do corpo social. Nesse sentido, as relações de poder possuem na norma seu ponto de apoio. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 2018, p. 156).

As ações de governar o corpo social se efetivam por meio desse conjunto de procedimentos de segurança na articulação com específicos saberes, os quais fazem parte do cotidiano, objetivando os sujeitos. A emergência das tecnologias políticas sobre o corpo do sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS funciona asseguradas por meio do desejo de controlar as condutas dos sujeitos Surdos nos ambientes escolares e não-escolares. É por meio do uso e difusão da língua de sinais que a deficiência é marcada no corpo que se difere do padrão de normalidade, ao promover a comunicação por meio do gesto das mãos na produção da linguagem.

Os dispositivos do discurso jurídico, no tocante à Lei nº 12.319/10, funcionam como formas de poder embasados nos princípios de valorização

da vida, que oportunizam refletir com Foucault (2015, p. 45), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

Tais práticas discursivas do discurso jurídico, por meio das estratégias da governamentalidade estabelecem atitudes que desencadeiam mecanismos inclusivos nos ambientes de ensino. Isso promove os deslocamentos das práticas de integração à educação inclusiva. Com a regulamentação da profissão do tradutor e intérprete estimula-se mais acessibilidade a LIBRAS enquanto uma comunicação visual-motora, com gramática própria. Essa ação do biopoder fundamenta a positividade no discurso da Lei, uma vez que dá visibilidade ao sujeito Surdo e aos desafios que ainda enfrentam nos contextos de sala de aula, no mercado de trabalho e em outros espaços sociais. Os enunciados da lei fomentam a prática profissional no exercício regulamentado no discurso jurídico.

Por isso, no discurso em análise, o conjunto dos enunciados discursivos oferece espaço para a interpretação e descrição. É “nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso” (PÊCHEUX, 2008, p. 53). Percebe-se a construção de técnicas disciplinares para conduzir e normatizar as práticas pedagógicas do sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS. Os documentos e diretrizes governamentais são superfícies de emergência para as discursividades sobre esse sujeito e por meio destes se dá a produção de leis e decretos enquanto instâncias de delimitação. Desse modo, vale destacar alguns artigos da Lei que são enunciados dotados de efeitos de verdade.

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º (VETADO).

Nessa análise discursiva, é necessário destacar os enunciados que permitem o exercício da função enunciativa, de modo a fazer perceber o sujeito enunciativo como autorizado, o qual representa a voz de autoridade na objetivação do sujeito tradutor e intérprete, por meio de relações de poder que disciplinam e normatizam as práticas, no exercício da profissão. Há, desse modo, o efeito de sentido de autoridade em legitimar as práticas profissionais, bem como procedimentos de controle e seleção do discurso, de forma a promover o apagamento de certos dizeres, o que é perceptível na presença do veto de alguns artigos da Lei.

Na continuidade da análise, destacamos como o discurso objetiva o sujeito tradutor e intérprete ao enfatizar a competência desse sujeito, uma vez que, promove articulação com o campo discursivo da formação continuada de professores, através da memória discursiva, construindo um efeito de sentido de habilitar, capacitar o sujeito tradutor para o exercício do seu trabalho, estando apto para a interpretação em duas línguas, tanto a Portuguesa, quanto a LIBRAS, conforme enunciado no artigo segundo.

Na leitura discursiva dos enunciados, as vontades de verdade inscrevem a formação discursiva do sujeito na ordem institucional. Ao chamar a atenção para a formação profissional, a visibilidade recai sobre os espaços legitimados socialmente, representado pelas Secretarias de Educação como órgãos validados pelo saber educacional. Conforme destacado:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2010).

Através de cursos, as instituições credenciadas asseguram o desempenho necessário para a tradução e interpretação da LIBRAS e da Língua Portuguesa. As Secretárias de Educação fazem circular o saber pedagógico e são detentoras de relações de poder para credenciar instituições, o que promove a construção de vontades de verdade que garantem a autenticidade da formação profissional, assegurando o profissionalismo.

Assim, como na produção do discurso deve-se haver um sujeito autorizado para falar, também existem instituições sociais providas pelos efeitos das relações de poder e saber que podem realizar determinadas práticas. Dessa forma, são apenas estes órgãos que podem validar o conhecimento do profissional tradutor e intérprete de LIBRAS. Diante da representatividade que a comunidade surda tem na sociedade ela não apresenta por si só a capacidade de promover o processo de formação do sujeito tradutor e intérprete, tendo em vista que não são espaços legitimados de produção e circulação do saber educacional, sendo necessária uma instituição autorizada para convalidar os cursos que possa vir a promover. Esse efeito de sentido é produzido no seguinte enunciado.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior. (BRASIL, 2010).

No discurso em análise, percebe-se a construção de efeitos de verdade legitimados por uma ordem institucional, o que normatiza espaços sociais e saberes a fim de promover a eficácia no processo de formação do sujeito tradutor e intérprete. Desse modo, segundo Foucault (2015, p. 52) “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.

Nessa relação, há, também, a criação de mecanismos para avaliar o desempenho destes profissionais. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa é o recurso utilizado como técnica disciplinar na avaliação do desempenho profissional, constituindo formas de docilização do sujeito tradutor e intérprete na realização de suas atividades, normatizando as condutas.

Dessa forma, os efeitos de sentido promovem a circulação de vontades de verdades sob a perspectiva da educação inclusiva, tornando a LIBRAS uma língua mais acessível. O controle realizado pelo Estado possibilita, com as estratégias de governamentalidade, o fomento nacional que regulamenta e institucionaliza a profissão de tradutor e intérprete, numa sociedade que se propõe inclusiva. Por outro lado, o efeito de acessibilidade é construído pela biopolítica articulada ao processo de tradução das línguas – LIBRAS/Língua Portuguesa - para a promoção do acesso dos sujeitos Surdos aos conteúdos curriculares. Assim, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 2018, p. 150).

A falta de profissionais e conhecimento em LIBRAS é o desafio a ser superado na sociedade. A estratégia de educabilidade com a presença do profissional especializado é repercutida nos indícios da biopolítica e na ótica das estratégias da educação inclusiva. Desse modo, o discurso da inclusão social é promovido no interior da formação discursiva do discurso jurídico

que normatiza o sujeito tradutor e intérprete para desenvolver suas atividades, promovendo a inclusão do sujeito Surdo na vida cotidiana. Com isso, possibilita o acesso às informações através dos mecanismos de tradução da linguagem simultânea no ambiente de sala de aula e também em outros espaços sociais. Conforme se pode perceber nos enunciados discursivos a seguir:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010).

Nesse discurso, o que passa a ser governado são as condutas do sujeito tradutor e intérprete, por meio de suas atribuições no que confere à língua de sinais, como uma estratégia de normalização do sujeito Surdo. Esse efeito de sentido pode ser construído na interação que se dá entre o tradutor e o sujeito com deficiência, bem como com os demais sujeitos, já que a tradução e interpretação pode se dá da LIBRAS para a língua oral e vice-versa. Os sentidos são construídos na relação histórica, o que torna possível o resgate de uma rede de memória discursiva de exclusão dos sujeitos Surdos na sociedade. A memória discursiva promove e faz funcionar os implícitos (PÊCHEUX, 2015), sendo a condição para as relações entre o discurso da inclusão social do sujeito Surdo e as técnicas que instrumentalizam o sujeito tradutor e intérprete materializados no dispositivo de segurança dos enunciados da Lei. Os efeitos de sentido são produzidos em relação à memória discursiva e o interdiscurso. Para tanto, valores humanos, éticos e sociais são destacados nos seguintes enunciados:

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
 - III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
 - IV - pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
 - V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
 - VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda
- Art. 8º (VETADO)
- Art. 9º (VETADO)
- Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2010).

Ao estabelecer os procedimentos disciplinares no exercício da profissão são produzidas, discursivamente, vontades de verdade que são necessárias ao bom convívio pessoal e profissional, constituindo valores éticos e morais que regem o sujeito tradutor e intérprete. Os sentidos são construídos na relação interdiscursiva que dialoga com a formação discursiva dos Direitos Humanos, no que se refere ao respeito “à pessoa humana e à cultura do surdo” (BRASIL, 2010), bem como outras questões que possam ferir a integridade pessoal e profissional.

A presença da palavra “respeito”, através do fio discursivo, promove um efeito de garantia do direito social de se expressar e comunicar, garantindo uma interação entre os sujeitos, independente de ser ou não surdo. É nessa ótica que Piovezzani (2015, p. 290), afirma que “a fala cria a existência e sua finitude, gerando assim a própria humanidade do homem”. No caso do sujeito surdo, a fala não se dá pela oralidade, mas seu direito de comunicação é garantido pelo gesto das mãos que se expressa em LIBRAS, sendo sua voz produzida e reproduzida através do sujeito tradutor e intérprete, legitimada nas redes de sentido do discurso jurídico.

Tal discurso, através da Lei nº 12.319/10, promove a legitimidade para a atuação do profissional. A normatização desse sujeito é regulamentada por determinadas vontades de verdade, em que o processo de formação e atuação sofre os efeitos do poder disciplinar na articulação com o saber pedagógico e o discurso da inclusão social. Assim, os sentidos de respeito, honestidade e solidariedade são discursivizados na objetivação da conduta profissional. O dispositivo de segurança, constituído pela lei, promove a construção de vontades de verdade que viabiliza problematizar, na história do presente, as práticas que direcionam condutas no processo de normalização dos sujeitos com deficiência. Dessa forma, “o discurso jurídico se apresenta como uma forma de governar a população com deficiência, sendo, por isso, uma estratégia de governamentalidade” (NASCIMENTO; BARACUHY, 2013, p. 60).

Neste aspecto, descrever e interpretar discursos não se reduz a um estado de coisas, porque a singularidade marca a inscrição de uma memória discursiva dos desafios que os sujeitos Surdos ainda enfrentam na sociedade. A instrumentalização do profissional intérprete surge como ferramenta do poder disciplinar para promover estratégias de normalização mais eficazes na população que se pretende governar. Assim, os acontecimentos surgem como formas de problematizar a atualidade.

Dessa maneira, ao refletirmos sobre a irrupção discursiva do enunciado: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” que foi tema da proposta de redação do ENEM em 2017, podemos considerar alguns diálogos, na produção de sentido. Com a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS, como uma estratégia do discurso jurídico, pode-se destacar que a redução dos desafios para a formação educacional do surdo, passa pela normatização do sujeito especialista. Desse modo, os candidatos ao exame poderiam usar este argumento, da necessidade de aumento de profissionais especialistas em tradução e interpretação de LIBRAS, para que o desafio da falta de acessibilidade na comunicação seja superado em todos os espaços educacionais, uma vez que os textos motivadores já sinalizaram a oficialização da LIBRAS como língua oficial.

No discurso jurídico da lei, as relações de poder permanecem assegurando o princípio de normalização dos sujeitos Surdos em sociedade, por meio da normatização profissional. Isso ocorre porque as técnicas da biopolítica, através das estratégias de governamentalidade se propõem valorizar a LIBRAS, por meio da atuação do sujeito tradutor. Nesse caso, é possível considerar a circulação de determinadas vontades de verdade que sustentam a positividade do discurso, objetivando as condutas dos sujeitos.

Considerações finais

O discurso jurídico da Lei nº 12.319/10 se efetiva no funcionamento de uma ordem institucional, a qual faz circular determinadas relações de poder e saber na construção de vontades de verdade. Esse discurso promove estratégias do biopoder na articulação do processo disciplinar de normatizar as condutas do sujeito tradutor e intérprete de LIBRAS e sua prática profissional. Além disso, os enunciados da lei estão envolvidos em procedimentos de governamentalidade na normalização dos sujeitos Surdos, através do acesso aos conteúdos curriculares nos ambientes escolares, visando trazer o diferente para a norma, através do poder de normalização.

Nos enunciados desse discurso jurídico os modos de ser e se subjetivar enquanto sujeito Surdo é posto em evidência pela visibilidade da

LIBRAS, porém com um efeito de sentido de língua diferente que precisa de tradução e interpretação. Com a atividade de tradução ela se inscreve na norma imposta socialmente. Para tanto, requer a regulamentação da profissão que é discursivizada no bojo das relações de poder e saber.

Nesse sentido, os discursos são “tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2013, p. 50). A reflexão promovida com a leitura discursiva da Lei nº 12.319/10, possibilitou um gesto de descrição e interpretação do funcionamento discursivo, destacando as vontades de verdade institucionais que inscrevem o sujeito tradutor e intérprete na rede de saber do discurso jurídico.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 5 de jun de 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10. 436**, de 24 de abril de 2002. Brasília. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 10 de jun de 2018.
- CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In.: LACERDA, F. C.; SANTOS, F. L. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 37-61.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- GESSER, A. **LIBRAS?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- MARTINS, L. A. R. **Fundamentos em educação inclusiva**. Natal, RN: Editora da UFRN, 2011.

NASCIMENTO, M. E. F.; ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Corpo vibrátil e desejo: a sexualidade como estratégia de inclusão. In.: SILVA, F. V.; SOUZA, J. M. R. (Orgs.). **Nas tramas da linguagem: do texto ao discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 11-24.

NASCIMENTO, M. E. F.; BARACUHY, R. **O discurso jurídico como estratégia de governamentalidade do corpo com deficiência**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v.14, p. 54-73, 2013.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In.: ACHARD, P.; [et al]. (Orgs.). **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 43-51.

PIOVEZANI, C. **Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia**. In: COURTINE, J. J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

A POLÍTICA DO PROTAGONISMO E A SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR EM DOCUMENTOS REGULAMENTADORES

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Rafaela Cláudia dos Santos

Considerações iniciais

No decorrer dos anos, a educação vem se constituindo como espaço contingente de ação social e, com isso, mobiliza questões político-ideológicas geradoras de cenários desafiadores. Nesse sentido, a educação é entendida como espaço possível de modificação da realidade de um povo, gerando um efeito de positividade e de esperança. No contexto brasileiro, se, de um lado, a educação é vista pela perspectiva do abandono, do outro, há leis criadas e trazidas como formas generalizantes e instigantes de modificar o *status quo* da realidade educacional nacional. Nesse entremeio, o professor é visto como um salvacionista por ser o principal responsável no elo entre a educação e os indivíduos, ou seja, é ele, cada vez mais, quem ocupa a posição de protagonista, capaz de mobilizar os conhecimentos e formar cidadãos.

Desse modo, é necessário observar a educação no que se refere a constituição e mobilização das relações de poder-saber que legitimam, regulam, determinam e constituem práticas no campo educacional brasileiro. Neste norte, e ao incutir um gesto de leitura investigativa sobre tal cenário, objetivamos¹ discutir e discorrer sobre a produção da verdade e sobre os efeitos de discursivização a partir dos documentos regulamentadores da educação superior e com foco na formação docente em Letras, a saber: Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Assim, a partir do olhar para a discursividade mobilizada em tais objetos, é possível incutir um diagnóstico do presente, um gesto de pôr em suspenso não apenas dizeres e sentidos, mas, especialmente, práticas e verdades que, no cenário da educação nacional, se pretendem críveis, universais e únicas. Com essa postura, voltamo-nos para o modo e as operações pelos quais os sujeitos do ensino são subjetivados face aos

¹ Esse trabalho é fruto do projeto de pesquisa *Discurso, parresia e subjetivação: a enunciação da verdade no contexto da educação superior e da formação docente*, em andamento, junto ao Departamento de Letras do CERES e ao Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas – DLC/CERES/UFRN.

efeitos de franco-falar que se vinculam à historicidade dos documentos, das garantias institucionais e à sacra regulamentação da educação brasileira.

Trata-se do entendimento de leitura discursiva dos registros oficiais – que determinam e regulamentam a formação docente e sua implicação profissional no mercado de trabalho – considerando-se o diálogo que tais discursos estabelecem com os dizeres que circulam em matérias da revista Nova Escola, em formato digital. As matérias objeto de análise são as intituladas *Da expectativa à realidade* e *Competências gerais na BNCC*.

Interessa-nos abordar a maneira como são mobilizadas as discursividades nas reportagens da revista Nova Escola e os imbricamentos com a legislação educacional, sobretudo, no que tange a BNCC. Tendo em vista que as matérias são veiculadas em um suporte midiático de amplo acesso que se importa em discutir questões relacionadas à educação, os discursos ali mobilizados versam sobre a BNCC e sobre a vida prática escolar, envolvimento, neste escopo, as demais questões político-ideológicas que perpassam as muitas esferas do campo educacional. E isso, desde os alunos, conteúdos ministrados até a formação dos professores, ou seja, os discursos produzidos pelas matérias emanam verdades e mobilizam efeitos de sentidos sobre a atividade docente e suas implicações para a formação social e ética dos sujeitos-alunos. Aqui são enfatizadas as mudanças ocorridas no cenário educacional nacional, sobretudo, a partir do ano de 2014, com a primeira proposta de mudança da BNCC, até o momento atual 2019.

Em um primeiro momento, tangenciamos um apanhado de alguns conceitos foucaultianos basilares para esse trabalho e, em sequência, mobilizamos um gesto de análise a respeito das materialidades selecionadas da revista Nova Escola, bem como seus entrecruzamentos com as leis educacionais. Por último, e como postura de reflexão, são apresentadas as considerações que constituem as impressões advindas da nossa proposta de leitura discursiva dos objetos mencionados.

Na trilha foucaultiana, alguns conceitos

Como gesto de introdução aos conceitos foucaultianos, voltamo-nos para o conceito de discurso. Um gesto de leitura sobre o discurso que considere sua proficuidade e positividade está, necessariamente, na compreensão de que sua construção é sócio histórica e que envolve múltiplos sujeitos e enunciados, além de sua dimensão de espaço produtor e articulador de poder-saber, bem como de verdades, cuja leitura exige atentar para as próprias condições de produção que o oportunizam. Vejamos, o discurso em Foucault é:

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008, p. 136-137).

Nessa perspectiva, os discursos são frutos de relações de poder, eles veiculam poder, e esse se torna um mecanismo de controle dos discursos. Neste apanhado, relações de poder, via discurso, são entendidas como relações múltiplas, variáveis, dinâmicas, fluídas, diversas e que, no entremeio dos discursos, fazem e se refazem a todo instante, visto que são assimétricas e multifacetadas. Partilhamos da proposta de que os discursos produzem, pois, efeitos de sentidos que são relacionados ao poder e as verdades que se desejam instituir sobre determinadas áreas e esferas. No campo da legislação educacional, por exemplo, os discursos veiculados pelas leis educacionais dizem respeito a algo que se aspira tornar verdadeiro como a necessidade do professor estar em constante formação, em periódica atualização, assim como a incumbência de sua formação ser pautada em princípios moralizadores e institucionalmente assegurados em paradigmas e parâmetros.

Os discursos se materializam de múltiplas maneiras, seja pela fala ou por uma imagem, mas o que é importante considerar é que eles são interdependentes, dinâmicos, histórica e socialmente produzidos. Destarte, na produção discursiva não existe apenas um olhar, uma maneira de enxergar, apenas um sujeito envolvido, é necessário levar em consideração os entrecruzamentos, a marcação de subjetividade, uma vez que, como afirma Orlandi (2007), não existe o discurso sem sujeito.

Logo, pensar a inscrição discursiva das práticas, dos saberes e dos sujeitos que os movimentam, é discorrer sobre as relações possíveis entre esses elementos, considerando seus atravessamentos com aquilo que se coloca na ordem da exterioridade, com o que é da ordem de outrem, da historicidade, da memória, da política e do social. Além disso, é importante dizer que o discurso não é a marca de um subjetivismo interpessoal, mas é a alcunha que permite e mobiliza tensão e diálogo, convergências e distanciamentos.

Os discursos são produções sociais e históricas que mobilizam relações de poder-saber e que com isso congregam efeitos de sentido, os mais diversos e plurais. Ou seja, em meio aos discursos são mobilizadas múltiplas relações, e as práticas e sujeitos aí referendados são movimentos que suscitam, por sua vez, o que pode e deve ser dito, defendido ou repudiado a partir de condições – históricas, sociais, políticas, econômicas,

culturais – determinadas. Assim, nem tudo pode ser dito de qualquer forma, de qualquer lugar ou por qualquer um. É preciso enxergar a ordem, as exigências e as condições para que se diga o que há para ser dito, em determinado lugar, por um determinado sujeito. A ordem do dizer é, então, uma ordem vinculada a uma instituição, a um lugar social, a uma posição de sujeito que é ocupada – não por qualquer um, ou de qualquer forma – no espaço mesmo de sua irrupção.

Segundo Foucault (2006, p.10), o discurso: “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. É, portanto, na esteira da discursividade, esse espaço dinâmico e fluído no qual se efetivam as relações sociais, e no qual são produzidas e disseminadas verdades institucionais, saberes instituídos, e etc. que pode-se problematizar o sentido não como um já-lá, mas como um efeito, uma possibilidade. De acordo com Orlandi (2007, p. 47), o sentido é:

[...] uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Essa é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito.

Os discursos produzem determinados efeitos de sentido e não outros em seu lugar (FOUCAULT, 2008). Deve-se observar algumas especificidades sobre os discursos, pois eles são heterogêneos, não estabilizados e fluidos, ainda que ancorados ou justificados por determinada ordem de poder. Nesse entremeio, sempre há um sujeito ao qual se reserva uma posição – uma posição de sujeito – e um lugar. Por meio dos discursos os sujeitos tentam instituir suas verdades, selecionar o que deve ser considerado verdadeiro, o que possui uma justificativa, seja ela social, política, histórica, da ordem da memória, ou, ainda, de ordem institucional como é o caso, por exemplo, das leis e do governo. Esse movimento do sujeito é realizado por sua vontade, uma vontade de verdade, que pretende ser crível, universal e totalizadora. Segundo Foucault (2006, p. 20):

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade.

Em adição, vale mencionar a questão da fala franca, isto é, o franco-falar, o discurso sem ornamentação que torna o dizer uma política do

mentir verdadeiro. Essa relação que se faz entre franco-falar e discurso verdadeiro, uma vez mobilizado no escopo da política e do gerenciamento de si e do outro, é o que permite a marcação de parresia. Segundo Foucault (2010, p. 43): “[...] a parresia é uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige a consciência dos outros e os ajuda a constituir sua relação consigo”. Aqui é possível encontrar as bases de um dizer que se pretende verdadeiro, já que para assim se constituir, o discurso torna-se um espaço de manobras, de interdição, de cerceamento, de mira e de segregação.

Por conseguinte, pode-se fazer menção ao conceito de parresia, constituída como marca de uma subjetividade sob a sombra da ilusão de ser, ao mesmo tempo, origem e vetor de controle do que é dito, a saber: “[...] a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber, como verdadeira, a verdade ferina que ouve” (FOUCAULT, 2011, p. 13). Nesse sentido, Foucault chama atenção para a intensa relação existente entre quem fala e sobre o que se fala, ou seja, para se instituir um vínculo com a verdade são estabelecidas relações arriscadas, sobretudo, no que diz respeito aos sujeitos alvos do discurso parresiástico, os quais podem, no jogo da cisão, da convicção, da ilusão de si, atestar o discurso ou contestá-lo.

Assim, o sujeito locutor assume uma postura de coragem da verdade, pois sempre poderá existir dois lados, os dos locatários que se inserem ao lado da aceitação e os outros, que ficarão ao lado da resistência ao discurso proferido. Ou seja, o sujeito parresiástico tem a coragem da verdade de tornar público determinado discurso, de fazer reverberar uma verdade ainda não enunciada, de dizer o que há para ser dito, sem arrojamento ou ornamentação retórica. A parresia consiste, pois, no efeito de se enunciar um dizer fino, direto que quebra com a técnica da ornamentação e dos recursos de uma retórica ligada à persuasão do outro. Trata-se de se dizer o que há para ser dito, de modo a se colocar numa posição de riscos.

No tocante às subjetividades, é importante destacar que elas ofertam resistências, ao passo que, nesse imbricamento, as questões sobre subjetivação e sobre o sujeito são bem mais complexas e difusas do que podemos tangenciar: “a ligação da subjetividade com o tempo e o corpo é que a envolve em um processo de subjetivação, [...] visto ser o corpo o elemento que se inclui na heterogeneidade de elementos cuja relação se faz e se desfaz com o tempo” (CARDOSO JUNIOR, 2005, p. 346). Nesse sentido, a subjetivação dos sujeitos se dá no tempo e espaço definido, sobre preceitos estabelecidos, e o que se pensa hoje pode ser alterado inteiramente com o transcurso do tempo, e a depender das mais diversas condições históricas, políticas, sociais e culturais. Ou seja, as subjetividades

são produções sócio-históricas da ordem da exterioridade e estão entrelaçadas com as relações de poder-saber.

As práticas e condutas dos sujeitos estão envoltas de saberes que se justificam, que se pretendem verdadeiros, assim como são eles – esses saberes – alicerçados em espaços de poder. Saber e poder se justificam, se consolidam e são interdependentes. Estão circunscritos e reclamando a existência de determinadas condições de produção (FOUCAULT, 2008).

Face a essas considerações, buscamos, na sequência, discorrer sobre essa marcação discursiva dos sujeitos e de suas práticas, considerando a inscrição do trabalho docente, isto é, tocamos nesta questão da discursividade que atravessa e determina o processo de formação do sujeito-professor, assim como no balizamento dos discursos educacionais, sob o trajeto da normatividade e regulamentação institucional das diretrizes do ensino.

Os entrelaçamentos na formação docente: o tangenciamento de práticas pedagógicas

A respeito do professor, Coracini (2001, p. 189) enuncia: “formado para ‘homogeneizar, para transformar o diferente em igual, para ‘ensinar’, transmitir conhecimentos, orientar atitudes, procurando transformar em algo controlável o que não pode ser controlado”. Com isso, podemos trazer que o sujeito-professor vai sendo subjetivado e posto como o responsável por transformar o cenário educacional e com isso contribuir, positiva ou negativamente, para o futuro de uma sociedade. Na prática, o cenário encontrado é contrastante, os alunos apresentam realidades sociais e históricas múltiplas e que não são tão simples e explícitas de se modificar, visto que cada ser humano é único. Nesse sentido, o professor é tido como um profissional que necessita estar em constante formação, tendo em vista sua missão hercúlea de galgar as bases da transformação e agenciar as práticas que instigam tal processo.

O modo pelo qual o processo de formação docente é tratado nos documentos oficiais nos leva a observar um efeito de generalidade na proposta de ensino transpassada para esses profissionais. De acordo com Foucault (2008, p. 30), a respeito da leitura do discurso, “a descrição de acontecimentos do discurso coloca [...]: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. No que tange a legislação educacional, pode-se observar o documento da BNCC que cita algumas ações que são essenciais, dentre elas: “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem” (BRASIL/MEC, 2016, p. 17). Ou

seja, na lei é evidente a marcação do sujeito-professor como um profissional que deve estar em contínua mudança, formação e aperfeiçoamento para que possa manter sua atuação no escopo de uma benesse periódica e, ainda, em consonância com as necessidades da evolução da educação brasileira.

A vontade de verdade sobre a formação docente é evidenciada como algo necessário à vida do professor, algo que sempre se deve buscar para que assim se possa ensinar e gerar um processo efetivo e eficaz de aprendizagem. Nessa perspectiva, a educação é tratada sob o efeito de mercantilização, como produto de riqueza, algo que pode e deve ser comercializado, objetivando resultados muito além dos qualitativos. Ressalta-se o conceito de engajamento que, geralmente, é vinculado a área empresarial e é utilizado no próprio documento da BNC para formação de professores (BRASIL/MEC, 2018). Nesse sentido, os docentes devem demonstrar as competências adquiridas, sendo necessário que os agentes envolvidos cumpram metas educacionais, as quais se configuram, por exemplo, na ampliação do quantitativo de alunos e de horas trabalhadas em sala de aula.

No meio educacional, há uma vontade de verdade legitimada pela LDB que também é tratada no documento Preliminar da Proposta da BNC para Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL/MEC, 2018), que o professor deve cuidar da aprendizagem do aluno. Vejamos o que nos diz o inciso III do art. 13º da LDB: “Os docentes incumbir-se-ão de: [...] zelar pela aprendizagem dos alunos” (BRASIL/MEC, 1996, p. 5), sendo este mais um argumento que reforça a ideia de que o professor tem uma responsabilidade salvacionista de mudar as realidades socio-históricas dos discentes:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BRASIL/MEC, 2016, p. 5)

Nesse sentido, o documento da BNCC deixa evidente que os protagonistas das mudanças na educação nacional são os professores. Ainda que permanecendo o efeito de um reconhecimento de que a referida lei por si só não muda totalmente o quadro da desigualdade educacional no Brasil, tem-se um documento-referência para que os demais o sigam e façam com que a educação mobilize essas mudanças, e como ressaltado, o

professor recebe a maior carga de responsabilidade nessas transformações, tão urgentes e necessárias.

É importante ressaltar as estratégias discursivas mobilizadas no texto da BNCC na tentativa de posicionar, para o professor, a maior parcela de responsabilidade pela educação no Brasil, seja pelo sucesso ou pelo insucesso. Nessa mesma perspectiva, Coracini (2003) vem qualificar a figura do sujeito-professor como a de um modificador de destinos. Essa caracterização do trabalho docente é, portanto, perseguida em todo o documento pelo efeito de sentido que impera e que atribui à posição do docente a de quem deve ter múltiplas competências, a de quem deve se lançar para uma atualização continuada, ao trabalho com novas tecnologias de ensino, a variadas e eficientes formas de fazer o aluno aprender e de garantir sua frequência escolar – um verdadeiro trabalho vanguardista de direção de consciências e pastorado.

Em meio à árdua tarefa de lecionar, ao sujeito-professor é reservada uma posição de tensão: sua subjetividade “constitui-se na e da tensão entre um discurso que o valoriza, produto de um desejo, e outro que o desvaloriza, resultante de uma realidade social em mutação (CORACINI, 2003, p. 249). Portanto, tal posição de sujeito é a todo momento, gerenciada, marcada e constituída sobre a ótica das leis, e nesse íngreme espaço de múltiplas relações, o docente é subjetivado, seja como agente a quem compete, pelo saber, a condução e direção do processo, seja como articulador e promotor da transformação social.

A seguir, à luz de um gesto de análise das materialidades apresentadas, discorreremos sobre a produção de vontades de verdade e sobre o efeito de subjetivação institucional do professor, no seio dos documentos oficiais da educação que, por sua vez, instituem práticas e condutas, fomentam e determinam escalas de intervenção social.

O dizer verdadeiro dos documentos oficiais e a subjetivação do professor

No entrelugar e na fluidez do discurso e dos efeitos de sentido seguimos com um gesto de análise da matéria de capa *Da expectativa à realidade* que abre a edição 309 da revista Nova Escola, escrita por Rodrigo Ratier. Nela, observa-se a constituição de um discurso que produz efeitos de sentido ligados a um gerenciamento político do sujeito-professor, tratando-o como agente que deve se adequar às novas formas e ferramentas do ensino brasileiro. Além disso, pode-se notar, nessa mesma materialidade, a evidência de efeitos de um dizer parresíástico, isto é, marcas de uma fala franca, sobre o insucesso nas leis educacionais brasileiras, a saber:

Se você não passou os últimos anos isolado numa caverna, já deve ter visto algum meme – aquelas imagens engraçadinhas que viralizam – da série “expectativa versus realidade”. Duas fotos lado a lado contrapõem o que se espera e o que se encontra. Um hambúrguer suculento na propaganda versus um sanduíche de pão murcho na lanchonete. Um hotel paradisíaco versus a cama dura da vida real. O colégio futurista do horário eleitoral versus...as escolas públicas com carências tão conhecidas. Num certo sentido, as leis brasileiras de Educação lembram esse meme popular. São generosas, ambiciosas e modernas. Na prática, raramente cumprem o que prometem. Ganham vida de forma tímida, são descaracterizadas, boicotadas ou ignoradas pelos governos ou pela sociedade (RATIER, 2018, s/n).

Nessa perspectiva, ao analisar tais argumentos observa-se uma crítica explícita a legislação educacional brasileira no sentido de se apontar o não cumprimento dos objetivos traçados. Há um efeito parresíastico quando o autor da matéria compara a realidade das leis brasileiras aos *memes* de “expectativa versus realidade”, ou seja, destaca-se o mérito da proposta das leis educacionais, mas se evidencia a crítica em torno da não efetivação das ações nelas pretendidas e detalhadas. Na sequência do texto, o referido autor cita, ainda que sob o efeito de exceção à regra, algumas leis que tiveram sucesso na área educacional, dentre elas, a lei de cotas e do FUNDEF/FUNDEB.

A reportagem da Nova Escola enfatiza que o maior desafio da Base é sua implementação e aplicação nas escolas: “Agora é a vez da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela foi aprovada em dezembro, mas a hora da verdade é agora, com o desafio de implementá-la e levá-la para o chão da escola” (RATIER, 2018, s/n). Na reportagem, observamos o efeito de evidência ao entendimento de ser o maior entrave da educação nacional a não aplicabilidade das leis elaboradas, haja vista que, já discutidas e propostas, elas não conseguem sair do papel.

Nas mesmas condições, a reportagem continua enfatizando que a BNCC é uma necessidade, aspirada e justificada pelos anseios dos profissionais da educação. Nesse sentido, o documento se constitui, portanto, como uma resposta atenciosa às expectativas dos próprios professores, coordenadores e demais envolvidos neste cenário.

Juridicamente, todos os caminhos levaram à Base. Definir as aprendizagens essenciais é uma necessidade mencionada nas maiores leis educacionais: Constituição, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Plano Nacional de Educação (PNE). A partir de 2013, formou-se uma aliança para a construção da BNCC, com o Ministério da Educação (MEC), secretários das redes (Consed, dos estados, e Undime, dos municípios), grupos de formação docente, institutos e fundações (entre elas, a Fundação Lemann, mantenedora de NOVA

ESCOLA). Professores também encamparam a ideia de uma referência curricular - 82% de favoráveis, segundo a pesquisa Conselho de Classe, encomendada pela Lemann ao Ibope Inteligência em 2014 (RATIER, 2018, S/N).

Ao se proceder com a análise do trecho acima, é possível evidenciar o efeito de sentido de positividade na confecção do documento legal da BNCC, que mais uma vez é intentado como algo urgente e imprescindível. Assim, as leis educacionais, em especial a BNCC, e todos os discursos no entorno dessa legislação e práticas pedagógicas, possibilitam a produção de subjetividades, oportunizando efeitos de sentido alicerçados em manobras e estratégias de poder-saber, ligadas, por sua vez, à visibilidade de uma necessidade, e à positividade de uma intervenção governamental que se justifica pelo cenário de precariedade e de caos.

Outrossim, na matéria, são citados dois grupos que faziam oposição à elaboração do documento, um se alicerçava no argumento de que o currículo centralizado não era positivo para os professores porque retirava a liberdade dos docentes e dessa forma, estaria também ignorando as aspirações locais. O outro grupo acreditava que o texto final não estaria adequado à educação brasileira, pois a BNCC traria apenas um amontoado de conteúdos em modelo de cartilha, vazio de nexos e sem ofertar um projeto real e concreto para educação nacional, conforme pode ser observado a seguir:

Os contrários – que aumentaram de volume após o impeachment de Dilma Rousseff, sob o argumento de que o governo Temer não teria legitimidade para construir a Base - se dividiram em dois grupos. O primeiro opunha à ideia de currículo centralizado, argumentando que ele tiraria a liberdade do professor e ignoraria necessidades locais. O segundo era contrário ao texto final. Considerava a Base apenas um conjunto de conteúdos sem um projeto de Educação, terreno fértil para cartilhas e soluções prontas (RATIER, 2018, s/n).

Por conseguinte, na matéria são colocadas algumas opiniões de vários especialistas sobre o projeto de elaboração do documento da BNCC. Nesses comentários e opiniões, pode-se inferir uma vontade de verdade em considerar a BNCC como um recurso que ocasiona um avanço positivo no cenário da educação brasileira. No entanto, na matéria, também é feita uma inferência sobre a questão da insatisfação sobre a proposta por alguns profissionais, haja vista a defesa de que o documento também é considerado, por muitos, como imperfeito e incompleto.

Na contramão dessa leitura, o relator da matéria, atenta para o fato de que o documento já está pronto e em vias de entrar em prática e que as

chances de revisão só seriam vislumbradas após o transcurso de cinco anos, salvaguardando o trâmite protocolar da instituição. Esse trajeto de discursividade oportuniza um efeito de sentido de conformação, há um efeito de consenso de que agora é hora de encarar a realidade imposta pelo documento instituído – BNCC – e de aplicá-la, afinal, tem-se agora um documento institucional, alicerçado na legitimidade de uma ação governamental, marcadamente intervencionista e posta como *sensível* às aspirações da população.

No tópico intitulado “para funcionar na prática” um dos efeitos de sentido empreendidos foi o de que a BNCC é um documento que está “na medida certa”. Porém, quando contestado sobre a ótica da democratização do documento, são discursivizadas opiniões que reafirmam o fato da BNCC ter sido construída de forma democrática, enquanto outras contestam essa democratização. Nesse sentido, vemos emergir, em meio às relações de poder-saber, a resistência a respeito da não democratização do documento da Base Nacional Comum Curricular. Quanto aos argumentos favoráveis ao processo de democratização, são mencionadas as diversas reuniões e consultas públicas *on line*, advogadamente realizadas durante a fase de elaboração e apreciação do projeto. Em contrapartida, do lado dos que não acreditam que tenha ocorrido esse processo, os argumentos versam sobre a BNCC ser mais uma daquelas políticas educacionais que são impostas “de cima para baixo”.

Outro aspecto relevante a destacar é o efeito de autonomia do docente que se procura alcançar no escopo da proposta da BNCC. A ideia veiculada na BNCC é a de que, após a construção dos currículos, as unidades escolares, juntamente com seus professores podem inferir na maneira como ensinar, podem decidir nortes e rumos do processo de ensino-aprendizagem, e de que tal prática encontra legitimidade resguardada pela LDB.

Depois da construção dos currículos, as propostas aterrissam na escola. É o momento de cada instituição imprimir sua cara ao documento, uma garantia que está na LDB. Entram os projetos específicos de cada escola e as metodologias (o “como” ensinar). Estamos, portanto, falando de autonomia docente (RATIER, 2018, s/n).

Na perspectiva da análise do discurso, percebe-se que há, nessa materialidade, uma vontade de verdade sobre a constituição do perfil das instituições escolares e dos docentes, nesse momento contemporâneo de mutação. E, mais uma vez, é evidenciada uma vontade de verdade no dizer sobre o professor, reservando-o a uma posição de protagonista e, portanto, de principal responsável pelas transformações na esfera educacional, sob a

justificativa de ser, a esse sujeito, atribuída a “autonomia” não só de lecionar, mas, notadamente, a de *decidir*. No mesmo parágrafo, temos que: “Ainda há uma grande quantidade de decisões a ser tomadas e isso pode representar uma chance de engajar mesmo os professores descontentes com a Base” (RATIER, 2018, s/n).

Por outro lado, apesar dos docentes serem apresentados como protagonistas, subjetivados como agentes condutores e autônomos no processo, a reportagem traz uma informação intrigante, ao enunciar um efeito de contrariedade na defesa dessa posição de protagonismo e de autonomia do professor.

Em boa medida, o destino da Base está ligado ao protagonismo dos professores. Nesse ponto, é preciso avançar. A pesquisa Conselho de Classe aponta que 54% dos educadores nunca foram consultados antes de uma política ou programa ser implantado em sua escola. (RATIER, 2018, S/N).

Nesta conjuntura, por meio do recorte acima, é possível inferir que a BNCC, assim como as demais políticas da esfera educacional, oferta e exige protagonismo dos professores para ser efetivamente aplicada. No entanto, na tessitura da afirmação, temos que mais de cinquenta por cento dos educadores nunca participaram das consultas sobre implementação de programas ou políticas implantadas nas unidades escolares. Ficam evidentes as marcas de um discurso constitutivamente contraditório: os professores podem ser considerados os maiores responsáveis por tudo que é movido dentro da esfera educacional e, ao mesmo tempo, tais agentes não participam ativamente da implementação de políticas e programas que atingiram e atingem suas dinâmicas de trabalho.

A reportagem é finalizada com um comparativo, uma alusão ao seu próprio título “Da expectativa à realidade”, a partir do qual são relatados dados sobre políticas educacionais que deveriam ter sido atendidas pelo Plano Nacional de Educação até o ano de 2016, sob o efeito de que, não tendo sido ainda alcançada e concretizada tal realidade, prevalece o discurso de que ainda estamos longe de conseguir um cenário equânime na educação brasileira.

Quanto à segunda matéria “Competências gerais na BNCC”, que também é veiculada no *site* da revista Nova Escola no campo “cursos”, há nela o expresso convite aos docentes a fazerem um curso sobre a Base Nacional Comum Curricular. O objetivo desse curso é o de que aos professores sejam apresentadas as competências propostas pelo referido documento normativo. Conforme podemos constatar na citação abaixo, o curso é indicado como necessário para todos os professores e sugere um

efeito de mudança em suas condutas, a partir do momento que se propõe a orientar as práticas pedagógicas dos docentes, a saber:

Este curso tem o objetivo de apoiar redes de ensino, escolas e professores a aprofundar seus conhecimentos sobre as competências gerais apresentadas no Capítulo Introdutório da Base Nacional Comum Curricular, bem como orientar o planejamento de práticas pedagógicas que promovam o seu desenvolvimento ao longo da Educação Básica. (PENIDO, 2018, s/n).

Atrelada à matéria, há um vídeo que, em sua culminância, apresenta uma chamada direcionada ao professor, colocando-o na posição de quem decide e a quem se atribui a responsabilidade pelo desfecho do ensino nas escolas brasileiras: “cabe exclusivamente a você se disponibilizar em embarcar nesse processo de formação mais profundo que demanda autorreflexão, autocrítica e o desejo genuíno de se transformar internamente, e então, pronto para embarcar nessa jornada?” Nesse chamamento final do vídeo, e a partir do efeito de normatização presente na BNCC, podemos observar a materialização de uma vontade de verdade a respeito das mudanças necessárias aos comportamentos que os docentes devem ter em sala de aula.

Neste ínterim, segundo a Nova Escola, os professores devem ser levados a um exercício de autorreflexão, sob a máxima do *conhecer-se a si mesmo*, e estarem, pois, dispostos a mudar, se necessário for. Quando se propõe a mudança, sempre é pensando na positividade do que é melhor e necessário para os alunos. Sendo assim, há uma vontade de verdade no âmbito educacional, a partir da qual o professor deve sempre se atualizar e aprender novas ferramentas e formas de ensinar. A reportagem da Nova Escola leva o professor a voltar-se a si mesmo e refletir se já está pronto para realizar os desafios educacionais que são propostos pela nova Base Nacional Comum Curricular, ou se necessita de um aprimoramento, ou seja, se ele precisa da ajuda e dos saberes disponíveis no curso que está sendo comercializado.

Por fim, as duas matérias aqui analisadas dizem respeito primordialmente a BNCC, os discursos por elas mobilizados tocam em questões que são discutidas na CF/88, na LDB e em outros instrumentos de legislação educacional. As marcas desse discurso – e a multiplicidade de seus efeitos de sentido – podem ser observadas quando das questões ligadas ao direito à educação de qualidade e à oferta de condições para a efetividade dessa conquista. Outro ponto relevante a ser mencionado é a percepção no tocante aos efeitos de gerenciamento e de subjetivação imbricados no dizer sobre a educação brasileira. Trata-se da inscrição parresaiástica do discurso oficial que constata e afirma, direta e

objetivamente, o cenário de precariedade e de não afetividade da educação no país. O discurso oficial enuncia esse efeito de necessidade de uma intervenção, faz menção à difícil realidade em que se encontram as escolas brasileiras e apresenta uma saída salvacionista para o professor, para o aluno e para os demais agentes envolvidos no processo.

Assim como em todo dizer parresiástico, aqui também corre-se riscos. O discurso oficial encontra resistência, põe-se ao questionamento, ao descrédito dos que pensam o contrário, mobiliza efeitos de descrença de seus objetivos, lança-se à crítica sobre sua fundamentação e, principalmente, sobre sua viabilidade a partir das condições – sociais, históricas, políticas e culturais – em que se levanta.

Considerações finais

A proposta de leitura e análise discursiva a respeito da legislação educacional e sobre as matérias da revista Nova Escola, aqui trazidas, nos oportunizou discorrer sobre a produtividade do discurso e de seus efeitos de sentido, a partir da problematização do que se constitui como relação de poder-saber, verdade, parresia e condições de produção. Nas materialidades, vimos, por exemplo, a oportunização de vontade de verdades sobre a forma de traçar perfis e maneiras consideradas aceitáveis e inaceitáveis ao comportamento dos docentes contemporâneos. Assim, na legislação educacional, percebemos a recorrência de estratégias e operações linguísticas que balizam o trabalho de subjetivar o sujeito-professor e as práticas pedagógicas em âmbito nacional.

Concomitantemente, foram observadas marcações de parresia, efeitos da fala franca, no dizer sobre a educação, assim como efeitos que dizem respeito ao trabalho de condução de si, a uma política do cuidado de si, na docência, que leva à constituição da subjetividade do professor, tendo em vista os objetivos institucionais para sua formação e atuação profissional. Dessa forma, percebemos que, por meio do discurso oficial e legítimo sobre a educação, a partir da incursão midiática que se alcança, a dizibilidade sobre o ser professor, e sobre a escola como um todo, coloca em cena questões sobre o gerenciamento político do professor em formação pela produção da verdade.

Fica evidente a continuidade do efeito de sentido de que o docente exerce uma missão hercúlea de protagonismo sobre as ações educacionais, sendo ele considerado o principal responsável pela mudança no cenário da educação brasileira. Temos, nesse contexto, a fossilização de uma imagem docente constituída pela autonomia e pelo papel de intervenção social e política.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Poder executivo, Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>: Acesso em: 06 ago. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em: 06 ago. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Proposta da Base Nacional Comum Para Formação de Professores**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://formacao.professordotcom.files.wordpress.com>> Acesso em: 10 mar. 2019.
- CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 343-349, 2005.
- CORACINI, Maria José. Autonomia, poder e identidade na aula de língua. In: PASSEGGI, Luís; OLIVEIRA, Maria do Socorro (Orgs.). **Linguística e educação: gramática discurso e ensino**. São Paulo: Terceira Margem, 2001, p. 97-175.
- CORACINI, Maria José. Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). **Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Argos Editora Universitária, 2003. p. 239- 255.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Col1ège de France (1982-1983)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e de outros II: curso no collège de France (1983-1984)**. WMF Martins Fontes, 2011.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- PENIDO, Anna. Competências Gerais na BNCC: Curso Online Nova Escola. **Nova Escola**. Fundação Lemann. Disponível em: <<https://cursos.novaescola.org.br/curso/12/competencias-gerais-na-bncc/resumo>>. Acesso em: 10. nov. 2018.

RATIER, Rodrigo. Da expectativa à realidade. **Nova Escola**. Edição 309, Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/10034/da-expectativa-a-realidade>>. Acesso em: 10. nov. 2018.

DEMANDAS DO TEMPO PRESENTE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS: LEITURA, ESCOLA E ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS¹

Jefferson Campos
Aline Almeida Inhoti

Questões preliminares

Inicialmente, destacamos nosso contentamento em poder refletir sobre as relações entre contemporaneidade, escola e leitura, sobretudo num momento social e político em que a escola e a universidade, enquanto legitimados para a produção, reflexão e crítica sobre o conhecimento, nos convoca à luta no campo da prática política e, como não pode deixar de ser, no espaço da escola, no campo próprio da língua, a partir do qual não haveria outra militância, outro gesto de resistência, outra configuração das relações de poder, senão a de permitir que nossos alunos, e citamos as palavras de Foucault (2012, p. 33), ao menos questionem “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar.”

Tal enunciado situa este capítulo num solo epistemológico específico, paradoxalmente conhecido e politicamente delimitado enquanto campo de saber difuso que demarca o lugar de fala que assumimos nesse texto, pois, como professor e professora de língua portuguesa, é preciso lembrar que somos afetados pelos discursos políticos, pelas instituições educacionais, pelas leis, gestos e condutas que nos interseccionam no processo mesmo em que nos tornamos sujeitos da/na/à educação formal.

A partir dessa formulação, deixamos, ainda, antever algo que pode ser entendido como um aviso, uma inscrição ou uma escolha política: em nosso exercício de escrita, quando tratamos de discurso, tratamos de uma prática analítica de escuta de discursos orientada, sobretudo e para além das teorizações desenvolvidas por Michel Foucault. Em específico, apontamos para o movimento pelo qual sistematizamos a prática de escuta dos discursos orientada pelos métodos arqueológico, genealógico e ético advindos e que se escrevem no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Tal alerta importa na medida em que nos permitirá tracejar um percurso reflexivo acerca do tema já enunciado, instituindo um modo

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Simpósio Temático “Discurso, Escola e Leituras” na ocasião do III Seminário Discurso, Cultura e Mídia (SEDISC), organizado pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

de olhar, um ‘acento’ epistemológico, uma consequência teórica num ato simbólico de, na diferença epistêmica, resistirmos juntos na teoria.

Dito isso, e com a finalidade de pensar a atualidade a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, nossa intervenção se consolida a partir de um duplo movimento: primeiro, refletimos sobre o modo de composição do quadro teórico analítico em que se inscrevem os trajetos temáticos de um grupo de pesquisa que engloba pesquisadores e pesquisadoras de programas de iniciação científica ao pós-doutorado, atentos às demandas contemporâneas a que essas pesquisas respondem, especialmente, no que tange ao aprimoramento dos dispositivos teóricos de/para leitura de diferentes *corpora* afetos ao ambiente escolar; na sequência, analisamos o que entendemos se tratar da maquinaria discursiva do dispositivo de formação inicial e continuada de professores que estabelece as leis, normas e padrões de conduta que ora sustentam a formação dos pesquisadores/pesquisadoras/profissionais envolvidos, ora delinea o efeito de verdade sobre os fundamentos da leitura enquanto prática eminentemente escolar, por flutuar no campo do ensino e da aprendizagem.

Para tanto, organizamos nossa incursão neste estudo, questionando quais são as condições que conduzem o funcionamento de um grupo de estudos em análise do discurso e quais os efeitos dessa condução no delineamento da estrutura de um dispositivo de controle que responde ao verdadeiro da época sobre as práticas de leitura no Brasil do tempo presente? Persequimos esses questionamentos orientando o trabalho da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos o Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq)², grupo sobre o qual lançaremos nosso olhar. Nosso interesse, especialmente, é delimitar quais são as orientações teórico-metodológicas que estão implicadas nos trajetos temáticos desenvolvidos pelas pesquisas desse grupo. Na sequência, discutimos alguns avanços no que tange ao tratamento da leitura enquanto eixo de ensino no trabalho com a Língua Portuguesa na educação básica e, por fim, analisamos como alguns dos diferentes elementos envolvidos no processo de organização do conteúdo de leitura, assim como a formação do professor de língua portuguesa perpassam pelo crivo do funcionamento do dispositivo de formação inicial e continuada.

² O GEDUEM mantém um *site* com informações sobre seus encontros, produções e demais atividades: www.geduem.com.br.

(Des)articulações entre teoria e prática na formação de professores de língua

Conduzido pela profa. Dra. Ismara Tasso, o GEDUEM está vinculado ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB/CNPq) desde o ano de 2007³ e tem como espaço institucional o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE/UEM)⁴. A partir de questões postas aos temas “imagem em discurso”, “intersecções do político no social” e “funcionamento educacional do português como língua adicional ou estrangeira” podemos circunscrever o lugar do GEDUEM no mapa dos grupos de pesquisas em Análise do Discurso/Estudos Discursivos Foucaultianos, no Brasil, ante às experimentações daquela época que alinhavam à perspectiva discursiva alguns dispositivos operacionais na defesa da prática de análise do funcionamento signifiante de diferentes materiais de pesquisa, tais como o corpo, o espaço virtual, a produção televisiva, cinematográfica, iconográfica e linguística (nas modalidades sonora, visual e simbólica), no seio dos estudos da linguagem.

Atualmente, as investigações desenvolvidas pelos pesquisadores pesquisadoras do GEDUEM, da iniciação científica ao pós-doutorado, inscrevem-se no escopo das pesquisas “Discurso, letramento e proficiência em regimes de (in)visibilidades: língua portuguesa como adicional e estrangeira”, “Revitalização sociocultural e linguística em terras indígenas paranaenses: estudos sobre políticas educacionais e ensino de língua”, “Práticas discursivas, verdade, biopolítica em (in)visibilidades: corpo, língua e território”, sediadas institucionalmente na UEM e UEPG e se espraiam em diferentes instituições e regiões do Brasil e de Moçambique. Enquanto eixo organizador, o grupo tem por objetivo fomentar investigações na linha de pesquisa “Estudos do Texto e do Discurso”. Para tanto, o investimento do GEDUEM é estabelecido por percursos temáticos organizados em: “o corpo e(m) discurso”, “o espaço virtual e(m) discurso”, “a produção audiovisual e documental” e “o espaço escolar, multilíngue e superdiverso” sobre os quais nós tecemos alguns apontamentos.

No primeiro percurso temático, “O corpo e(m) discurso”, alocam-se pesquisas as quais têm se dedicado a desnudar a confluência biosociomidiática a partir da qual o corpo torna-se superfície de inscrição dos discursos. Assim, observando os processos de representação e

³ Em razão de alguns problemas na Plataforma de Grupos de Pesquisa, os dados referentes ao grupo foram atualizados em 24/10/2019, conforme informações disponíveis em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/532558>. Acesso em: 28 out. 2019.

⁴ Maiores informações estão podem ser encontradas em: www.ple.uem.br.

materialização de corpos deficientes, obesos, femininos, másculos ou afeminados em práticas discursivas midiáticas, que coexistem em mídias impressas (revistas), os pesquisadores buscam a escuta discursiva de como, nesses modos de representação ou encenação do corpo, é possível explicitar as marcas de um regime do olhar sobre sujeitos postos à margem ou ao centro da cena social em que corpos são tornados em sujeitos. Tratam, portanto, de uma biopolítica de “corpos em vigília” (TASSO, 2014).

Em “O espaço virtual e(m) discurso”, alocam-se as pesquisas, nas quais a espessura significativa do digital nos interessa por, para além de determinar modos específicos de formulação e circulação dos discursos, nos impelir a entender o modo como o digital implica a compreensão da existência ou não do próprio deste espaço (TASSO; CAMPOS, 2014), lido aqui enquanto linguagem posta em relação aos sujeitos e à história. Tratamos, assim, de uma genealogia dos gestos de ler o arquivo no e pelo espaço virtual (CAMPOS, 2017).

No percurso temático “A produção audiovisual e documental”, inscrevem-se as pesquisas, as quais esquadrinham, em práticas discursivas midiáticas, a composição dos modos de governo dos sujeitos, nas práticas e condutas que perfilam as práticas de condução dos sujeitos colocados no jogo do político nas demandas do social. As táticas de condução da população são flagradas nos percursos de sua produção enquanto objeto pelas/nas práticas discursivas, midiática e documental (INHOTI, 2011; TASSO, 2014).

O quarto e último percurso temático, “O espaço escolar, multilíngue e superdiverso” abarca as pesquisas nas quais os pesquisadores se lançam ao cenário multiverso das línguas em contato, em fronteiras ou em conflito a fim explicitar regularidades da língua portuguesa em uso, nas modalidades oral e escrita, por falantes no centro da fronteira entre as noções de nacional/estrangeiro, colonizador/colonizado, proficiente/não-pouco-letrado. Nos regimes biopolíticos da língua, no seio escolar e acadêmico, as pesquisadoras, de um modo geral, flagram, na conjuntura superdiversa das comunidades linguísticas em contato, o entrelaçamento das relações de poder. Portanto, tratam das táticas de constituição de sujeitos no interior de dispositivos de poder que balizam o que é mais caro aos sujeitos: a significação por sua língua (GONÇALVES, 2018).

Estes percursos temáticos, por um lado, permitem-nos explicitar que as pesquisas empreendidas apontam para aquilo que Michel Foucault chamaria de regimes biopolíticos da sociedade nos quais é possível flagrar os sujeitos se constituindo no calor das práticas discursivas das quais emergem enquanto efeito das relações de saber, poder e verdade. Por outro, e aí nos encaminhamos para o segundo investimento deste nosso texto,

dispensam atenção à emergência e às demandas político-educacionais a partir das quais os pesquisadores envolvidos com um grupo passam a figurar como integrantes de uma estrutura complexa e heterogênea em que se sustenta o sistema de manutenção das relações de ensino e aprendizagem, estas, certamente, entendidas como sendo da ordem do contemporâneo, nas suas fissuras, redes de sentido e de constituição e gerenciamento da vida. Antes, porém, tratemos como o contemporâneo é entendido sob um funcionamento discursivo próprio, sobre o qual cabe questionar: afinal, o que é o contemporâneo? Nessa direção, Novo (2014, p. 55) destaca que

la modernidad es así leída por Foucault como mutación profunda en la positividad del saber, como transformación de las condiciones de posibilidad de producción, de apropiación y circulación de enunciados, como modificación de las reglas que establecen el juego entre el verdadero y lo falso, de las relaciones de poder y de su efecto productivo.

Assim como a estudiosa argentina, entendemos que essa transformação nas regras que determinam o exercício da função enunciativa, na modernidade, se assenta no que se pode chamar de “verdadeiro da época” (FOUCAULT, 2012). Nesse sentido, pensar o presente é se expor ao conjunto ainda não definido de relações que congregam, ainda que dispersas, o controle dos discursos produzidos e postos em circulação.

Trata-se, portanto, menos do diagnóstico do presente como sendo um produto de práticas discursivas temporalmente atuais, mas, sobretudo, de um exercício crítico de observação de si no interior de práticas subjetivadoras através das quais pode-se “[...] cambiar el estilo de la propia vida, la relación de uno con los otros y la relación de uno consigo mismo” (FOUCAULT, 1984, p. 340 *apud* NOVO, 2014, p. 65).

Diante disso, quando nos voltamos para o funcionamento do GEDUEM, enquanto espaço privilegiado para a formação continuada de professores, uma vez que o grupo não só se institucionaliza no seio do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias da Universidade Estadual de Maringá, mas também é composto, exclusivamente, por pesquisadores com formação inicial na área de Letras e de Linguística, entendemos que há aí uma reflexão a ser feita: a de que, embora nossas pesquisas se inscrevam no campo teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, certamente, o aparato metodológico que erigimos passa a figurar diretamente em nossas práticas pedagógicas, pois, discursivamente, sabemos da impossibilidade de escapar a esses “lugares de fala”.

Pois bem, considerando que, atualmente, há um verdadeiro da época a respeito do que se pode dizer, ver e fazer sobre a prática educacional, principalmente no que tange ao ensino de leitura, para que tal empreendimento resulte no alcance de “padrões satisfatórios de letramento escolar” (GONÇALVES, 2018), compreendemos que a formação advinda da prática de investigação no campo teórico-analíticos dos Estudos Discursivos Foucaultianos constitui-se em um espaço privilegiado ao desenvolvimento/aperfeiçoamento de docentes em formação inicial e continuada no Brasil e em Moçambique, por ir ao encontro do que se espera de uma prática inovadora no tratamento pedagógico da leitura.

Um breve retorno à história da leitura

Os primeiros relatos do aparecimento da palavra leitura datam da Roma antiga, cuja língua, o Latim clássico, possuía termos distintos para denominar a ação de ler em voz alta *recitatio* e o que hoje conhecemos como leitura silenciosa, o *lectio*. Essa separação de termos para referenciar expressões diferentes de um mesmo ato viriam, mais tarde, constituir as condições de possibilidade da composição do vocábulo leitura. Sobre essa diferenciação, Coelho (1997, p. 230) comenta que foi demorado o processo de aceitação da possibilidade de uma leitura silenciosa ou “visual”. Para exemplificar, cita a passagem em que Santo Agostinho descreve em suas Confissões⁵ um sentimento de espanto e admiração após presenciar a leitura realizada por Santo Ambrósio. Ele relata que “seus olhos percorriam as páginas cujos sentidos a mente apreendia, enquanto a voz e a língua repousavam”.

Há, nesse testemunho, um indício da reconfiguração da prática de leitura e uma aproximação do modo como tal prática estratificou-se em função do objeto para o qual se destinava. Mesmo se tratando da leitura do texto verbal, a passagem do *recitatio* para o *lectio* implicou uma maneira diferente de encarar a leitura: no primeiro, trata-se de uma prática de tornar oral o código escrito por meio da voz, portanto, uma prática de socialização; a segunda, refere-se a um modo de tornar o código escrito uma imagem mental para si mesmo, porque visual. Sendo assim, há que se considerar que mesmo a leitura do verbal se concretiza de modos distintos. Nesse caso, será conveniente indagar a existência de diferenças também nos materiais a serem lidos?

Tasso (2003; 2005) faz um resgate histórico no qual verifica que a prática da leitura, na contemporaneidade, se caracteriza por um legado da tradição eclesial de ensino. Voltando seu olhar para a iconografia cristã,

⁵ C.f. ZUNTHOR, P. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

identifica a imagem como um signo (re)criador das narrativas míticas ensinadas pela igreja cujo público-alvo eram os iletrados – por se conceber que os sentidos de uma imagem são mais facilmente apreendidos do que os constitutivos das materialidades verbais. Por isso, a imagem continua sendo inscrita em situações cuja finalidade imediata é a de mostrar, ilustrar e complementar o que é dito pelos textos escritos.

Em termos de uma teoria de ação social, Jung (2007) faz um retrospecto sobre as concepções de leitura e escrita como práticas sociais. Historicamente orientada, a pesquisadora afirma que a supremacia do texto escrito encontra na cultura dominante o terreno político-discursivo propício para sustentar concepções de alfabetização e letramento. Saber ler e escrever, a partir do século XVIII, tem relação direta com o nível de escolarização dos indivíduos, principalmente após a Revolução Industrial, cuja ordem de economia mundial objetivou a escolarização de massa como forma de controle e treinamento social: a (trans)formação de trabalhadores domésticos em força de trabalho operário.

Nas configurações de uma história e de uma memória do presente sobre a leitura, no século XVIII, a alfabetização discursivamente tem como condição de possibilidade a igualdade de sujeitos, na expectativa de uma nova ordem social e política. Já no século XIX, a alfabetização, inscrita na ética e nos corpos, encontra na habilidade de alfabetização a bondade dos indivíduos. No século XX, a reconfiguração de uma ordem moral para uma habilidade cognitiva foi imposta e documentos escritos e notas escolares constituem verdadeiros de uma época cuja educação, e seus dispositivos de controle, selecionam, testam, escolhem, classificam alunos. Sejam enquanto igualitarismo, economia moral sejam como habilidade cognitiva, a escolarização e a escrita ocupam o *locus* central da alfabetização.

No campo da história também é possível levantar questionamentos, a partir do século XIX, que desequilibraram concepções de alfabetização pautadas em um conhecimento descontextualizado socialmente. Dúvidas sobre a competência no uso da leitura e da escrita de pessoas alfabetizadas abriram espaço para o conceito de letramento (STREET, 1984) e as práticas de leitura e escrita, então, são determinadas social e culturalmente, o que nos leva a considerar a cultura e as estruturas de poder no ato de ler.

O estabelecimento de uma memória coletiva em que se inscreveu essa concepção de leitura é condição para disparidades no trabalho pedagógico com materialidades/textos visuais, verbo-visuais e audiovisuais para os quais, em geral, é dispensada maior atenção às características verbais do que às especificidades visuais, não só pela predominância dessa “mentalidade medieval” nas práticas de leitura escolar, mas pelo fato de que

a leitura de uma imagem, seja com o objetivo de descrevê-la, seja com o objetivo de interpretá-la, sob a perspectiva de suas regras de formação, é uma atividade complexa [e, por isso,] não basta afirmar que os efeitos de sentido veiculados em uma imagem resultam de seleção, combinação e manipulação dos elementos visuais considerados básicos [...] Faz-se, então, necessário buscar, sob a perspectiva discursiva [...] o domínio sobre como esses elementos exercem suas funções na materialidade visual e como se constituem em saber necessário ao profissional da educação (TASSO, 2005, p. 138).

Por isso, ao eleger uma concepção de leitura mais ampla, sensível às demandas da sociedade cuja configuração é multimodalizada, o profissional da educação deve amparar-se não só nos conhecimentos relativos à língua que ensina, mas às diferentes linguagens agenciadas na produção de materiais de leitura que compõem o arquivo de textos que circulam no tempo presente.

Por uma (não tão nova) concepção de leitura

No cotidiano, nota-se que boa parte dos textos que circulam socialmente são compostos por diferentes linguagens, por articulações que extrapolam a exclusividade do verbal. Tendo em vista que à escola cabe atender as demandas sociais que se apresentam como componentes do conhecimento científico configurado pela grade curricular, é de sua competência formar leitores capazes de proceder à leitura dos diferentes textos que são produzidos através da articulação das várias linguagens disponíveis aos sujeitos.

Não raro, o ensino de Língua Portuguesa tem se desenvolvido sob uma prática pedagógica na qual a leitura privilegia textos essencialmente verbais. Tal postura, reflexo de um paradigma vigente, atribui um valor menor à prática da leitura imagética e promove uma apatia à proposição de atividades de leitura e escrita. O problema trazido à tona pelo exposto até aqui é que a prática de leitura escolar se estabelece de modos diferentes para o objeto que lhe é posto como texto a ser lido, de modo que encontrar a legibilidade dos materiais que circulam socialmente depende não só do conhecimento do código escrito, mas da relação que esses textos estabelecem com as condições que permitem sua irrupção, circulação e recepção.

Em razão disso, para o profissional de Letras em formação, não basta ter o domínio do código escrito, bem como das regras de seu funcionamento e do modo como as estruturas significam. Sua formação deve atender à demanda da sociedade contemporânea que, em um

crecendo, tende a se apropriar da hibridização de linguagens para a composição de um número maior, mais atrativo e consumível de material de leitura. Tanto é, que documentos norteadores da educação básica no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tratarão dessa necessidade de se atentar/trabalhar com prática multiletradas.

Pela abrangência de sua constituição, a leitura não pode ser vista como um processo de recuperação de sentidos deixados por um autor. Ao assumirmos os Estudos Discursivos Foucaultianos como terreno de observação, verificamos que a leitura congrega um momento em que a materialidade da linguagem, ao ser (re)colocada na história sob condições específicas, permite a produção de determinados efeitos de sentidos. Ainda, que nesse emaranhado complexo e opaco, a leitura se constitui em um processo social por meio do qual os sujeitos são constituídos.

Desta feita, a leitura é considerada como um processo discursivo centrado na produção de sentidos e não no resgate destes. O texto, enquanto produção verbal, visual ou híbrida caracteriza-se como “o produto do processo discursivo, uma forma convencional consensualmente reconhecida de comunicação social” (CORACINI, 1995, p. 17) por meio do qual o sujeito-leitor, ao interagir com as condições que permitiram a construção desse texto, pratica a escuta dos sentidos possíveis, dada sua constituição como sujeito na história (CORACINI, 1995).

Diante disso, um questionamento relevante é: como proporcionar ao profissional da educação, especificamente o de Letras, uma formação que dê conta da imagem enquanto objeto de leitura e, portanto, de ensino?

Os desafios do profissional da educação na contemporaneidade

Em sua tese de doutoramento, Tasso (2003) verificou que, em boa parte dos livros didáticos utilizados no norte do Paraná, a proposta de leitura iconográfica não dava conta das especificidades que os gêneros visuais requerem, já que os encaminhamentos pedagógicos voltavam-se a verificação do caráter formal ou estético das imagens, mas deixavam a desejar no que se referia à leitura em nível discursivo dessas materialidades. Isso se deve, nas palavras da pesquisadora, porque “muito pouco se tem disponibilizado ao professor, durante e após sua formação acadêmica, de dispositivos teóricos e pedagógicos que subsidiem atividades de leitura de textos visuais ou verbo-visuais” (TASSO, 2005, p. 132).

Portanto, importa buscar aprender a fazer e a ensinar a compreender o funcionamento discursivo dos diferentes tipos de texto que, ao fundir diferentes linguagens, criam materialidades constituídas por dois planos: o da visibilidade (instância representacional, estético e formal) e o da invisibilidade (instância simbólica e discursiva) (TASSO, 2010).

A leitura deixa de ser pensada em uma perspectiva unívoca, para ser estudada em um entrecruzamento de disciplinas que, além da Linguística e da Pedagogia, encontram diálogo pertinente e profícuo com os Estudos Discursivos Foucaultianos, a História, a Arte, os Estudos Culturais, a Semiótica peirceana e a Comunicação, por meio das quais a construção de dispositivos de leitura torna-se uma tarefa mais eficaz (TASSO, 2000; 2003; 2005; 2010).

Na contemporaneidade, a construção do Currículo das Licenciaturas precisa levar em consideração essa virada visual tecnológica, para pensar a formação de um profissional que esteja consciente do caráter desse momento histórico que requer para si uma especialização dos modos de produção de sentidos. Sendo assim, na escola, o aluno deve ser levado a aprender a ler essas materialidades, pois, desse modo, conseguirá “desenvolver mecanismos [...] que podem auxiliá-lo a desempenhar, com maior segurança, processos criativos e organizacionais em suas experiências de construção do conhecimento [...]” (TASSO, 2000, p. 84). O que vai na direção tanto das delimitações de campo do saber linguístico (aqui entendido sob um viés amplo), na mesma medida em que é possível observar diferentes elementos de ordem institucional, científica, discursiva e ética que apontam para processos de subjetivação do/a professor/a de línguas.

Intersecções do contemporâneo pelo dispositivo da formação inicial e continuada

Filiados às teorizações foucaultianas, entendemos que a prática de leitura escolar, quando alocada enquanto pauta de políticas educacionais que escalonam, ranqueiam os sujeitos na “quantidade” e “adequação” de suas leituras nos permitem ver o gerenciamento da vida no modo como os sujeitos se inscrevem nos modos e moldes de leitura do arquivo. Assim sendo, não se pode eximir da discussão a observação de uma maquinaria de condução social a partir da qual as instâncias de poder (escola, Estado, capital) na tentativa de gerenciamento das formas de leitura, desenvolvem estratégias, leis, indicações de conduta que, espera-se, sejam positivadas tanto no modo como se ensina a ler, quanto no modo como se espera que os alunos leiam. Tal organização, cremos, aponta para o funcionamento de um dispositivo de subjetividade a que chamaremos dispositivo da formação inicial e continuada.

Conforme nos explica Foucault (2017), o dispositivo se ilustra pela imagem de uma maquinaria capaz de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos e condutas, discursos e opiniões dos seres viventes, isto é, capaz de funcionar como uma máquina

de subjetivação. Nesse caso, o modelo analítico que se aplica ao estudo de um dispositivo (tal como ele fizera com o dispositivo da sexualidade), focaliza sua formação e seu desenvolvimento estratégico na disseminação de práticas baseadas em relações de sabe-poder que, provenientes e estabelecidas em diferentes lugares, espaços e sujeitos, determinam condutas modelares aos sujeitos na ordem do social, isto é, na unicidade heterogênea que é a população.

Sendo o dispositivo essa maquinaria capaz de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos e condutas, discursos e opiniões dos seres viventes, isto é, sendo capaz de funcionar como uma máquina de subjetivação, uma maquinaria de governo, entendemos que, em seu funcionamento, o dispositivo da formação inicial e continuada abarca saberes, práticas, leis, relações e instituições que instauram o verdadeiro da época sobre e a partir da qual as práticas pedagógicas de leitura se constituem no âmbito da escola, mais precisamente, na linha tênue que distingue a formação do professor de língua materna e a consolidação de sua atuação enquanto docente no interior da sala de aula de língua(gens).

Portanto, ao demarcar a relação entre o discursivo (leitura proficiente/ saber ler/ saber ensinar a ler) e o não discursivo (ser cidadão, estar na escola, valorização/ranqueamento da escola/ práticas inovadoras/instituições de formação), tal dispositivo enquadra a pesquisa dos professores que focalizam a leitura enquanto a habilidade em refinamento no tratamento de seus objetos em seu interior que, não sem razão, constituem o conjunto de materiais a serem lidos não só pelo pesquisador, mas pelo leitor “hodierno”, comum, que senta nos bancos escolares.

Em outras palavras, e assim efetuamos um efeito de fecho, ao notarmos a confluência heterogênea de estâncias que recobrem não só os conhecimentos esperados para o desenvolvimento da prática de leitura escolar, mas as condutas, leis e instituições que conduzem a constituição de tal prática, antevermos o lugar de nosso grupo de pesquisa no interior de um aparato moderno de produção de subjetividades a partir da qual, incontornavelmente, sujeitos em suas buscas por compreender discursivamente o contemporâneo, na mesma medida em que se qualificam para o jogo não discursivo de assunção a espaços mais qualificados no mercado de trabalho, se constituem como peças-chave na constituição de práticas dissonantes no que se espera do dispositivo de formação inicial e continuada: ensinar a ler, mas sempre reiterando, como o fazemos, que a leitura sempre poderia ser outra.

Nesta nossa intervenção, ao focalizar a relação entre teoria, pesquisadores e objeto de estudos, entendemos que nos arriscamos a

esboçar a arqueologia de uma paixão, na qual um regime do olhar o discurso em suas mais diversas instâncias de materialização têm se constituído como o liame algo que se tornou mais que nosso objeto de estudos, mas a própria mola que impulsiona a sempre buscar as invisibilidades dos regimes do dizer e do ver na sociedade contemporânea que emergem em nossas investigações, enquanto analistas do discurso e que se espriam por nossas práticas enquanto sujeitos do chão da escola.

Referências

CAMPOS, Jefferson. Práticas discursivas midiático-digitais e gestão da vida em rede: notas para o exercício (d)e leitura do arquivo. In: SILVA, Francisco Vieira da; DOMINGOS, J.J.; PEREIRA, Tânia Maria Augusto. (Org.). **Foucault e mídia: entre pirotecnias e reflexões**. 1. ed. Paraíba: Marca de Fantasia, 2017, p. 118-142. (Série Veredas: 37).

COELHO, Teixeira. Leitura. In: COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. (Coleção Cultura e imaginário).

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Leitura: decodificação, processo discursivo...? In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**. Campinas: Pontes 1995, p. 13-20. (Coleção Linguagem-ensino).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. (Coleção Campo Teórico).

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017. (Coleção biblioteca de filosofia).

GONÇALVES, Raquel Fregadolli Cerqueira Reis. **O governo do diverso: o letramento escolar em contexto multilíngue no vestibular para os povos indígenas no Paraná**. 2018. 213f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/rfcrgoncalves_do.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

INHOTI, Aline Almeida. **A identidade do sujeito analfabeto em contradição na mídia**. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/aainhoti.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

JUNG, Neiva Maria. Letramento: uma concepção de leitura e escrita como prática social. In: CORREA, Djane Antonucci; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007, p. 55-70.

NOVO, Rita. Michel Foucault y la modernidad. In.: NOVO, Rita (Comp.). **Michel Foucault: la insumisión reflexiva**. 1. ed. Mar del Plata: EUDEM, 2014, p.

STREET, B.V. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TASSO, Ismara. Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e o inventário do real. **Revista Científica Ciência em Curso**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. p. 113-124, dez. 2014. ISSN 2317-0077. Disponível em: http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/ciencia_curso/article/view/1556/1178. Acesso em: 20 out. 2019.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. **As múltiplas faces da iconografia na prática de leitura escolar**. UNESP/Araraquara, Tese de doutorado, 2003.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. Linguagem não-verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: SANTOS, A. R. dos; RITTER, L. B. (orgs.). **Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa: formação de professores EAD**. n. 18, Maringá: EDUEM, 2005, p. 131-173.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza; CAMPOS, Jefferson. Portinari para todos: cartografia da imagem e(m) discurso digital. In: TASSO, Ismara; CAMPOS, Jefferson. (Orgs.). **Imagem e(m) discurso: a formação das modalidades enunciativas**. 1ed.Campinas: Pontes, 2015, p. 141-167.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. **Relatório final do projeto institucional “Práticas identitárias: discurso, sentido e mídia”**. Maringá/Curitiba: UEM/Fundação Araucária, 2010.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. Um paradigma imagético para a produção textual. **Máthesis**. Jandaia do Sul, v. 1, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2000.

“TODA VIDA EU FUI FANATIZADO PELA NATUREZA”: HISTÓRIAS E DISPARATES DE UM GUARDIÃO DE SEMENTES DO OESTE POTIGUAR

Kyara Maria de Almeida Vieira
Ana Cláudia de Andrade Costa

O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. (FOUCAULT, 2001, p. 414)

O que nos impele para uma pesquisa? O que nos agarra pelos ombros e sacode nossa curiosidade para a produção de nossas investigações e investidas acadêmicas? Sempre responde a uma ordem casual ou a uma racionalidade iluminista? Responde ao tempo cronológico ou a alguma etapa evolucionista da trajetória profissional? Pensamos que a pesquisa nasce “[...] precisamente da insatisfação com o já-sabido” (CORAZZA, 2002, p. 06). E embora possa parecer estranho, nasce do encontro com os afetos, com os sentimentos. Ou poderíamos ainda afirmar que é um Estado de Paixão, naquilo que é definido por Foucault (1982, p. 4): “[...] há momentos fortes e momentos fracos, momentos em que isso é levado à incandescência, em que isso flutua, é uma espécie de instante instável que se prolonga por razões obscuras, talvez por inércia.”

Este escrito resulta do encontro de múltiplas forças e sonhos; de um estado de paixão em toda sua imprevisibilidade. Ele é parte de um escopo mais amplo que compõe uma pesquisa iniciada noutro tempo¹, e que tem produzido ressonâncias desde então.

Passados alguns meses do início da pesquisa, lançarmos um olhar de re(verso) sobre nossas trajetórias até aqui, nos possibilita ressignificar não apenas as histórias que pudemos construir a partir da relação com as pessoas que estiveram nesse caminhar. Possibilita também um repensar sobre nós, como nos tornamos o que estamos sendo.

E se a pesquisa nasce de um incômodo, se é transpassada pelos sentimentos, o mais difícil não é seguir a métrica dos parâmetros

¹ Essa pesquisa teve início após aprovação do Projeto em edital para bolsas do PIBIC-CNPq, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo. O objetivo principal é pesquisar sobre as histórias e memórias de comunidades rurais do Oeste Potiguar. (VIEIRA, 2016).

metodológicos ou da habilidade teórica necessária para ofertá-la aos pares em forma de texto. O mais difícil, como sugeriu Foucault (2004b), é sair-se do que se é, abandonar o que somos e romper com os jogos de verdade dos quais fazemos parte, para criar outros possíveis de ser, construir narrativas que digam de si e do outro de outras maneiras.

Nas comunidades rurais dos Projetos de Assentamento São Manoel e Tabuleiro Grande (Apodi-RN), Nova Vida (Upanema-RN), Nova Esperança (Mossoró-RN) e Maurício de Oliveira em (Açu-RN)², podemos construir teias a partir das histórias de vida dos/das nossos/as colaboradores/as da pesquisa, anciãs e anciões dessas comunidades. As memórias e a produção de saberes que compartilharam conosco e fazem circular no seu cotidiano, nos permitiu borrar a imagem, muitas vezes cristalizada, dos tropos destinados a definir as ruralidades. Eis o objetivo de nosso texto: discutir algumas possibilidades de viver, entender, e significar as trajetórias dos povos do campo em relação aos espaços em que se posicionam.

A cada entrevista realizada, ao sabor de um café passado na hora, na varanda com o vento quente do semiárido, ouvindo o balanço da cadeira ou dos pássaros, não tínhamos a pretensão de dar voz ao passado ou narrá-lo tal qual aconteceu. Como afirma Cosentino (2013, p. 29):

Para a história oral, a memória é uma forma de evidência histórica e, portanto, deve ser analisada como tal. Considerando a memória como um conceito em que as pessoas constroem um sentido do passado, o qual se relaciona com o presente e na ação de recordar, a reflexão passa a ocupar um lugar fundamental para a ressignificação do passado que se recorda.

Como também não pretendíamos seguir as indicações da História

[...] em sua forma tradicional, [...] que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto (FOUCAULT, 1997, p. 8).

² Catalogamos os assentamentos rurais do semiárido nordestino, no Oeste do Rio Grande do Norte, a partir do site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Observamos que existem no Rio grande do Norte cerca de 230 assentamentos registrados, criados entre os anos de 1975 e 2005. Estabelecemos uma ordem cronológica para nosso estudo considerando os assentamentos com o mínimo de 10 anos de existência. Dentre esses, escolhemos 5 assentamentos, e nestes realizamos as entrevistas com as pessoas que chamamos de “guardiões/ãs de memórias”, por serem anciãos/ãs das comunidades rurais do Oeste Potiguar e estarem nos mesmos desde o surgimento até os dias atuais.

Entendemos que as histórias que nos eram narradas e as que contamos a partir destas, não respondem às exigências de uma origem, ou derivam de uma sucessão linear de acontecimentos no tempo. Também entendemos que nossa pesquisa, quando operacionalizada dentro das nossas escritas, não se resume ao ato de juntar os restolhos do tempo e coloca-los numa sequência compreensível de acontecimentos em dados espaços que serão narrados. Como nos inspira Foucault (1994, p. 449):

[...] A história tem por função mostrar aquilo que é nem sempre foi, isto é, que é sempre na confluência de encontros, acasos, ao longo de uma história frágil, precária, que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes. Aquilo que a razão experimenta como sendo sua necessidade, ou aquilo que antes as diferentes formas de racionalidade dão como sendo necessária, podem ser historicizadas e mostradas as redes de contingências que as fizeram emergir.

E para esse texto que vos apresentamos, as redes de contingências que ampararam nossas escolhas se direcionaram para as histórias de um dos nossos colaboradores: Seu Antônio Rodrigues do Rosário, mais conhecido como Seu Golinha.

Ao tomar como recorte espacial as comunidades rurais, precisamos alertar que, apesar das inúmeras camadas discursivas que insistem em descrever o rural e os espaços campesinos enquanto caricatura do atraso e da paisagem burlesca, consideramos que

Ao focar as manifestações do meio rural se busca considerar a extensão e as múltiplas facetas deste objeto, tendo em vista sua configuração atual que correlaciona bens culturais, dinâmicas mercantis, suportes e linguagens tecnológicas. Nestes termos, não se pode mais encarar o rural como bolsões marginalizados, situados nas franjas do panorama da modernidade urbana, nas quais o imaginário intelectual pensava encontrar o residual da origem da nação (OLIVEIRA; VIEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 132).

Certamente reconhecemos que a noção de espaço serve para estabelecer relações, classificações, colocar ordem no mundo palpável, e, portanto, produz separações, demarcações. Até os anos 1960, as pesquisas sobre o espaço rural nem sempre destacaram suas transformações ou inovações. Entretanto, enquanto um conceito, a noção de espaço não está nem é imune aos efeitos da linguagem, do tempo e das apropriações semânticas ao longo da história no que tange a experiência ocidental (KOSELLECK, 1992).

Não é possível desconhecer este entrecruzamento do tempo com o espaço; por isso marcamos nossas escolhas ao pensar as experiências nos

espaços rurais de nossa pesquisa. Hoje a nossa forma de perceber e se relacionar com os espaços não é só a partir do domínio e da posse, ou da extensão que precisa ser abarcada. O espaço passou a ser histórico em si mesmo; percebido em sua mobilidade, em sua fluidez, ele passou a ser definido a partir das relações que se estabelecem entre sujeitos e objetos. Relações estas que também são móveis, contingentes e não fixas; que se constroem a partir da vizinhança, da convivência, da aproximação, da tensão, das disputas, dos conflitos (FOUCAULT, 2001).

As narrativas de Seu Golinha, nosso colaborador, poeta nordestino que nasceu no ano de 1956, evidenciam várias possibilidades de relações entre o sujeito, o tempo, o espaço, os objetos. Declarando-se como um apaixonado pela natureza, Seu Golinha é um dos primeiros moradores do Assentamento Tabuleiro Grande (Apodi-RN):

Em 2000 eu entrei aqui no Tabuleiro, quando surgiu esse assentamento, Sidineis que na época era o dono disso aqui, ele vendeu para o INCRA, e na época nós tinha medo de entrar na terra e botar nós pra fora, aí veio uma equipe de pessoas que chegaram aqui, e ocuparam o terreno. Um grupo do MST. Eles disseram: Rapaz se vocês não ocuparem, nós vamos ocupar. E ocuparam, 70 família, na mesma noite. Foi uma noite de muita chuva. Aí quando foi no outro dia, uma parte foi embora, um grupo de 10 pessoas. Aí cada vez mais as pessoas foram saindo e nós começamos a entrar. E cada vez mais as pessoas do Góis começaram a entrar. (Seu Golinha, 2017).³

A desapropriação do Tabuleiro Grande ocorreu sem disputas ou enfrentamentos entre moradores e o proprietário. Ainda assim, a ocupação do espaço não se deu de forma linear ou na ausência de tensões. O medo de serem expulsos da terra após nela entrar; o medo de que outros grupos passassem a ocupar o mesmo espaço, misturava-se às chuvas noturnas e ao sonho de ter seu próprio pedaço de terra.

Na nossa época a relação com o espaço se dá a partir das relações de posicionamento. Embora o problema do lugar ou posicionamento em termos de demografia seja muito importante em nosso tempo, não se trata apenas de saber se haverá lugar para todas as pessoas. Mas, se trata também do “[...] problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim” (FOUCAULT, 2001, p. 413).

Então, as outras pessoas que ocuparam a terra começaram a ir embora, e cada vez mais pessoas “do Góis começaram a entrar”. Em 2004,

³ As entrevistas foram transcritas em sua totalidade, respeitando a forma de falar do colaborador B, e serão citadas no texto tal qual foram narradas.

todas as 60 famílias tinham suas casas de alvenaria prontas e haviam recebido os benefícios vindos do INCRA para começar a lidar com a terra em prol de sua sobrevivência. Atualmente a comunidade tem cerca de 70 famílias, incluindo pessoas agregadas⁴. Para que se configurasse como um assentamento, a comunidade contou com o apoio de algumas entidades como a COOPERVIDA⁵, MST⁶, CPT⁷, através das quais recebeu formação técnica sobre o manejo da caatinga e a convivência com o semiárido, e parcerias na parte burocrática dos programas e projetos para beneficiar o assentamento.

O Sítio Góes é uma comunidade rural vizinha muito próxima ao Assentamento Tabuleiro Grande. Foi no Sítio do Góes onde Seu Golinha nasceu e viveu boa parte de sua vida com seus familiares. Foi lá, na convivência com seu pai, mãe e irmãos/os, tios/as, amizades, que seus posicionamentos em relação a esse espaço foram construídos ao longo do tempo. Todavia, pensar o espaço como posição é pensar nas múltiplas e distintas vozes, nos variados saberes que enunciam espaços diversos. Manter sua casa de herança no Sítio do Góes e ter sua casa no Assentamento Tabuleiro Grande evidencia o espaço como um arranjo, assunção de uma pose que visa um fim determinado e transitório.

Nas enunciações sobre o Góes e o Tabuleiro Grande, Seu Golinha reconhece a importância vital de ter sua própria terra para plantar, sua casa; afirma gostar de onde mora, da tranquilidade, dos vizinhos. Porém,

⁴ O termo agregado/a que quer dizer, aquele/a que tem vínculo com alguém assentado/a e constrói uma casa nas terras de um assentamento. Na época da pesquisa, segundo Seu Golinha, havia 12 pessoas agregadas.

⁵ A COOPERVIDA - Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural é uma associação que desenvolve suas ações voltadas para o desenvolvimento rural, numa perspectiva agroecológica pautada na equidade de gênero e geração. Disponível em: <http://www.coopervidarn.org.br/missao.php> Acesso em: 03 out. 2019.

⁶ O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 03 out. 2019.

⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/> Acesso em: 03 out. 2019.

diferente de outros/as colaboradores/as da nossa pesquisa, as suas subjetividades, em forma de versos e rima, demarcam outras margens para si e para o lugar, a partir do sonho de voltar:

Amigo preste atenção, a história que eu vou falar/ Sítio do Góis, lá onde eu deixei meu lar/ e muitos amigos bons, pra onde eu pretendo voltar/ Sítio do Góis continua um lugar abençoado/ aonde escapou muita gente e muitos rebanhos de gado, segundo os mais vei, me passaram esse resultado. (GOLINHA, 2017).

Com a sua poesia, lançando mão da narrativa originária, o Sítio do Góis é rerepresentado como o lugar do repouso abençoado, da superação dos desafios e da ‘perfeição’ da vida da qual ele tem saudade. A noção de origem é como um fantasma que nos ronda desejando a linearidade ordenada dos dias; busca-la é querer reencontrar o antes de tudo: o antes da dor, o antes da queda, o antes da decepção, o antes do corpo, o antes dos incômodos, o antes da saudade, o antes do mundo. Ou como afirma Foucault (1998, pp. 17-18):

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira.

E essa identidade primeira estaria, para Seu Golinha, não no Tabuleiro Grande, mas no Sítio do Góis, porque lá as várias gerações de sua família fizeram morada, o ensinaram como, quando e onde tudo começou. A partir das relações que construiu ao longo da vida foi possível ter acesso a determinadas espacializações do Sítio do Góis, os posicionamentos e a pragmática que faz conviver vários regimes de prática ao longo do tempo, as quais possibilitaram a constituição desse espaço com as semânticas que o circunscrevem.

Então, falar sobre o Góis não é só pensá-lo como recorte espacial que “O primeiro morador foi Zé de Gois, papai depois veio” (GOLINHA, 2017). O cuidado de Seu Golinha com “o lugar do seu coração”, como ele assim o define, associa-se a um pensamento idílico sobre aquele pedaço de chão. Na concepção do mesmo, Sítio do Góis ainda era para estar do mesmo jeito:

Uma vez me convocaram para uma reunião no Gois, já fazia uns quatro anos que eu não andava numa certa região, e a reunião demorou e eu fui andar, e me deparei com aquela situação. As caraibeiras, tudo demolidas, as oiticicas,

as cacimbas enterradas. Aí eu disse: Meu Deus, como é que pode uma coisa dessas? A minha vivência toda foi aqui, e agora tá se acabando [...] (GOLINHA, 2017).

A visão de Seu Golinha nos convida a pensar em um lugar intocável, tornando-se idealizado. Porém, não é possível que um lugar permaneça o mesmo pois nele há disputas de territórios, e é através dessas disputas que surgem novas identidades e essas identidades nos apresentam novos posicionamentos, que se constituem a partir das relações sociais, relações estas que, muitas vezes, implicam na violação da nossa percepção sobre alguns espaços outrora naturalizados e sacralizados (GUIMARÃES NETO, 2005).

Nessas disputas pode surgir a possibilidade de agenciar outros signos e experiências, estes que são acionados para retomar a demarcação das fronteiras e assim tornar-se outra vez acontecimento. Eis que se apresenta Seu Golinha, “O Guardião de sementes”:

Olhe, toda vida eu fui fanatizado pela natureza [...]. E com idade de 11 anos, papai trabalhando, com distância de umas duas léguas [...]. Aí, eu chorava pra ir mais papai trabalhar. “Papai, me leve”. E ele dizia: “Levo não, você ainda é muito pequeno pra trabalhar.” Só sei que depois de muito choro, ele me levou. Padrim Maneco tinha um jumento e eu fui nele; passei uma semana nos mato, trabalhando mais papai. Deixei de estudar pra trabalhar. Eu sempre muito curioso, perguntava, papai que planta é essa? E ele tinha muito conhecimento sempre me dizia, e eu gravando. E papai vinha plantando algumas sementes já, milho, feijão, as crioulas, né? A semente da paixão. A semente do Rio Grande do Norte foi batizada, é a Semente de tradição. As pessoas ficam se perguntando por que? Mas, é aquela que já vem de muito tempo. (GOLINHA, 2017).

Seu Golinha constrói o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si. Estica o novelo da linha do tempo de seus 11 anos de idade para demarcar qual posição tem nesse espaço: não é do agora, nem é ocasional ou imprevisível. A presença e ensinamentos do pai, o seu precoce amor pela natureza, são os motivos que justificam seu apego e sua existência destacada nesse espaço. Afinal, ninguém ali tem 472 tipos de sementes crioulas e nativas; ninguém ali tem um banco de sementes de tal envergadura e é convidado para feiras, eventos em várias regiões do país para dar palestras, fazer amostras, dar capacitações.

Seu Golinha desenvolve um trabalho muito importante para o Oeste Potiguar⁸. O manejo da caatinga e as práticas de convivência com o semiárido fazem parte de sua história e de seu cotidiano. Ao mesmo tempo que essa prática o possibilitou experimentar o reconhecimento, a valorização de seu trabalho, conhecer e ocupar outros espaços, também o colocou diante do estranhamento e do preconceito; já que as noções de origem, tradição, costume, embora nos remetam a uma temporalidade contínua, vão se tornando caleidoscópios com suas imagens imprevisíveis e únicas, investidas de discursos que constroem sentidos outros para o que era aparentemente imutável.

O fato de Seu Golinha trabalhar a partir da agroecologia, esta que “[...] tem impulsionado uma nova forma de entender e fazer agricultura, construído outras relações com a natureza e entre as pessoas, buscando o respeito, a solidariedade e a construção coletiva como estratégia de sobrevivência” (SANTOS 2012, p. 20); o fato dele ser guardião das sementes crioulas e nativas, também o coloca diante do poder do capital, do agronegócio, o faz fugir de certos padrões porque ele se coloca contra o modelo hegemônico em que “[...] predomina a maximização do lucro e da produção, não levando em consideração os aspectos sociais das famílias, que se veem obrigadas a abandonar suas terras além de terem de abandonar a capacidade dos agroecossistemas.” (GRAZIANO NETO, 1985).

As suas experiências, praticadas nesse território constituído entre o Sítio do Góes e o Assentamento Tabuleiro Grande, produzem novos espaços onde se misturam o poder, a economia, o sonho, a fantasia, as leis, a resistência, a fuga. As escolhas do poeta cordelista, que não sabe ler nem escrever, não o levou apenas para seu mundo, ou outros mundos além das fronteiras do Sítio do Góes e do Tabuleiro Grande: “[...] Quando eu comecei isso aqui, eu comecei só. Às vezes eu tô nos mato, coletando sementes, e passa um e diz: “Esse homem é doido!” É!” (GOLINHA, 2017). Mas, o que entendemos por loucura? Seria alguém louco por não se enquadrar nos padrões sociais ou nas regras da produtividade agropecuária? Seria louca a pessoa que, mesmo dialogando com a episteme⁹ da sua época, assume posturas contraditórias diante do estabelecido como norma? Seria louca apenas a pessoa diagnosticada sob as ordens do discurso médico? Para Foucault (2004, p.14) “[...] A denúncia da loucura torna-se a forma geral da crítica. Nas farsas e no personagem do Louco, do Simplório, ou do

⁸ A mesorregião do Oeste Potiguar que é uma das quatro regiões do estado do Rio Grande do Norte, sendo o Oeste a segunda mais populosa. Essa região é formada pela união de 62 municípios incorporados em sete microrregiões.

⁹ Sistemas conjunturais que determinam e são determinados pelas possibilidades discursivas.

bobo assume cada vez maior importância. Ele não é mais, marginalmente, a silhueta ridícula e familiar”.

Seria Seu Golinha, um bobo, um louco, um simplório pela sua relação com a natureza? Seria ele um doente por exercer um trabalho que evita causar danos ao meio ambiente e consequentemente para a sociedade, na contramão do “Agro é tudo, o Agro é pop¹⁰”?

Se for louco, Seu Golinha fez da sua loucura uma linguagem que não é somente sua, que foi construída também por seus antepassados, e que encontra ressonâncias no presente. Podemos perceber que Seu Golinha não faz das “verdades ditas pelo mundo” as suas verdades: ele constrói seu próprio conhecimento, suas relações, seus anseios, trabalhos e vontades. Se for loucura, ela perdura por mais 4 gerações na sua família; sua relação com a natureza e o banco de sementes poderiam ser “Uma loucura” que lhe dá orgulho, prazer, e esperança que, a partir do seu trabalho, possa ser possível se (re) construir um meio ambiente sustentável.

Ao invés de desmatar, queimar a flora nativa, é o manejo da caatinga, o reflorestamento partindo das sementes nativas, sem uso veneno em suas plantações; não plantar próximo a campos que utilizam insumos químicos, nem trocar suas sementes com qualquer pessoa, fazem Seu Golinha colocar-se em posicionamentos diversos:

Se a pessoa não tiver certificação, não troco; eu dou um pouquinho a ele, mas não quero a dele. Porque olhe, as pessoas dizem: Home você não tem medo não, de contaminar as suas? Eu digo: hoje eu temo muito porque com 500 metros tem a capacidade de contaminar. Por isso que todos os anos, eu faço por onde fazer esse teste. Eu só luto com essas sementes, até o dia que elas adquirir veneno, porque no dia que tiver, eu paro de plantar (GOLINHA, 2017).

Aquilo que aparece como condição primeira para a modernização do campo, para o desenvolvimento do agronegócio e os milhões que essa prática da agropecuária faz circular, é o que impele Seu Golinha. O selo que exige não é o da mídia, do pop, do moderno, do tech; mas a certificação de que aquelas sementes foram produzidas “[...] minimizando o impacto das atividades agrícolas no ambiente e ampliando os benefícios da agricultura para além do espaço rural” (FINATTO E SALAMONI, 2008, p. 19).

¹⁰ “A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” teve início em junho de 2016. Até o dia 22 de setembro de 2018, foram lançadas 57 peças. A duração de cada peça publicitária é de 50 segundos a 1 minuto. [...] No caso das campanhas de 1 minuto, os 10 segundos a mais são dedicados aos patrocinadores: Seara, marca do Grupo JBS, e Ford.” (SANTOS, 2019). A finalidade dessa campanha é fazer uma apresentação do agronegócio e dos grandes benefícios que este traz para a sociedade,

Na trajetória de uma vida sem muitos afagos, Seu Golinha não se perdeu na amargura e na acidez; é capaz de fazer germinar no coração de quem o conhece uma profunda gratidão pelo seu trabalho, pela força, e pela gentileza com quem cuida de si, do outro e do seu lugar. Ao fazer isso, ele rompe com alguns códigos de masculinidade definidas pela sociedade, no sentido dito por Vieira (2010, p. 2): “[...] pensar sobre a masculinidade é pensar sobre o ‘homem de verdade’, chamado de ‘machão’, caracterizado prescritivamente em seu papel social por ser viril e conquistador, ter sucesso, poder e prestígio social”.

No sertão do Oeste Potiguar em uma comunidade rural, encontramos uma pessoa que nos convida a repensar o que seria um homem “macho”; que não se enquadra em algumas das definições citadas acima, ao contrário, se coloca na posição de cuidador. Um homem educado, amável, um homem que prefere viver só e não mais constituir família:

Tem pessoas que dizem: “Golinha eu vou arrumar alguém pra você.” Eu digo: Num quero não. Vou já dizer porquê. Essa pessoa vem já me perturbar aqui. Olhe, homem no mundo tem muitos, mas donos de casa tem poucos. Mulher no mundo tem muitas, mas dona de casa tem poucas. Aí, às vezes chega uma pessoa que lhe desassossega, quebra cabeça, então eu acho melhor tá só. (GOLINHA, 2017)

Essa afirmação de Seu Golinha coloca em xeque a lógica matrimonial de que todas as pessoas têm que casar, e em especial, que os homens necessitam de uma mulher para cuidar da casa, dos/as filhos/as. Mas, além disso, rompe com a imagem do homem que não cuida da casa enquanto um espaço de existência para além de “colocar comida dentro de casa”. O que prioriza não é o casamento, mas o seu sossego, não ‘quebrar cabeça’ com os padrões culturais associados ao casamento. Como afirma Vieira (2010, p. 2): “[...] Daí que não apenas é possível questionar os pressupostos que delinham e demarcam a efetivação do que significamos como masculinidade”, mas, essas experiências nos possibilitam (re) pensar a imposição social do ser homem, macho enquanto sinônimo de reprodutor ou provedor.

A partir desse posicionamento do nosso colaborador, observamos certa ruptura, que por muitos é condenada, pois a sociedade dita um modelo que temos que seguir, e Seu Golinha não segue, não se molda às regras ditas pela nossa cultura ocidental, judaico cristã e falocêntrica. E como afirmou Foucault (2014, p. 223): “É preciso compreender que a relação consigo é estruturada como uma prática que pode ter seus modelos, suas conformidades, suas variantes, mas também suas criações. A prática de si é um domínio complexo e múltiplo”

Na sua complexidade e multiplicidade, esse homem sensível às coisas da natureza e aos cuidados com o espaço onde vive, tem uma relação íntima com a poesia. Necessário destacar que Seu Golinha está dentro das estatísticas do analfabetismo que historicamente assola nosso país; não frequentou a escola, problema esse decorrente não só na sua realidade, mas, se configura como sendo um problema social (SOUZA, 1999). E outra vez dando contornos outros aos espaços que ocupa, não só apresenta facilidade com a interpretação e a oralidade, como está produzindo um livro contando a história do Sítio do Góes em versos:

Escrever a história do Góis/ Pra mim é de grande importância/ foi uma coisa que eu pensei/ e botei na minha lembrança/ escrever alguma coisa e deixar aqui pras crianças (GOLINHA, 2017).

As narrativas do nosso colaborador possibilitam perceber que as imagens do espaço atuam na memória individual e coletiva das pessoas. Seu Golinha reconhece a importância histórica desse cenário. Mas, embora queira que haja sintonia entre suas relações de posicionamento com esse espaço e as demais pessoas da comunidade, a vontade de “escrever” um livro sobre a história do Sítio do Góes e deixar para as crianças evidencia sua percepção que esse espaço não mais o aquele do qual fala com tanta saudade e entusiasmo. A destruição das casas de oiticica e o fechamento das cacimbas são evidências que o desafiam lidar com o movimento e com a fluidez dos espaços:

[...]. No conjunto das narrativas, destaca-se, portanto, o tempo denso das memórias, composto em várias temporalidades que se estendem e se envolvem umas às outras, e os relatos de percurso que circunscrevem os espaços habitados (GUIMARÃES NETO, 205, p. 3).

Seu Golinha é querido e respeitado na sua comunidade, uma figura ímpar; difícil não olhar para ele e não se remeter ao sertão, a caatinga, ao roçado, a natureza, ao sol forte. O olhar, o sorriso, a voz mansa e agradável de um homem que transpira poesia, força e coragem. Tocar seu mundo é transitar por espaços e tempos incontáveis. Suas experiências não se limitam às definições engessadas; seu cotidiano e seus posicionamentos não podem ser enquadrados numa tela repetitiva e desatualizada. Suas tentativas de retorno às origens e o laço da memória jogado para os tempos primeiro, são indicativos de como as transformações no/ do espaço estão a corroer seu tempo, suas histórias, a si próprio.

Ao fazer sua travessia, convidando para os espaços de sua vida tantas pessoas, a profusão de suas narrativas nos sugere que vale apenas acreditar no porvir; que o semiárido e sua gente ainda têm muitas histórias por

contar. Porque como afirma Foucault (2003, p. 18): “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”.

Referências

- COSENTINO, Milena Callegari. **A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto.** (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura Familiar e Agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, 2 ed., pp. 199-217, DEZ. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a12v20n2.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso. In: **Ditos & escritos IX - Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica.** 7 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004a.
- FOUCAULT, Michel. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: **Ditos & Escritos III - Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel (Entrevista). **Entre o amor e os estados de paixão.** Conversa com Werner Schroeter. 1982. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/estadosdepaixao.pdf> Acesso em: 07 out. 2019.

GRAZIANO, NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia**: crítica da moderna agricultura. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **História, Memória e Práticas de Espaço**. 2005. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1497.pdf> Acesso em: 17 fev. 2017.

KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. In. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p.134-146.

OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida; OLIVEIRA, Gionara Bruna Alves de. O patrimônio cultural no contexto das novas ruralidades do semiárido nordestino. In. **Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 8**. 1 ed. Ponta Grossa-PR: Atena Editora, 2019, pp. 131-142.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade. Fronteiras com a ética e a cultura. In LINS, Daniel (org.) **Cultura e Subjetividade. Saberes Nômades**. Campinas: Papirus. 1997.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. In. **Revista Eptic**, v. 21, n. 1, jan.-abr., 2019.

SANTOS, Michela Katiuscia Calaça Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento**: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

SOUZA, Marcelo Medeiros coelho de. **O analfabetismo no Brasil sob enfoque Demográfico, Cadernos de Pesquisa**, nº 107, p. 168-186 julho/1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a07.pdf> Acesso em: 19 mar. 2018.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **História e Memória**: comunidades rurais do semiárido nordestino e suas práticas culturais. Projeto de Pesquisa – PIBIC – UFERSA, 2016.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. Narrativas de homossexuais: o que é 'ser' macho? Anais do Evento **X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política**, Recife, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270751353_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOKYARAALMEIDA.pdf. Acesso em: 07 fev. 2018.

**ENTRE A *STUTISFERA NAVISE* E A *NAVILOUCA*:
CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA O
EXPERIMENTALISMO POÉTICO BRASILEIRO
NOS ANOS DE 1970**

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

*Tenho fome de me tornar em tudo que não sou tenho fome de fiction
ficciones fictionarios tenho fome das frições de ser contra ser tudo
que não sou ser do encontro a outro ser tenho fome do abraço de me
tornar o outro em tudo que não sou me tornar o outro em tudo me
tornar o outro a outra doutra doutra em tudo em tudo que não sou [...]*

Wally Sailormoon

*Ao final da Idade Média, a lepra desaparece do mundo ocidental. Às
margens da comunidade, às portas das cidades, abrem-se como que
grandes praias que esse mal deixou de assombrar, mas que também
deixou estéréis e inabitáveis durante longo tempo. Durante séculos, essas
extensões pertencerão ao desumano. Do século XIV ao XVII, vão
esperar e solicitar, através de estranhas encantações, uma nova
encarnação do mal, um outro esgar do medo, mágicas renovadas de
purificação e exclusão. Michel Foucault*

**Introdução – Uma história da loucura ou a nau da linguagem em
desrazão**

O período que se encontra entre o início da década de 1960 e o final da década de 1970 contempla, quando tratamos das condições históricas de existência do Ocidente, uma série de demarcações que vão desde os acontecimentos políticos, passando por releituras do pensamento filosófico e, articulado a todas essas facetas, novas configurações estéticas. Na observação possível que se tem desse tempo, tanto na esteira de perceber tais movimentações como parte das novidades do chamado “breve século XX” (HOBBSAWM, 1995) ou mesmo da ideia de compressão de tempo e espaço que demarca o surgimento de meta-narrativas de fragmentação, tais como a de pós-modernidade (HARVEY, 1992; CASTELO BRANCO, 2005), é possível compreender que haveria, entre todas as dimensões elencadas, estreitas conexões, na medida em que todo pensamento forjado conforma, também, experiências políticas e sociais, além de demarcar o desejo de vanguarda. Pensar o próprio tempo, parafraseando de forma

profundamente livre Daniel Soares Lins, é sempre pensá-lo de uma outra maneira (LINS, 2013).

No âmbito europeu, é esse o período em que diversas frentes intelectuais começam a propor novas leituras de mundo em oposição aos modelos estruturalistas que, via de regra, conformavam o pensamento acadêmico da época. Emblemático exemplo dessas novas propostas de observação, em 1961, é publicado o livro *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*, primeiro texto do filósofo francês Michel Foucault a ganhar repercussão fora do âmbito universitário. Conhecido por seu deslocamento no sentido de personagens pouco usuais dos estudos de filosofia, e mesmo de outros campos do saber – loucos, homicidas, homossexuais, pacientes clínicos –, Foucault investiu, conforme aponta Rafael Haddock-Lobo, a maior parte de sua produção aos estudos sobre o *outra* (HADDOCK-LOBO, 2008).

Sua obra, dividida tradicionalmente em períodos estanques, tais como a *arqueologia*, dedicada a uma escavação das formas como os saberes foram elaborados; a *genealogia*, estudo dos instrumentos de poder e de disciplinação dos corpos; e a *ética*, voltada para a análise das maneiras de resistência aos processos disciplinares, pode também ser vista através de outro olhar, considerando a dificuldade de sistematização de sua obra em categorias estanques, em divisão proposta por Miguel Morey e acolhida por Alfredo Veiga-Neto: o *ser-saber*, estudo de como nos tornamos aquilo que somos como sujeitos do conhecimento; o *ser-poder*, maneiras de configuração do sujeito através da ação; e o *ser-consigo*, conformação não dos regimes de disciplina, mas da própria constituição moral, imperando a indagação sobre quem o próprio sujeito é (VEIGA-NETO, 2003, p. 41).

Parte das reflexões consideradas por parcela dos estudiosos da obra do filósofo como *fase arqueológica*, ou, como também aqui é proposto, etapa de reflexão sobre o *ser* e o *saber*, *Folie et déraison* é republicado em 1972 pela editora Gallimard apenas como *Histoire de la folie à l'âge classique*, ganhando, essa versão mais recente, edições em diversos países do mundo, tais como o Brasil. Em sua *História da loucura*, tomada, neste texto, a partir de agora, com seu título traduzido, Foucault dedica seu estudo não necessariamente a uma história dos loucos, mas sim ao saber sobre a loucura e aos regimes de sujeição que, discursiva e não-discursivamente, incidiram sobre os personagens que ganham essa denominação em meados do século XIX, como parte do emergente discurso médico-científico. Em seu estudo, “seu objetivo é estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental” (MACHADO, 2006, p. 52), processo para o qual propõe uma própria historicização do conceito.

Nessa tentativa de historicização dos processos que conformaram diversos sujeitos como “impuros”, cuja necessidade era apartá-los da sociedade, Foucault dedica o primeiro capítulo do livro aos discursos produzidos a respeito de diferentes males que assolaram o mundo ocidental desde meados da Idade Média: primeiro a lepra, mal físico degenerativo e contagioso, que, com aval do Estado e da Igreja Católica, levava à exclusão de seus portadores do convívio social. Seguido a ela, as doenças venéreas, males que chegavam a causar repugnância aos próprios leprosos. E, por fim, a loucura, que, ao lado das doenças venéreas passavam a ocupar, para além da própria degeneração física, espaço moral de exclusão (FOUCAULT, 1978, p. 12). Após período de lactância, de buscas novas de compreensão sobre o fenômeno, o autor indica ser a Renascença, ou Idade Clássica, o período no qual os processos de divisão, exclusão e purificação configurassem um objeto, de valor simbólico, que aparece na paisagem imaginária do período: a Nau dos Insensatos (*Stutisfera Navis*), “estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos” (FOUCAULT, 1978, p. 13). Ainda que a ideia das antigas naus remetesse à figura onírica dos navegantes heroicos, essa instituição imaginária ganharia forma justamente como parte dos processos de invenção de um outro regime de verdade que incidia sobre sujeitos cuja instrumentação psíquica escapava aos modelos vigentes. Ao mesmo tempo objeto do medo da população sujeitada à norma e de fascínio por parte dessa mesma população, os loucos, aqui descritos em sua nau, passam a ocupar dimensão muito particular dentre os modos de existência do período, visto que:

[...] de todas as naves romanescas ou satíricas, a *Narrenschiff* é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, que não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos. [...] Frequentemente as cidades da Europa viam essas naus de loucos atracar em seus portos (FOUCAULT, 1978, p. 13-14).

Se “os loucos tinham [...] uma existência facilmente errante”, se eram escorraçados dos muros das cidades, corriam pelos campos distantes, pareciam estar para fora dos modelos estabelecidos, é visível, igualmente, que a loucura permaneceria uma questão de ordem quando compreendemos as novas configurações de mundo quando o livro é publicado e republicado. Trata-se, portanto, de um momento histórico cujas condições de existência possibilitam, também, outros modos de ser e estar em sociedade, devido acontecimentos da ordem das coisas cotidianas

– popularização de aparelhos de TV nas casas, emergência da pílula anticoncepcional e da minissaia feminina, ostentação de longos cabelos por homens de algumas parcelas da classe média, primeiros indícios de movimentações homossexuais –, bem como da filosofia do *drop out*, o “cair fora” romantizado por diversos estratos da juventude do período, todos eles capazes de deformar os padrões de normalidade no Ocidente (CASTELO BRANCO, 2005).

De modo correlato, se em todas as fases do pensamento foucaultiano impera a pergunta central que configura a obra do pensador – afinal, como chegamos a ser aquilo que somos? –, essa pergunta é pertinente não apenas ao argumento filosófico de meados dos anos 1960 e 1970, mas também a outras modalidades de reflexão da mesma época. Conforme também sabemos, o período em questão demarca experiências históricas que visavam novas estéticas, o que, em países como o Brasil, ganha forma através de produções as mais diversas. Para efeito desse texto, e considerando a impossibilidade de retratar todas, o material escolhido para a análise são as chamadas revistas de invenção. Eram, nas condições de possibilidade da época, produções de cunho experimental, elaboradas, desde meados do século XX, como inspiração das vanguardas europeias.

A exemplo do mesário modernista *Klaxon*, editado em São Paulo entre 1922 e 1923, seguida da *Revista de Antropofagia*, cujas duas edições – “dentições”, na expressão utilizada pelo periódico – seriam publicadas entre 1928 e 1929, a proposta de uma estética escrita de vanguarda teria como seus principais propulsores na segunda metade do século XX através dos periódicos *Noigrandes* (1952-1962) e *Invenção* (1962-1967). Ambas produzidas no interior dos mesmos suportes e organizadas pelo mesmo grupo – notadamente os concretistas Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari –, contando a segunda com a participação de poetas tais como Paulo Leminski, Mário Faustino e José Paulo Paes, elas faziam parte de um argumento estético que buscava inventar, no Brasil, um modo de pensamento que escapasse aos modelos padronizados de escrita e, na contramão, caminhava em busca de um pouco de possível (KHOURI, 2006).

Há, citando livremente Gilles Deleuze e Félix Guattari, a necessidade de um pouco de possível para que não sufoquemos (DELEUZE & GUATTARI, 2015). Ainda que isso dê a entender um não disfarçado romantismo quanto às propostas de invenção conformadas nos anos 1960 e 1970, cabe observar que é no interior dessas formas de pensamento, das quais fazem parte tanto a produção filosófica de Michel Foucault acima citada como os periódicos de invenção igualmente apontados, que observamos o despontar de importantes dispositivos linguísticos que formatavam o pensamento no Ocidente.

É, pois, diante da emergência de uma nova guerrilha semântica, necessário destacar quais as relações possíveis entre as vanguardas estéticas brasileiras e as propostas filosóficas de Michel Foucault na década de 1970. Exemplo proeminente dessa discussão, encontra-se a revista de invenção *Navilouca*, pensada pelo poeta e letrista Torquato Neto e pelo poeta Waly Sailormoon (posteriormente chamado “Salomão”), e publicada em 1974, dois anos após o falecimento precoce do primeiro, vítima do suicídio. Caberá ao texto, nesse sentido, observar as conexões entre a arqueologia do saber empreendida por Foucault em sua *História da loucura*, e as vanguardas ensinadas pelo grupo encabeçado pelos dois poetas.

O almanaque dos *aqualoucos*: por dentro da *Navilouca*

Eu sinto, quando estou falando com alguém, nitidamente a sensação de não controlar a espontânea linguagem de loucura e sofrimento que torna como que desconcertantemente ridícula (já que a cobre e nega) a comunicação esboço-vomitada.

Texto de Rogério Duarte psicografado por Rogério Duarte

Em 1972, o poeta e letrista piauiense Torquato Neto voltava a Teresina, sua cidade-natal, para uma internação voluntária no Sanatório Meduna. Torquato saíra da capital piauiense ainda adolescente, enviado pela família para estudar na trepidante capital baiana, onde, no Colégio Marista, havia conhecido Gilberto Gil e integrara o chamado “grupo baiano”, que imigraria para o Rio de Janeiro e encabeçaria um conjunto de iniciativas culturais cuja culminâncias seriam tanto o disco-manifesto *Tropicália ou Panis et Circensis*. O experimento musical era lançado em 1968, sendo parte de uma série de outras atividades culturais, dentre as quais se destacam as colunas culturais *Música Popular*, mantida no *Jornal dos Sports* em 1967, *Plug*, no jornal *Correio da Manhã* em 1971, e *Geléia Geral*, publicada no jornal *Última Hora*, em 1972, todas elas assinadas por Torquato Neto. Em meio a esse conjunto de participações no meio artístico brasileiro, o poeta passaria uma temporada, no alvorecer da década de 1970, entre Londres e Paris, onde conheceria o cinema de Jean-Luc Godard, a partir do qual estabeleceria opiniões sobre a estética do super-8 em oposição ao modelo do chamado Cinema Novo que se desenvolvia no Brasil de então. Na prática, havia participado dos filmes *Nosferatu no Brasil*, de Ivan Cardoso, e *Dirve e Helô* (para alguns *Helô e Dirve*, corruptela de “falou e disse”), de Luiz Otávio Pimentel.

Antes mesmo da temporada europeia, Torquato havia se internado no Hospital Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, subúrbio carioca, onde os escritos de seu diário indicariam a permanência da temática da

loucura, ao mesmo tempo medo e presença em sua vida (ARAÚJO NETO, 2004). Tal informação é fundamental para a compreensão de que, em sua segunda internação, já em espaço próximo de suas raízes familiares, o poeta vivesse outro momento de produtiva fase escrita, ainda articulada a temática tão recorrente. É, segundo o biógrafo Toninho Vaz, fase na qual começa a gestar a revista *Navilouca*, que reuniria em seu escopo um amplo elenco de poetas-experimentadores, dentre os quais se destacam Duda Machado, Hélio Oiticica, Lygia Clark, os concretistas Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari, bem como Waly Salomão, companheiro que, além de compilar a obra de Torquato após a sua morte na coletânea *Os últimos dias de Paupéria*, publicado em 1973 pela editora Eldorado, editaria, juntamente com o designer Oscar Ramos, em 1974, a revista para efetiva publicação (VAZ, 2017, p. 24).

É a partir de Salomão que podemos analisar alguns dos argumentos mais emblemáticos para compreender as bases intelectuais que fundamentaram a revista. Em texto alusivo a Torquato Neto, publicado no *Caderno Mais!* do jornal *Folha de S. Paulo*, em 05 de novembro de 1995, sob o título *Cavem canem cuidado com o cão*, o poeta descreve de que forma as elucidações do grupo guardam conexão com os debates intelectuais vigentes no tempo em que escreviam:

Um parágrafo histórico-explicativo sobre “Navilouca, o Barco Embriagado”.

Assim a lenda se escorre/ A entrar na realidade.

Torquato e Sailormoon dirigiram juntos o atualmente legendário almanaque “Navilouca”, título que pesquei da “Stutisfera Navis” que Michel Foucault escrutinou na “História da Loucura na Época Clássica”, mas o dito pacote ficou fotolitado e encalhado na areia movediça do começo dos anos 70. Torquato saltou da espaçonave da vida, a dupla Luciano Figueiredo/Oscar Ramos, responsável pelo projeto gráfico e design da revista, partia para viver na “swinging London”; a “Navilouca” parecia uma aventura insana e inconclusa, apesar da acurada seleção de seus tripulantes, corte certo no quadro cultural da época. Sailormoon continuou insistindo, mas somente em 1974 é que, graças ao também aqualouco Caetano Veloso, afinal conseguiu-se a adesão financeira de André Midani, então mandachuva da Polygram brasileira. Chuvas mandadas que fizeram a lunática “Navilouca” zarpar... (SALOMÃO, 1995, p. 13)

Do ponto de vista histórico, é importante lembrar que a referida obra de Michel Foucault constituiu, para além de demarcação de novos debates de cunho filosófico, lugar de destaque nas propostas de um diagnóstico do tempo presente. Nesse sentido, seu pensamento se lança ao encontro do presente, ou seja, procura “aquilo que somos e, por isso mesmo, o que já estamos deixando de ser” (DELEUZE & GUATTARI,

1992, p. 14). Em escala semelhante, a *Navilonca*, palavra-poema que nele teria inspiração, comportaria experimentos estéticos que, em igual medida, buscavam corresponder não apenas a uma tentativa de revolução brasileira através do conteúdo, tal como outrora propuseram movimentações como o Teatro do Oprimido ou os Centros Populares de Cultura, mas, em outra linha, uma revolução pela forma, capaz de contemplar a experimentação de novas estruturas em tempos de turbulência (HOLANDA, 2004). Essa é, em larga medida, a ideia levantada pelo mesmo Salomão quando desconfia de proposições, claramente a seu ver, superficiais de pensamento e sentimentos:

[...] Que eu não estou disposto a ficar expondo as cabecinhas ávidas quadradas ávidas em reduzir tudo todo esforço grandioso como se fosse expressão de ressentimentos por não se conformar aos seus padrões culturais: Meu texto não é só para ser visto numa ordem emocional (grilado ou sem bode, numa “boa” ou numa “ruim”, incudado ou desbundado, alegre ou triste, amor ou ódio, etc.) porque os estados sentimentais são muito dependentes da rareté, da insuficiência carência de condições – deve ser visto do ponto de vista duma ordem menos impressiva, menos passiva, mais criadora – como experimentação de novas estruturas, novas formas de armação, como modo de composição não-naturalista.

Alargamento não-fictional da escritura.

[...] (Maiacovsky: demanda social da poesia).

Meu receptor pretendido é o beautiful people. Impreciso indefinido transitório mas mesmo quero...

[...] Não são textos corridos a que agreguei meros elementos de ilustração ou elementos gráficos (fotos, cartões postais, o crescendo de onde a onda ondeou até voe para as praias do norte, Caligrama de Apollinaire, desenhos, etc.) mas foram compostos como um passo à frente; como compositio.

Matéria para uma revista (SAILORMOON, [1974]).

Trata-se de um texto cuja estética inova pela sobreposição de expressões e sensações, nem sempre seguindo um padrão gramatical de norma culta, bem como o próprio Torquato Neto havia feito em suas colunas culturais. Como é possível perceber, um dos mais proeminentes quadros dos experimentalismos estéticos do Brasil do período compreende a necessidade de outras conformações conceituais que fundamentem a arte, onde não mais cabiam os modelos de uma arte engajada à esquerda – a exemplo de Maiacosvsky –, como outrora pensavam os experimentadores da cultura brasileira em tempos de CPCs. Parecia preferir brincar com outras estéticas, tais como o surrealismo de Apollinaire, além de expressar o desejo ligado a uma arte hedonista: “Meu receptor pretendido é o beautiful people. Impreciso indefinido transitório mas mesmo quero...” Em muito

lembra o que conta Paul Veyne, a respeito de sua amizade com Michel Foucault, quando, em seu gabinete, os segundo lhe confessaria: “Escuta, Veyne, não te parece que em literatura há coisas que estão acima de todo o resto?” (VEYNE, 2009, p.151).

Não à toa, é em Friedrich Nietzsche que Foucault se inspira para pensar a experiência trágica da loucura como uma experiência trágica da própria modernidade, capaz de sufocar as múltiplas potências do ser. Assim como afirma Roberto Machado, *História da loucura*, elemento inspirador da revista que aqui discutimos, tem como base *O nascimento da tragédia*, obra de Nietzsche que empreende uma denúncia da civilização ocidental, apontando a falência do modelo socrático de compreensão das coisas, a falha da racionalidade, da iluminação, do espírito científico. Saúda, pois, o nascimento de uma experiência trágica através de instrumentos artísticos gestados na própria modernidade – Schopenhauer, Wagner –, processo no qual confere à arte importância central na reflexão sobre o tempo. Assim, analisando o pensamento foucaultiano à luz de Nietzsche, continua Roberto Machado:

Ora, do mesmo modo que, para Nietzsche, a história do mundo ocidental é recusa ou o esquecimento da tragédia, a história da loucura, tal como interpretada por Foucault, é a história do vínculo entre a racionalidade moderna, tal como aparece nas ciências do homem, e um longo processo de dominação que, ao tornar a loucura objeto da ciência, a destituiu de seus antigos poderes. [...] (MACHADO, 2005, p. 25).

A recusa à modernidade, a essa modernidade trágica, ganha repercussão em outros *aqualoucos*. Trata-se da recusa ao rosto, à norma, à purificação, denunciando os regimes de sujeição aos saberes instituídos. Devemos, pois, como assinala Gilles Deleuze, em sua leitura da obra de Foucault, compreender que as formações históricas implicam em repartições do visível e do enunciável que fazem sobre si mesmas (DELEUZE, 2005, p. 58), ou seja, lançam sobre um tempo novos modos de ver e de dizer. É assim que se percebe a temporalidade na qual se encontravam inseridos os artistas e poetas aqui em discussão, como sujeitos que enunciavam novos modos de existência. Cabe perceber, por exemplo, em um dos experimentos poéticos publicados por Jorge Salomão, irmão de Waly, essa recusa à razão, ao racional como padrão que urde a sociedade e estabelece sobre ela uma norma de ser e estar. *Louçúria* é, pois, esse exemplar de uma linha de fuga à sanidade e, no limite, aos próprios padrões estabelecidos pela modernidade:

Loucura é o canal da lucidez.
Vértice do triângulo
onde explodem as estruturas e sanguifica o ser.
Uma pontada aguda.
O passo por cima da cerca, ritmo segue
Fazer alguma coisa como tudo, fazer tudo.
Imagem do tempo num raio, dia, coração.
Pulsação, sangue correndo nas veias.
Energia, espaço, movimento dos dedos da mão, dos pés, dos braços, pernas.
Cabeça, tronco, membros.
Contato com o próprio olho, ver-vendo.
Consciência, memória, pensamento num jato de sonho.
Quando você descobre a sua respiração, com o ouvido na areia
/ouve o canto grande vindo da boca do mundo.
Imã enviado por Deus para ajudar a saltar na terra.
Quando duas mãos sobre a mesa querem te apertar, você cria asas,
voa e as mãos se agarram nervosas.
Ponto de luz.
Quando você vai entendendo tudo
/quando a claridade vai entrando pela janela, pela boca
pelo útero, pela palavra, pelo universo, pelo enfim de tudo (SALOMÃO,
[1974]).

É, portanto, um convite feito pelo autor a uma lógica, pretensamente racional, que habita na própria desrazão ou insanidade. Se o mundo moderno, tal como lamentara Nietzsche, escapava tragicamente da loucura rumo a uma lucidez que o empobrecia, há nos textos da *Navilonca*, e, notadamente, do acima exposto, uma tentativa de retorno a modos de escrever e pensar o tempo sob a ótica do fora, questão de destaque para outra referência de Foucault, o crítico literário Maurice Blanchot, e tomada por ele como “uma estratégia de pensamento que marca a falência do logos clássico, colocando em xeque noções fundamentais para a filosofia e para a teoria literária, tais como autor, linguagem, experiência, realidade e pensamento” (LEVY, 2011, p. 10).

Considerações finais – “Desta vez acabo a obra”

Uma vez que diferentes iniciativas estéticas também ajudavam a compor, na década de 1970, uma imagem das formas de pensamento que se estabeleciam no seu tempo, cabe observar de que maneira as revistas de invenção possuíam efetiva conexão com os debates intelectuais empreendidos pela intelectualidade europeia, sobretudo francesa, do período em questão. Notadamente, a *História da loucura na Idade Clássica* de Michel Foucault, ressignificada pelos experimentalismos estéticos

brasileiros do período em questão, aparece como um potencial dispositivo, capaz de proporcionar importantes diagnósticos do presente brasileiro, visivelmente fraturado pelos tempos de ditadura.

Notavelmente, também, o próprio veículo de comunicação em questão, a revista *Navilouca*, ela própria passa a se configurar como um acontecimento, forjado no interior das formações históricas dos anos 1970, parte desse conjunto de regimes de dizibilidade e de visibilidade. Na medida em que celebra uma vampirização dos próprios signos vigentes na sociedade que se pretendia moderna no período, ela constitui uma *contra-imprensa*, mobilizando outra enunciação do Brasil de seu tempo.

Referências

Hemerografia

SAILORMOON, Waly. Planteamiento de cuestiones. **Navilouca**: almanaque dos aqualoucos. Rio de Janeiro: Edições Gernasa e Artes Gráficas Ltda., [1974].

SALOMÃO, Jorge. Loucúria. **Navilouca**: almanaque dos aqualoucos. Rio de Janeiro: Edições Gernasa e Artes Gráficas Ltda., [1974].

SALOMÃO, Waly. Cavem canem cuidado com o cão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 nov. 1995. p. 13. (Caderno Mais!)

VAZ, Toninho. A fúria da linguagem em Torquato Neto. **Cândido**, Curitiba, n. 74, set. 2017. p. 24.

Bibliografia

ARAÚJO NETO, Torquato. **Torquatália**. v. II. Do lado de dentro. Organização: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Maio de 68 não ocorreu. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência, v. 08, n. 01, p. 119-121. 1º quadrimestre 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HADDOCK-LOBO, Rafael. História da loucura de Michel Foucault como uma “história do outro”. **Veritas**, Porto Alegre, v. 53, n. 2, p. 51-72, abr.-jun. 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras 1995.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KHOURI, Omar. Noigrandes e Invenção: revistas porta-vozes da Poesia Concreta. **FACOM**, n. 16, p. 20-33, 2º sem. 2006.

LEVY, Tatiana Salem. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LINS, Daniel Soares. **O último copo**: álcool, filosofia e literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

Dados dos Autores

Aline Almeida Inhoti

Professora assistente da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Letras Português/Inglês na mesma instituição. Membro do Grupo de Estudos Discursivos da UEM (GEDUEM) e do grupo Letramento, Etnografia, Interação, Aprendizagem e Multilinguismo (LEIAM/UEM). Doutoranda em Letras pela UEM.

Ana Cláudia de Andrade Costa

Graduada em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais Pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Atualmente é aluna do programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Tem experiência na área de Educação e Ciências Sociais. Pesquisa assuntos relacionados a Cultura Popular, História e Memória.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com estágio-sanduíche na University of Georgia e em colaboração com o Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI (UGA/USA). Mestre em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas (UFRN) e membro do Grupo de Pesquisa do Discurso (GRED/UERN). Editor proponente da Revista Saridh. Atuou como professor da educação básica (Ensino Fundamental e Médio) e como diretor na rede estadual de ensino na Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.

Cid Augusto da Escóssia Rosado

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), graduado em Direito pela Universidade Potiguar e Mestre em Estudos da Linguagem pela UFRN. Atualmente é professor substituto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

(UERN) e professor da Universidade Potiguar. Tem experiência nas áreas de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, e de Direito.

Dayane Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/UFPB), tendo como área de concentração Discurso e Sociedade. Mestre em Linguística pelo Proling/UFPB. Licenciada em Letras - Português pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integrante do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e do Grupo de Pesquisa Teorias da Linguagem e Ensino (UFCG).

Douglas de Oliveira Domingos

Licenciado em Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/UFPB). É membro do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI) e trabalha com temas relacionados a Análise do Discurso, Estudos Culturais em Comunicação e Jornalismo Literário.

Edson Santos de Lima

Graduado em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), membro do Grupo de Estudos do Discurso (GRED/UERN) e do grupo de pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN. Tem experiência profissional na Educação Básica - Ensino Fundamental e Médio Inovador (2014/2015). Atualmente realiza estudos na área da Análise do Discurso de linha francesa desenvolvendo trabalhos sobre o discurso da educação inclusiva, práticas e representações discursivas de sujeitos com deficiência nas redes sociais.

Fábio Leonardo Castelo Branco de Brito

Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UEPI), Especialista em História do Brasil pela Faculdade Latino Americana de Educação, Mestre em História do Brasil pela UFPI e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). É professor do Departamento de História da UFPI e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da mesma instituição. É co-líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq) e membro do GT Nacional de História Cultural (ANPUH). Atua como membro do conselho editorial da Revista Espacialidades (UFRN). Tem

como principais interesses a História do Brasil Contemporâneo e a Teoria e Filosofia da História.

Francisco Vieira da Silva

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação a Distância (CLEAD) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO). Atua, principalmente, nas seguintes temáticas: Análise do Discurso, mídia e discurso, construção de identidades, bem como a formação de professores numa perspectiva discursiva. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso com Foucault (Dis.com.fou/UFERSA) e pesquisador do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB), do Grupo de Estudos do Discurso (GRED/UERN), do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN).

Izaias Serafim de Lima Neto

Professor licenciado em Letras - Português pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) do CAMEAM/UERN/Pau dos Ferros - RN. Tem como principal área de pesquisa os Estudos Discursivos Foucaultianos, com ênfase na fase ética de Foucault e nas possibilidades de discussão dos conceitos do autor no campo das mídias digitais e dos estudos *Queer*. Membro do grupo de pesquisa Dis.com.Fou (Discurso com Foucault), sob orientação do professor Doutor Francisco Vieira da Silva (UFERSA).

Jefferson Campos

Mestre e Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desenvolve pesquisas no campo teórico dos estudos discursivos orientados pelo trabalho do filósofo Michel Foucault. Como docente em cursos de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, ministra disciplinas nas áreas da Linguística e da Língua Portuguesa, da Metodologia do Trabalho Científico e das Políticas Públicas para a Educação. Integra a Comissão da Prova Integradora e coordena o curso de Pós-Graduação em Docência no ensino Superior no Centro Universitário Metropolitano de Maringá.

Kyara Maria de Almeida Vieira

Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições, ambos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Ensino de Sociologia e Ciências Humanas (CNPq), do grupo de pesquisa Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais/NINET (CNPq). Tem experiência no Ensino Básico, na graduação e pós-graduação, atuando nas áreas de História e Sociologia.

Luciana Fernandes Nery

Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/UFPB). Mestra em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Português pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP) e Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É integrante do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e do Grupo de Pesquisa em Ensino, Literatura e Linguagem (GELIN/UERN). Desenvolve palestras, cursos de formação de professores e pesquisas na área de ensino de Língua Portuguesa, com ênfase nas teorias da Análise do Discurso como metodologia facilitadora do aprendizado da leitura e escrita.

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). Realizou Estágio Pós-doutoral em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/UFPB). Mestre em Letras UFPE. Tem como principal área de pesquisa a Análise do Discurso, com ênfase nas produções do corpo com deficiência, por meio do discurso da inclusão. É autora de livro na área de Análise do Discurso: “Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré” (2010). É integrante do Grupo de Estudos do Discurso (GRED/UERN), do Círculo de

Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e do Discurso, Cultura e Identidades (DISCULT/URCA).

Marluce Pereira da Silva

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora da UFPB vinculada ao Departamento de Jornalismo. Atua no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) e como colaboradora no programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Dedicar-se a pesquisas centradas nos seguintes eixos temáticos: Discurso e Mídia, Formação de professores, Diversidade cultural no contexto escolar e em outros institucionalizados.

Rafael de Souza Bento Fernandes

Graduado e Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com período sanduíche (CAPES/PSDE-2016) no Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal (IEF-FLUC). Membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq). Atualmente, é professor colaborador da UNIOESTE, onde atua na área de Língua Portuguesa/ Linguística. Desenvolve atividades de pesquisa que versam sobre a circulação de discursos na/da mídia brasileira contemporânea, no que tange às relações destes com a língua, com a história, com a memória e com a corporeidade.

Rafaela Cláudia dos Santos

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduanda em Letras pela mesma instituição de ensino. Atualmente, é bolsista do projeto de pesquisa “Discurso, parresia e subjetivação: a enunciação da verdade no contexto da educação superior e da formação docente”. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas (UFRN).

Regina Baracuhy

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduada em Letras, com Habilitação em Língua Vernácula e Língua Inglesa pela UFPB. Atualmente é professora da UFPB, onde ministra disciplinas e orienta pesquisas em nível de Graduação no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) e no Programa de

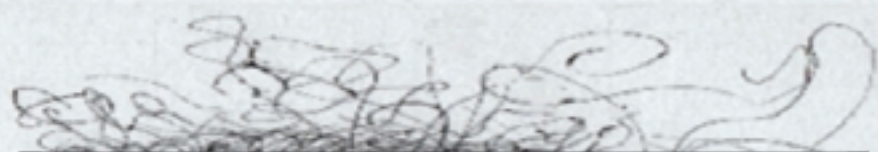
Pós-graduação em Linguística (PROLING). Adota, como aporte teórico-metodológico de suas pesquisas, os pressupostos da área de Análise do Discurso - AD, com base nas contribuições de Michel Foucault. É autora de artigos e organizadora de livros na área de Análise do Discurso, tais como: *Cartografias Discursivas* (2018), *Práticas Discursivas Contemporâneas: Corpo, Memória e Subjetividade* (2011) e *Práticas Discursivas Contemporâneas 2: Corpo, Identidade e Mídia*. (2012). Também é Líder do Grupo de Pesquisa CIDADADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CNPQ).

Renata Mendes Schirmann

Graduanda do terceiro ano de Letras - Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Thâmara Soares de Moura

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN) e licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, participa dos Projetos de extensão “Clube do Livro: um território para experiências literárias” (UERN) e “Formação de mediadores de leitura” (AVA). Dedicase principalmente a estudos e pesquisas nas áreas da Linguística e da Educação.



O presente livro reúne uma miríade de olhares que perscrutam a análise de diversos fenômenos e práticas do momento presente sob o olhar investigativo de Michel Foucault. Ao se autoproclamar como um diagnosticador do presente, o pensador francês, faz-nos pensar, por um lado, que seu trabalho arquegenalógico buscou, ao articular os saberes e poderes, responder às demandas e às problematizações do momento presente e, por outro lado, permite-nos examinar temas, objetos e abordagens que não foram alcançadas pelo raio analítico do pensador francês, especialmente a partir do advento das tecnologias digitais.

Fazendo jus ao empreendimento teórico foucaultiano esta coletânea abarca onze capítulos que (re)discutem variados discursos e práticas entrevistas a partir de diversificados dispositivos, como a mídia, a justiça e a escola. Além de algumas discussões em torno da história oportunizam-se observar a não evidência do presente e enxergá-lo como devir.



ISBN 978-65-7903-900-2



9 786579 039002